

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

WANESSA DE SOUZA

A GUERRA DO IRAQUE NO OLHAR DA *VEJA*

Goiânia
2009

WANESSA DE SOUZA

A GUERRA DO IRAQUE NO OLHAR DA *VEJA*

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Área de concentração: Jornalismo Internacional

Orientador: Prof. Dr. Juarez Ferraz de Maia

WANESSA DE SOUZA

A GUERRA DO IRAQUE NO OLHAR DA *VEJA*

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharel, apresentado em de julho de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Juarez Ferraz de Maia - UFG
Presidente da Banca

Prof. Ms. Luciene de Oliveira Dias
Professor Convidado

Dedico esse trabalho a minha família, que tanto me apoiou, e aos meus amigos que não me deixaram desanimar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer meus pais e irmãs por terem demonstrado tanta paciência diante do meu nervosismo exagerado e do mau humor constante. Em especial à minha mãe, Cida, o meu muito obrigada, por não permitir que eu desistisse do curso e por me mostrar a importância de alcançar meus sonhos.

Aos meus familiares e amigos, agradeço o apoio, incentivo e companhia nas muitas madrugadas em que parecia impossível desenvolver esse trabalho.

Ao professor Juarez, agradeço a orientação, a amizade e o carinho. Sem o seu imenso conhecimento seria muito difícil concluir uma pesquisa tão complexa como essa.

“Nunca houve uma guerra boa nem uma paz ruim”
Benjamim Franklin

RESUMO

Esta monografia se constitui de uma análise do discurso da revista *Veja* na cobertura da Guerra do Iraque. Um estudo crítico é traçado a partir das matérias publicadas ao longo do ano de 2003, período em que ocorreu o conflito propriamente dito. São consideradas 27 reportagens, com o objetivo de averiguar se o veículo em questão teve intuito de informar o público sobre os acontecimentos ou realizou um trabalho tendencioso em favor dos norteamericanos. A partir da classificação das notícias em enquadramentos, foi possível perceber que os temas mais valorizados foram os políticos e militares, em detrimento dos aspectos econômicos e humanitários, os quais receberam pouca atenção por parte da revista. Esse estudo revela que mesmo com toda tecnologia e modernidade existente, as relações de dependência permanecem de forma gritante. A *Veja*, como um dos meios mais lidos no Brasil, ilustra essa relação de submissão e atrelamento da imprensa nacional às agências de comunicação e à imprensa internacional de forma geral.

Palavras-chave: Análise do Discurso, revista *Veja*, enquadramentos, Guerra do Iraque, agências de comunicação, dependência.

ABSTRACT

This monograph is an analysis of *Veja*'s discourse in coverage of the Iraq War. This will track from a critical study of materials published during the year 2003, when the conflict has happen. Are considered 27 reports, with the purpose of determining whether the vehicle in question had a view to informing the public about the events or work carried out biased and favoring the Americans. From the classification of stories in frameworks, it was possible to see that the themes most valued were the political and military, to the detriment of economic and humanitarian aspects, which received little attention from the magazine. This study shows that even with all existing technology and modernity, the relationship of dependence remain so blatantly. *Veja*, as one of the most widely read in Brazil, illustrates the relationship of submission and tied to the national press agencies and international press in general.

Keywords: Analysis of Speech, magazine *Veja*, frameworks, the Iraq War, agencies of communication, dependence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|----|
| Gráfico 1 | Você aprova ou desaprova o apoio da Grã-Bretanha à ação militar norte-americana contra o Iraque?..... | 34 |
| Gráfico 2 | Os EUA devem entrar em guerra?..... | 34 |
| Gráfico 3 | O governo britânico estaria agindo certo ou errado ao se juntar aos norte-americanos?..... | 35 |
| Gráfico 4 | Você acha que os EUA têm razões para lançar uma ação militar contra o Iraque?..... | 35 |
| Gráfico 5 | Soldados americanos mortos..... | 56 |
| Figura 1 | Circulação por regiões..... | 38 |
| Tabela 1 | Perfil dos leitores..... | 39 |
| Tabela 2 | Mentiras ou Exageros?..... | 45 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|---|
| CCR | Conselho de Comando da Revolução |
| EUA | Estados Unidos da América |
| IAEA | Agência Internacional de Energia Atômica |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| UMT | Unidade Móvel de Transmissão |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO..... | 7 |
| ABSTRACT..... | 8 |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... | 9 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 10 |
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| JUSTIFICATIVA..... | 13 |
| COBERTURA DE GUERRAS EM REVISTAS..... | 13 |
| 1.1 Jornalismo | 15 |
| 1.2 Jornalismo de Revista | 16 |
| 1.3 Jornalismo Internacional | 18 |
| 1.4 Cobertura de Guerra | 20 |
| 1.5 Cobertura jornalística da Guerra do Iraque | 24 |
| A GUERRA DO GOLFO NÃO ACABOU..... | 28 |
| 2.1 O Iraque em pauta | 28 |
| 2.2 Onze de setembro: uma nova ordem mundial | 31 |
| 2.3 A segunda Guerra do Golfo | 32 |
| A GUERRA DA <i>VEJA</i> | 38 |
| 3.1 A primeira do país | 38 |
| 3.2 A guerra do Iraque nas folhas da <i>Veja</i> | 39 |
| 3.2 Enquadramento Político | 40 |
| 3.3 A guerra certa pelos motivos errados | 44 |
| 3.4 Enquadramento Militar | 46 |
| 3.5 Enquadramento Econômico | 49 |
| 3.6 Enquadramento Humano | 50 |
| CONCLUSÃO..... | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 59 |
| ANEXOS..... | 61 |

INTRODUÇÃO

O grande avanço da tecnologia favoreceu inúmeras áreas do conhecimento e da produção humana. A comunicação foi um dos campos mais beneficiados com o advento de computadores, internet e satélites. A possibilidade de transmitir rapidamente a informação e fazê-la alcançar inúmeros pontos do globo transformou as sociedades, tornando-as mais próximas seja sócio-cultural ou politicamente.

O interesse das pessoas por fatos ocorridos em diferentes regiões cresceu muito nos últimos tempos e, conseqüentemente, aumentou também a pressão sob os meios para que estes publiquem mais matérias internacionais. Isso se deve à recente compreensão de que, mesmo em face das distâncias geográficas, os Estados são interdependentes e as conseqüências de um acontecimento influenciam o funcionamento de outras sociedades.

Apesar do interesse do público em relação à editoria internacional ser significativo, ela é uma das menos privilegiadas nos meios de comunicação. Nas últimas décadas a maior parte dos veículos sofreu crises financeiras que levaram a cortes drásticos nos gastos, sendo que de todas as áreas atingidas, as equipes de cobertura internacional foram as mais prejudicadas (NATALLI, 2004, p.56).

Com o número de correspondentes reduzido, o jornalismo internacional ficou profundamente dependente das agências de notícias. Apesar de serem essenciais, essas corporações contribuem para que a imprensa nacional se dedique cada vez menos a apurar e analisar os fatos. Geralmente, o material recebido nas redações locais é publicado de forma quase literal.

Nesse ponto, as revistas semanais possuem uma vantagem sobre os jornais diários, uma vez que elas têm oportunidade de trabalhar não somente com os fatos em si, mas também dispõem de mais tempo para analisar causas, desdobramentos e detalhes dos acontecimentos. É possível buscar diferentes pontos de vista e com isso mostrar os diversos lados de uma questão. Como afirma Scalzo:

Enquanto os jornais nascem com a marca “explícita” da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer aos seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (as “notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática). (p.14)

Por suas características singulares, as revistas podem dedicar espaço e destaque maiores à sessão internacional. Mais importante é que esses veículos analisam criticamente as

informações obtidas através das agências de notícias, e assim conseguem dar maior qualidade às reportagens.

No entanto, nem sempre as revistas nacionais procedem dessa forma. Muitas vezes elas são influenciadas pela imprensa estrangeira, e deixam de realizar estudos mais aprofundados dos assuntos em função das versões e tendências encontradas no exterior. No caso específico de coberturas de guerra, é possível perceber que há um “*consenso fabricado*”, conceito com o qual Arbex (2001) questiona a relação entre a imprensa nacional e internacional, exemplificando a relação que existia entre os Estados Unidos e Nicarágua na década de 1980:

A mídia nacional adotou uma linha colonizada e provinciana, limitada a refletir a percepção da mídia americana. Basicamente, é muito mais cômodo aceitar a cobertura feita pelas grandes agências de notícia e pelos veículos americanos do que investigar o que de fato acontecia na república de bananas nicaragüense. [...] Não raro, portanto, veículos da mídia participam do ‘consenso fabricado’ muito mais por inércia preconceituosa e ignorância intelectual do que por uma vontade política consciente. [...] Em geral, uma cobertura jornalística é pobre, justamente por fazer parte do consenso (ARBEX, 2001, P.190, 191).

A revista *Veja* foi escolhida como objeto de análise exatamente por exemplificar essa dependência. Em relação ao conflito entre EUA e Iraque, ela manteve a preferência pelas versões oficiais e adotou posições claramente favoráveis aos americanos. Grande parte da cobertura dada ao conflito foi realizada de acordo com as tendências estadunidenses, ou seja, sem dar ao público a oportunidade de conhecer os outros “lados” da questão.

Neste trabalho, foram analisadas 27 reportagens, publicadas entre janeiro e dezembro de 2003. A intenção era entender as reais intenções da revista, ou seja, perceber se o objetivo da cobertura foi informar o público sobre as causas, detalhes e desenrolar do conflito, ou se a *Veja* tinha como objetivo produzir propaganda favorecendo os EUA e a guerra contra o Iraque.

JUSTIFICATIVA

Escolher uma profissão não é fácil, ainda mais quando se tem 17 anos e quase nenhuma experiência de vida. Essa decisão tão importante acabou sendo tomada com base nos sonhos de infância e esperanças de um futuro brilhante. Foi assim que escolhi o jornalismo como direção: levando em conta a paixão por tudo que envolvesse fatos reais.

Nesses quatro anos, tive muitas decepções e desejei abandonar o caminho. No entanto, persisti, por crer na importância do jornalismo para a sociedade. Certamente não existe mais a caloura iludida com o “quarto poder”. Ela cresceu, estudou e aprendeu, no entanto, nunca perdeu a profunda admiração pela atividade jornalística.

Depois de dois anos cursando comunicação, senti necessidade de me aventurar por outras áreas do conhecimento. Sempre gostei muito de política externa e, por isso iniciei Relações Internacionais, curso que seria um complemento e me traria uma maior capacidade de análise. Meu ingresso nesse universo acadêmico influenciaria diretamente as escolhas feitas mais tarde.

Indicar um tema para desenvolver no Trabalho de Conclusão de Curso foi talvez o maior desafio dos últimos anos. Fui aconselhada a refletir e apontar quais seriam as disciplinas e temas estudados com os quais me identificara ao longo do curso. Sem dúvida, o jornalismo internacional foi a área da comunicação com a qual tive maior afinidade, por isso tomei-a como foco de estudo.

O jornalismo internacional apresenta temáticas variadas, as quais englobam desde acontecimentos administrativos e econômicos, até fatos sociais, militares e científicos. Apesar das muitas vertentes, as notícias de cunho político geralmente são as mais atraentes, por isso são também vinculadas com maior frequência.

No caso de questões políticas que levam a conflitos bélicos, a atenção é redobrada. A imprensa dá grande importância a guerras, pela sua capacidade de suscitar debates e envolver as pessoas emocionalmente. A participação de países desenvolvidos torna as discussões ainda mais acirradas, exigindo dos veículos que produzam coberturas eficientes com explicações e informações detalhadas.

Decidi considerar as reportagens da *Veja* como material de pesquisa, exatamente para comprovar se em um momento de tensão, como a Guerra do Iraque, a revista forneceu aos seus leitores a melhor cobertura dos eventos. Um dos episódios mais polêmicos da história me proferia uma riqueza de material de pesquisa incomparável, por isso a escolha por esse embate em questão.

O fato de a superpotência americana ter sido protagonista de uma ação militar, certamente traria conseqüências para as demais nações, inclusive para os brasileiros. Por isso, o acesso a reportagens realistas e objetivas era de extrema importância. Era necessário que a revista de maior circulação nacional (*Veja*) tivesse atuado com apuro, cuidado e senso crítico.

Muitos estudiosos se voltam para a Análise do Discurso com a intenção de realizar estudos aprofundados de construções textuais. Sendo assim, julguei que essa seria a metodologia mais adequada para tentar explicitar as idéias e princípios seguidos pela revista. Através do exame minucioso das reportagens, tentei definir as posições defendidas, as contradições, estratégias de manipulação e técnicas de convencimento.

Foi também necessário dividir a análise em sessões, para atribuir significados particulares aos eventos. A distribuição dos fatos em enquadramentos (político, militar, econômico e humanitário) foi essencial para desenvolver uma interpretação justa e responsável.

Como previsto, o material publicado sobre o conflito EUA-Iraque é bastante extenso, tendo as discussões sido iniciadas meses antes dos primeiros movimentos concretos. A impossibilidade de examinar todos os textos me obrigou a selecionar as reportagens. Como ponto de partida, elegi os escritos que apresentavam a guerra como algo inevitável, ou seja, as notícias que mostravam movimentos bélicos concretos. Realizando buscas no acervo on-line da *Veja*, julguei que seria a partir das edições de fevereiro de 2003 que minha análise começaria.

Para finalizar a pesquisa, optei por considerar a última edição da revista publicada no ano de 2003 (24 de dezembro). Coincidentemente, esse exemplar foi também o que praticamente fez o desfecho da guerra: descreveu a captura e prisão do líder Saddam Hussein.

Apesar da insegurança e inexperiência com esse tipo de trabalho, foi prazeroso compreender determinadas nuances do jornalismo. Achei muito interessante enxergar que os aprendizados acadêmicos sobre objetividade e neutralidade são pouco utilizados no universo prático. Enfim, comprovei que os meios defendem suas posições, mesmo que de forma velada, e é isso que caracteriza e diferencia cada jornal e revista de seu concorrente.

COBERTURA DE GUERRAS EM REVISTAS

1.1 Jornalismo

Segundo Traquina (2004, p. 20), *“o jornalismo é a realidade porque o principal produto dessa atividade, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas”*.

Contrariando a visão de Traquina, Sousa (2000, p. 21) afirma que as notícias não são espelhos da realidade, e sim *“artefatos construídos pela interação de várias forças, que podem ser situadas ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico, tecnológico e da história”*. Para ele, os meios de comunicação conferem notoriedade pública a algumas ideias, temáticas e acontecimentos, determinando que essas ocorrências adquiram significados sociais. Marcondes Filho propõe a seguinte definição:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento adaptando às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica (MARCONDES, 1986, p.13).

Muito mais do que simplesmente transmitir informações, os meios jornalísticos assumiram a função de mediar o encontro entre o conhecimento e as realidades distantes, ou seja, a mídia leva o espectador a compreender realidades diferentes das suas. Além disso, a imprensa tem o poder de direcionar as interpretações e influenciar as opiniões. Souza (2000, p.128) afirma que *“de alguma maneira, os meios de comunicação moldam o nosso horizonte de conhecimento sobre um determinado número de realidades, especialmente de realidades atuais”*.

Para a maior parte da platéia, a realidade será apresentada de forma fragmentada e de acordo com as decisões dos profissionais de comunicação. A teoria do *gatekeeper* dita que o processo de produção da informação é realizado através de uma série de escolhas subjetivas dos jornalistas. Esses profissionais precisam selecionar, entre o grande número de acontecimentos, aqueles que devem receber mais ou menos destaque.

A escolha de notícias, além de ser um processo subjetivo, é baseada em alguns critérios de “noticiabilidade”. Bond (1959) enumera 12 valores jornalísticos que prevalecem até hoje. São eles: referente à pessoa de destaque ou personagem público; incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação; grandes perdas de vida ou bens

(catástrofe); conseqüências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/ violência).

Atualmente o jornalismo é feito de diversas formas alternativas, como através da internet e até mesmo pelo envio de mensagens de textos nos celulares. Apesar de ter conquistado uma grande parcela da população, esses meios modernos ainda não conseguiram extinguir os tradicionais jornais e revistas impressos, os quais com suas características específicas ocupam um papel primordial na comunicação dos meios sociais.

1.2 Jornalismo de Revista

Quando ocorre um fato que mobiliza a população e tem ampla cobertura na televisão, é certo muito mais revistas serão vendidas nas semanas seguintes. Isso porque elas servem para confirmar, explicar e aprofundar a história já vista e ouvida nos outros meios. A revista semanal existe para preencher os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão. Ela faz jornalismo daquilo que ainda está em evidência nos noticiários, adicionando a estes assuntos um pouco mais de pesquisa, documentação e riqueza de detalhes.

As revistas desempenham funções mais complexas que a simples transmissão de notícias. Elas entretêm, analisam e questionam. Exatamente por isso são compostas principalmente por reportagens.

A reportagem mostra como e por que uma determinada notícia entrou para a história. Desdobra-se, pormenoriza e dá amplo relato aos fatos principais e também aos fatos subjacentes da notícia. Quando a notícia salta de uma simples nota para uma reportagem, é preciso ir além, detalhar, questionar causas e efeitos, interpretar, causar impacto (VILAS BOAS, 1996, p.43).

A primeira revista foi publicada em 1663, na Alemanha, e tinha aspecto semelhante ao de um livro. Recebeu uma nova nomenclatura por ser voltada para um público específico e ter uma composição diferenciada – artigos sobre um mesmo assunto. Ao longo do século XIX, o estilo ganhou destaque nos EUA e no restante da Europa, ocupando o espaço existente entre o livro e o jornal.

A história das revistas no Brasil começa com a instalação da corte portuguesa. A primeira revista, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, foi publicada em 1812, em Salvador. Ela se propunha a divulgar discursos sobre costumes, novelas, recortes de história, relatos de viagens, textos de autores portugueses e até mesmo artigos científicos. Em 1837

esse cenário se altera com o lançamento da publicação *Museu Universal*, composta por textos leves e ilustrações. A partir de então começa a se formar o conceito moderno de segmentação editorial, surgindo as revistas técnicas e direcionadas para públicos específicos.

Vilas Boas (1996, p. 101) acredita que *“as revistas de informação geral chegam às bancas do mesmo modo que um sabonete ao supermercado. Por isso precisam de atrativos que as diferencie do jornalismo dinâmico e veloz de todos os dias”*. Um desses ‘atrativos’ é a própria linguagem adotada pelo meio. O fundamental tanto para as revistas quanto para jornais é fazer com que as informações sejam de fácil assimilação pelo leitor. No entanto, cada um desses veículos tem especificidades na forma de construção dos seus materiais.

O texto de uma revista semanal é mais investigativo e criativo. Exatamente por ter certa liberdade, aproxima-se muito do estilo literário. Segundo Muniz Sodré (1975, p.44) a escrita de um profissional de revista *“fica a meio caminho entre o discurso denotativo e a literatura, combinando, às vezes, os dois sistemas”*. Sendo assim, dos jornalistas são cobrados textos envolventes, leves e originais.

O aspecto gráfico desempenha também um importante papel provocador. Para Scalzo (2004, p.67) *“design em revista é comunicação, é informação, é arma para tornar a revista e as reportagens mais atrativas, mais fáceis de ler”*. Uma boa revista necessita de uma capa que a ajude a atrair os leitores. Por isso elas devem ser resumos de cada edição, ou seja, precisam ser como “marcas registradas” da publicação.

Não só nas capas, mas em todas as seções, é importante fazer uso de fotografias que surpreendam e comuniquem bem. Fotos provocam reações emocionais e instigam o leitor a explorar mais profundamente o assunto. Elas devem informar, comunicar idéias e ajudar no entendimento da matéria.

Os infográficos também merecem destaque. São informações visuais que chamam muito a atenção. É possível extrair do texto informações complexas e apresentá-las, por exemplo, por meio de tabelas, gráficos e desenhos, fórmulas que além de melhorarem a estética do texto, facilitam a assimilação.

Todos esses recursos são utilizados para conquistar a fidelidade e a empatia dos leitores. O fato de acompanhar uma revista define e identifica o indivíduo, ou seja, ele passa a fazer parte de uma classe de sujeitos com interesses, comportamentos e ideias semelhantes. As revistas semanais estabelecem uma profunda conexão com as pessoas, unindo-as e segmentando-as em grupos. Scalzo (2004, p. 12) conclui que os leitores costumam manter uma relação quase passional e que *“não é à toa que gostam de andar abraçados às suas*

revistas – ou de andar com elas à mostra – para que todos vejam que eles pertencem a este ou àquele grupo”.

De acordo com as preferências dos consumidores, as revistas podem ser divididas em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral. Possuindo um número maior de leitores, as revistas de informação-geral, como as brasileiras *Veja*, *Época* e *Istoé*, são compostas por editorias variadas. Geralmente é possível encontrar informações sobre política, economia, comportamento, cultura, esportes e meio internacional.

1.3 Jornalismo Internacional

A editoria internacional é responsável por reportar fatos ocorridos em países diferentes daquele onde as notícias serão divulgadas.

Chama-se Jornalismo Internacional a especialização da profissão jornalística nos eventos estrangeiros ao país onde está sediado o veículo de imprensa em que o jornalista trabalha. Por isso, a definição é relativa por natureza: o que é assunto "doméstico" num determinado país será "internacional" em todos os demais. Este fato faz com que o Jornalismo Internacional seja provavelmente a área do Jornalismo com maior abrangência de temas entre todas, já que deve dar conta de política, economia, cultura, acidentes, natureza e todos os assuntos que aconteçam fora de seu país de origem. (ELHAJJI, 2006:06).

O jornalismo internacional foi a primeira forma de reproduzir fatos na história. Entre 1610 e 1645 começaram a circular os primeiros tipos de periódicos, os quais continham informações econômicas e políticas de várias partes da Europa.

A história do noticiário internacional no Brasil tem suas origens na *Gazeta do Rio de Janeiro*, que trazia decretos do governo e notícias sobre o estado de saúde dos príncipes europeus, e no *Correio Braziliense*, dedicado a notícias sobre fatos ocorridos fora do país.

Ao longo das últimas décadas, o jornalismo internacional passou por muitas mudanças. Até os anos 70, os grandes jornais mantinham numerosas equipes de correspondentes. No entanto, no início da década seguinte, a crise econômica brasileira levou à redução desses efetivos, o que dificultou a existência das editorias internacionais.

Para se manterem atuais, os veículos nacionais passaram a recorrer às agências de notícias. Segundo Natalli (2004, p.31), “*as agências deram viabilidade econômica ao noticiário internacional*”, ou seja, tornaram possível que a maior parte dos meios elaborasse uma sessão com informações internacionais, mesmo sem ter condições econômicas de enviar profissionais ao exterior.

A primeira agência foi criada em Paris por Charles Havas em 1835. Havas organizou uma empresa cujas funções eram coletar notícias de vários jornais europeus para

em seguida repassar os dados à imprensa francesa. Matta (1980, p.61) afirma que “*a nova realidade jornalística, a demanda dos setores financeiros e as pressões políticas internacionais provocaram um ambicioso programa de expansão das agências*”. Sendo assim, serviços rivais de coleta foram instalados em Londres por Paul Julius Reuter e em Berlim por Bernard Wolf. Esse tríptico cartel dominou o ramo até a 1ª Guerra Mundial, quando houve a expansão de duas agências americanas, a *Associated Press* e a *United Press Association*.

Para Natalli, uma consequência da adoção dos serviços de agências é o relativo apartidarismo do material produzido. Como há diferentes clientes, com diversos posicionamentos e tendências, os textos das agências são escritos de forma superficial, ou seja, sem detalhes e análises dos fatos. A meta não é manter uma postura ética, e sim uma atitude de mercado.

Como há clientes de diferentes orientações editoriais, nenhuma agência puxaria a azeitona para uma só empada. Se assim o fizesse, criaria melindres e perderia o freguês para uma agência concorrente. O apartidarismo tornou-se com o tempo um procedimento “normal” de focar os acontecimentos (NATALLI, 2004, p.31).

A ação das agências ultrapassa as fronteiras de seus países de origem e influencia de forma decisiva pontos diferentes do globo. Essas empresas transformaram-se de certa forma em “juízes” da realidade, na medida em que decidem o que será conhecido pelo público.

Devido à origem e estrutura de funcionamento, os critérios de seleção utilizados não consideram os interesses e muito menos refletem a realidade dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. É possível perceber que o pouco espaço dedicado a notícias das regiões mais pobres refere-se a guerras, fome, terrorismo, desorganização e tráfico de drogas. Samovía afirma que:

Os critérios de seleção das notícias estão determinados, consciente ou mecanicamente, pelos interesses políticos e econômicos do sistema transnacional e dos países onde tal sistema tem suas raízes. Assim, as agências se constituem num elemento central, dentro dos dispositivos nacionais e internacionais tendentes a manter o *status quo* e a impedir mudanças reais (SAMOVÍA, 1980, p. 40).

De acordo com Natalli (2004, p.32) “*na história do jornalismo, a ascensão da bandeira de determinada agência esteve estreitamente atrelada à bandeira do país em que ela instalou sua sede e no qual fincou seus interesses*”. Partindo da visão desse autor, é possível concluir que atualmente grande parte das informações veiculadas nos meios brasileiros são relatos permeados pelos ideais, preconceitos e estereótipos de países como Estados Unidos, Reino Unido e França, locais onde estão fixadas agências como *United Press Internacional*, *Associated Press*, *Reuters* e *Agence France Presse*.

Montalban (1980) é ainda mais categórico ao afirmar que, dentro do sistema capitalista, qualquer nível de organização cultural tem intenção política. Sendo assim as agências internacionais representam instrumentos da hegemonia de seus respectivos Estados. Para ele, “há um paralelismo perfeito entre as zonas de influência política e as zonas de influência informativa” (p. 249).

É possível identificar o círculo vicioso que permeia o jornalismo internacional: a informação origina-se de um reduzido número de agências e é recebida nos países por ricas empresas de comunicação. Em seguida essas corporações colocam as notícias à venda em um mercado pouco preocupado com a realidade e as necessidades de seu público. Segundo Samovía, essa situação substitui a compreensão dos acontecimentos pela necessidade de vender.

Nesse processo, a informação deixou de ser um acontecimento significativo em função de suas raízes e marco de origem, para transformar-se em uma mercadoria desprovida de todo valor social. Inclusive a capacidade de participação política vê-se afetada, porque os modelos informativos adotam formas destinadas a “entreter” o público, ao qual se distrai, mas não se informa (SOMAVÍA, 1980, p. 44).

Esse cenário de capitalização da informação afeta todos os meios de comunicação modernos, inclusive as revistas semanais. Apesar de terem mais condições de análise crítica que os jornais diários, elas também fazem parte da esfera manipulada pelas agências de notícias internacionais.

Em resumo as editorias internacionais não costumam ser muito diferentes das demais, já que seus produtores devem também seguir as regras e tendências do veículo no qual estão inseridos. O que dá destaque é o fato de abordar de forma competente assuntos diversos e que exigem formas de construções específicas. Não é possível escrever da mesma maneira sobre problemas ambientais e conflitos bélicos, por isso cada um dos temas merece abordagens e espaços diferenciados.

1.4 Cobertura de guerra

Os conflitos entre os países vêm sendo acompanhados pela mídia desde tempos remotos. A cobertura jornalística de guerras, no entanto, encontra-se em constante evolução. A forma de veicular os acontecimentos bélicos já foi modificada inúmeras vezes, tanto por variações nos padrões de qualidade, quanto por avanços tecnológicos.

O primeiro padrão de cobertura de guerra surgiu na forma dos “soldados-correspondentes”: os editores de veículos de comunicação empregavam suboficiais para mandar cartas diretamente das frentes de batalha. No entanto, esse arranjo era extremamente

falho, pois os soldados pouco entendiam do funcionamento dos jornais e eram obviamente tendenciosos em seus relatos.

Na Guerra da Criméia foram utilizados pela primeira vez os serviços de um profissional da comunicação para reportar os acontecimentos. Esse conflito representa a ascensão da primeira estrela do jornalismo de guerra: William Howard Russel. Também nessa guerra surgiram as primeiras inquietações com relação à divulgação de informações que colocassem em risco as operações e a segurança das tropas. Durante o confronto, as autoridades inglesas emitiram uma ordem que proibia a publicação de detalhes significantes para o inimigo e autorizava a expulsão de um correspondente que desobedecesse as regras. Era o início da censura nas coberturas de guerra.

Já na Primeira Guerra Mundial, de acordo com estudos escritos por Knightley (1975), o período entre a Guerra Civil norte-americana e a Primeira Guerra Mundial é considerado a “*Idade de Ouro*” para o correspondente de guerra. Tal condição se deve à disseminação da imprensa popular, ao uso crescente do telégrafo e à ineficiência da censura organizada. A guerra Russo-Japonesa marcou o fim dessa era de brilhantismo. Os correspondentes passaram a escrever de forma a demarcar os lados “bons e ruins” do conflito. Davam pouca atenção ao número de vítimas e seus relatos incitavam sentimentos de apoio à guerra e não à paz.

Na Primeira Guerra Mundial criou-se um sistema de censura tão severo que essa herança se estende até os dias atuais. O que mais espanta, no entanto, é a disposição que os jornalistas tiveram em aceitar esse controle e veicular as propagandas de guerra elaboradas pelos países aliados. O segundo embate mundial foi também marcado por intenso controle e, segundo Phillip Knightley, foi assinalado por fortes pretextos raciais que influenciaram a construção das notícias.

A Guerra do Vietnã é considerada um “*divisor de águas*” na história da participação da mídia em guerras. Isso porque o governo americano responsabilizou a imprensa pela derrota no conflito. Foram os jornalistas que chamaram a atenção da população para a realidade brutal da guerra, questionando o sucesso das operações e informando sobre o número de mortos.

Durante a Guerra do Golfo o controle sobre os correspondentes foi tão intenso que os processos jornalísticos ficaram conhecidos como “Operação Mordaça no Deserto”. Durante o conflito, nenhum jornalista tinha permissão de se deslocar sem acompanhantes do governo. Além disso, todas as matérias produzidas eram revisadas pelos militares.

A comunicação é considerada parte essencial do esforço de guerra de um Estado, especialmente no que diz respeito à conquista e manutenção do apoio da opinião pública. Quanto maior o controle de um governo sobre a divulgação dos fatos, melhor para suas metas. O que interessa é conquistar o consenso e aprovação da população em torno da versão oficial dos acontecimentos.

Os atores políticos dispõem de mecanismos para exercer controle sob a cobertura dos veículos midiáticos. São exemplos desses recursos: coletivas de imprensa, declarações oficiais, imagens e informações exclusivas. Para Gibb (2003, p. 33) “*operações psicológicas, propaganda e mentiras diretas são todas armas de guerra – tendo a imprensa freqüentemente como alvo*”. De modo geral, o trabalho jornalístico dificilmente deixa de divulgar a versão oficial dos fatos, tanto pela legitimidade das informações, quanto pelo fácil acesso às fontes governamentais.

Existiram também formas dissimuladas de controle. Houve o trabalho de rotular como “traição” e “irresponsabilidade” qualquer tipo de cobertura independente e com focos diversificados. A própria posição do jornalista, que assiste o país em guerra, é complicada pela sua nacionalidade. O profissional acaba por suspender a capacidade crítica, aceitando as explicações oficiais e adotando um comportamento de orgulho exacerbado pelas decisões e atos do Estado. No caso da cobertura da Guerra do Iraque é visível a contaminação da mídia pelo espírito de patriotismo. Segundo Goyzueta (2003):

É difícil pedir para um jornalista norte-americano, por exemplo, cobrir com objetividade e imparcialidade uma guerra pela qual se sente “vingado”. Depois do atentado contra as torres gêmeas, as bandeirinhas norte-americanas não flamejavam apenas nos carros, nas lojas, nos prédios, mas também nas redações e nas cabeças dos jornalistas e seus editores. Até o jornal norte-americano que mais tentou manter sua independência não resistiu algumas vezes ao tom revanchista (p. 52).

Assim como patriotismo tem o seu lugar na cobertura de guerra, os estereótipos e preconceitos também determinam o conteúdo das reportagens. O conflito civil na Bósnia, por exemplo, foi um momento típico da construção de imagens baseadas em interesses políticos. A mídia internacional desempenhou um papel essencial na definição dos lados “bom” e “mal” do conflito. Os meios de comunicação ofereciam espaço mínimo a documentos sobre barbaridades cometidas contra os sérvios, enquanto divulgavam com destaque as ações contra croatas e muçulmanos. Os sérvios foram tomados como o lado ruim, entre outras coisas, por seu histórico de alinhamento à Rússia comunista, adoção da religião ortodoxa ao invés da Igreja Católica Apostólica Romana e uso do alfabeto cirílico, irreconhecível no ocidente.

A Guerra do Golfo foi também um grande exemplo de como a cobertura internacional constrói imagens e situações convenientes. Durante seis meses, a imprensa fez

questão de vincular fotos e textos em que se percebia a humanidade, caridade e sacrifício dos soldados americanos que iam para a guerra. Por outro lado, era comum deparar-se com representações exóticas do oriente, como feiras de camelos, mulheres cobertas por véus e jovens islâmicos armados. O ápice do exagero era comparar Saddam Hussein à Hitler. Arbex (2001, p.116) conclui que *“os árabes eram apresentados apenas como uma idéia, um conceito ameaçador. O Islã e os islâmicos eram – e ainda são – apresentados pelo noticiário como vilões, ou como seres exóticos de um mundo estranho e misterioso”*.

As metáforas construídas pela cobertura internacional transformam-se facilmente em crenças e convicções, ou seja, essas interpretações mal formuladas e idéias preconceituosas são tomadas como verdades absolutas e passam a fazer parte do imaginário coletivo. Milhões de indivíduos acreditam que praticamente não houve mortes na Guerra do Golfo porque viram e leram que se tratava de uma “guerra limpa”. Gibb (2003, p. 42) conta que *“as televisões ocidentais estavam cheias de imagens de tanques, armas e aviões britânicos e norte-americanos atacando com pequenos gráficos que pareciam, às vezes, aqueles de videogames. Normalmente nós não víamos o efeito direto de toda aquela munição”*.

Obviamente o número de mortes foi imenso. Arbex (2001) afirma:

Mesmo a divulgação de uma cifra espantosa como a da Guerra do Golfo – 100.000 mortes em apenas quarenta dias – não produz efeitos nem sequer longinquamente comparáveis aos que seriam criados caso fossem transmitidas imagens de corpos sendo estraçalhados por rajadas de metralhadoras. A mídia conquistou, de fato, a capacidade política e tecnológica de ocultar até genocídios de grandes proporções. Esse dado coloca, com urgência, as indagações sobre o futuro dessa perigosa articulação de interesses entre as grandes corporações da mídia e o Estado (p. 121).

O comportamento conivente da mídia estadunidense já seria suficientemente grave se a sua influência fosse limitada apenas à esfera regional. Contudo, a imprensa americana exerce grande influência sobre o que é publicado e transmitido nos mais diversos pontos do globo. Segundo Arbex (2003) isso ocorre por vários motivos:

Por uma questão de tradição cultural e de penetração ideológica; pelo prestígio de publicações como *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Los Angeles Times*; pelo alcance geopolítico e tecnológico da rede CNN, responsável pela transmissão da maior parte das imagens que o mundo vê diariamente; finalmente, pelo imenso poder concentrado pelas megacorporações estadunidenses, que controlam os maiores grupos de mídia em escala internacional (p.42).

No Brasil, a influência da mídia americana é particularmente grandiosa. Essa sujeição tem a ver com uma série de circunstâncias históricas e culturais que inserem o país na periferia do sistema capitalista e conduz à subordinação dos planos geopolíticos e econômicos nacionais aos interesses dos Estados Unidos.

No caso da Guerra do Iraque, as revistas semanais brasileiras preferiam publicar mapas detalhados, imagens de navios, aviões e operações militares, ao invés de discutir as questões mais profundas do conflito e explicar suas conseqüências. Isso prova que a imprensa nacional geralmente se limita a repetir as percepções e ideias divulgadas pelas agências internacionais de notícias.

A fim de satisfazer a variada clientela que possuem, as agências procuram produzir textos simplificados e bem centrados. As notícias são submetidas a determinados procedimentos para que sejam moldadas de acordo com os padrões exigidos por essas empresas. Segundo Serva (2001), pode-se chamar *omissão* a ausência de informação, causada pela falta de condições do órgão de imprensa de obtê-la, o que quer dizer que o fato existiu e sua existência se propagou, mas não chegou a um órgão específico; por *songação* entende-se aquela informação que, sendo de conhecimento do órgão da imprensa, não foi colocada na edição por alguma razão; e finalmente, por *submissão* tem-se o fato que, embora noticiado, sofre tamanha edição que não permite ao receptor compreender a sua real importância ou mesmo seu significado.

As empresas de comunicação necessitam também do fator surpresa para impressionar seus consumidores. Dessa forma, as notícias mostram os acontecimentos de maneira sensacionalista e descontextualizada, como se eles não tivessem relação com os momentos sociais e históricos. Segundo Koff (2005):

Esse fenômeno corrobora a chamada teoria do iceberg: os públicos têm acesso apenas a aspectos mais visíveis e óbvios de uma realidade que é bastante mais complexa do que parece. Essa descontextualização leva com freqüência à opção por opiniões do senso comum prevalecendo sobre argumentações racionais (p.25).

Através desses processos de produção, noticiários complexos deverão aparecer simplificados para o público. Retira-se dos acontecimentos a diversidade de lados e versões, para torná-los algo mais claro e objetivo. Isso explica a existência de tantos leitores que, mesmo recebendo diariamente um número exorbitante de informações, não compreendem realmente a natureza dos eventos.

1.5 Cobertura jornalística da Guerra do Iraque

Durante o conflito contra o Iraque, os governos dos EUA e da Inglaterra coordenaram uma campanha de comunicação que influenciou diretamente a maneira como os acontecimentos foram noticiados em todo o mundo. Não há dúvida de que os aliados

estabeleceram uma relação mais próxima com a mídia. Por trás da suposta abertura, houve também manipulação, censura e controle.

Os correspondentes enlistados eram chamados também de repórteres “*embedded*”. A origem desse termo vem da expressão “*in bed*”, que traduzida para o português significa “na cama”. Ela designa os 700 correspondentes que acompanharam as tropas nos campos de batalha. Esses indivíduos “encaixados” tiveram a oportunidade única de testemunhar diretamente as ações dos soldados e os detalhes da guerra.

Por outro lado, ficaram sob constante vigilância dos agentes governamentais. Os jornalistas “*embedded*” deviam respeitar um manual com 19 normas, incluindo proibições como revelar o número de baixas nas operações, informar detalhes de planos militares e vincular imagens de prisioneiros.

Os fatores psicológicos foram também decisivos na forma de reportar os fatos. Os profissionais que acompanharam as tropas tornaram-se parte das mesmas, ou seja, esses jornalistas conviveram diariamente com os soldados, estabelecendo uma relação muito próxima a eles. Sendo assim, os correspondentes foram envolvidos a ponto de também se sentirem atacados por forças iraquianas.

Difícilmente o material produzido nessas condições seria objetivo e imparcial. Em entrevista realizada por Fontenelle, o chefe do Departamento de Comunicação do Ministério de Defesa Britânica, David Howard (2004, p. 90) afirmou que “*é da natureza humana. Se você vive com alguém, vocês constroem um elo. É dizer o óbvio. Se você acha que formou um vínculo, então o lado positivo sai. Os enlistados fizeram muitas matérias de apoio aos militares, coisa que normalmente não acontece em tempos de paz*”.

Cerca de outros cem jornalistas ficaram hospedados no hotel Palestina, em Bagdá. Esses profissionais estavam sob o controle dos iraquianos e tiveram que suportar o mais intolerável dos regimes. Os correspondentes não podiam sair do local sem permissão do governo e, mesmo quando eram autorizados, deviam ver apenas o que fosse interessante para os nacionais. O importante era evidenciar tudo que fortalecesse a ideia de que os invasores eram cruéis e que estavam lá para roubar a riqueza do Iraque.

Além dessa estrutura de comunicação, o governo britânico acrescentou a mediação da Unidade Móvel de Transmissão (UMT). Os repórteres que acompanhavam as tropas captavam imagens e depoimentos em diversas partes do país e enviavam o material à Unidade para que fosse editado e transmitido. Apesar da UMT ser muito bem equipada, os enviados ali concentrados contam que sentiram falta do acesso direto aos fatos. Além disso, em algumas situações, os militares forneciam informações inexatas a esses correspondentes,

objetivando abalar a coragem do governo inimigo, fortalecer a campanha de guerra e até mesmo levantar a moral dos soldados. Fontenelle explicou com clareza essa relação entre os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido e os membros da imprensa:

O modelo conceitual da operação de mídia dos aliados teve, portanto, dois alicerces principais: o primeiro consistiu na decisão de democratizar o acesso à informação, uma iniciativa elogiada pela mídia. Um segundo, mais complexo e menos transparente, revelava o outro lado da campanha. Ao ampliar o sistema de engajados, os governos dos dois países exerceram um controle que foi encoberto pela aparente mudança de postura frente à mídia. Desta forma, eles manipularam o processo de geração da notícia, ajudando a modelar o que era lido e visto em veículos de comunicação de todo o mundo. (FONTENELLE, 2004, p.94)

É importante lembrar que a perda de jornalistas foi um fato lamentável dessa guerra. Os repórteres transformaram-se em alvos indiretos da ofensiva militar, o que resultou na perda de 14 profissionais. A Guerra do Iraque se converteu no conflito com o maior número de vítimas da categoria. A Federação Internacional de Jornalistas qualificou como “crime de guerra” a morte de alguns correspondentes e pediu uma investigação sobre os casos.

Assim como ocorrido em outros conflitos, a Guerra do Iraque também resultou na construção de realidades conforme interesses políticos. A derrubada da estátua de Saddam Hussein na praça Fardus, em Bagdá, foi o mais expressivo símbolo do conflito, pois significou a vitória dos aliados e a desmoralização do líder iraquiano.

No entanto, foi também o melhor exemplo de manipulação da notícia. As imagens assistidas em todos os cantos do mundo mostravam uma praça lotada por cidadãos entusiasmados com a derrota do regime. Contudo, no local havia no máximo 40 pessoas. Segundo Fontenelle (2004, p.70), “*eram imagens manipuladas por cinegrafistas que, para retratar a ‘multidão’ de iraquianos, enquadraram o menor espaço possível ao redor da estátua*”.

O seqüestro de Jessica Lynch acabou se revelando outra manobra norte-americana. A versão do governo era de que a militar, de 19 anos, havia sobrevivido a uma tocaia iraquiana. Ela ficara gravemente ferida e por isso fora levada ao hospital, no qual estaria sendo interrogada por integrantes do governo iraquiano. Era a perfeita imagem da heroína que os Estados Unidos necessitavam.

A realidade é que o comboio do qual Jessica fazia parte desviou-se de sua rota e foi atacado por forças inimigas. A moça foi ferida e conduzida ao hospital, onde recebeu tratamento de alta qualidade. Em entrevista ao canal de TV ABC, ela revelou que se sentiu usada pelo Pentágono e que não merecia o título de heroína.

Não só os ocidentais manipularam as informações, como também os iraquianos contribuíram para a disseminação de notícias sensacionalistas. O primeiro canal árabe transmitido por satélite foi criado em 1996 e nomeado Al Jazeera. Durante toda a batalha, a Al Jazeera mostrou-se dividida entre seu dever de objetividade e a preocupação de não contrariar os patrocinadores árabes.

A emissora fez uma cobertura essencialmente populista, praticamente sem menções à repressão violenta exercida pelo regime de Saddam. Por outro lado, o canal investiu fortemente na vinculação de imagens chocantes como civis mortos, soldados inimigos sob interrogatório e a resistência dos iraquianos. O historiador e editorialista libanês Samir Kassir em entrevista a Cviic (2003, p.27) notou que *“ao longo da guerra, a Al Jazeera passou a impressão de querer mobilizar ainda mais a rua árabe. A emissora teve uma propensão a exagerar a resistência iraquiana”*.

A cobertura da Guerra do Iraque apresentou características que levam à conclusão de que a mídia é um dos instrumentos mais importantes a serem conquistados por um governo em conflito. O apoio da opinião pública é um elemento capaz de determinar os rumos de uma disputa e o destino dos atores políticos envolvidos.

Por outro lado, é possível perceber que a imprensa, em geral, leva a sério seu compromisso de informar e interpretar os fatos. No entanto, nem sempre o trabalho realizado resulta em uma cobertura objetiva. Os vínculos existentes entre os jornalistas e seus governos, e o próprio subjetivismo, demonstram que a neutralidade é quase impossível na cobertura.

A GUERRA DO GOLFO NÃO ACABOU

2.1 O Iraque em pauta

O atual Iraque, que fica na região da antiga Mesopotâmia, fez parte do Império Otomano e foi ocupado pelo Reino Unido durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A independência do país foi obtida em 1932, quando foi estabelecida uma monarquia.

O regime monárquico foi deposto em 1958 em um golpe militar, e a república foi proclamada, seguida de um período de instabilidade que presenciou golpes e contragolpes. Em 1968, um golpe de Estado levou o Baath, um partido socialista secular, ao poder. Saddam Hussein tornou-se presidente, em 1979, de um país rico graças ao petróleo. Porém, as guerras contra o Irã (1980-88) e a Guerra do Golfo (1990-91), seguidas de sanções internacionais, devastaram a economia iraquiana.

Saddam Hussein nasceu no dia 28 de abril de 1937 em Owja, região de Tikrit (cidade localizada a 150km ao norte de Bagdá), em uma família de poucas posses, ficou órfão de pai pouco depois de nascer. O ex-líder iraquiano não teve uma história brilhante nos tempos de escola. Ele tentou entrar na academia militar, mas acabou rejeitado pelos oficiais. Em 1962, Saddam fez alguns cursos na Universidade do Cairo (Egito) e depois na Universidade de Mustanseriyah, em Bagdá. Se casou com um prima e em 1988 contraiu um segundo matrimônio. Teve dois filhos - Udai e Qusai - e várias filhas em ambos casamentos.

Um dos primeiros militantes do Baath (partido que luta pela unidade árabe e pelo socialismo), já era considerado um jovem revolucionário, quando em 1959 participou de um atentado sem sucesso contra Abdel Karim Kassem (responsável pelo fim da monarquia iraquiana). Ferido e condenado à morte por rebeldia, Saddam fugiu do país.

Depois de vários anos na clandestinidade, voltou ao Iraque e participou do golpe de Estado (em julho de 1968) que marcou a chegada do Baath ao poder. Ahmad Hasan al Baker assumiu a presidência e, em novembro de 1969, Saddam foi nomeado vice-presidente do Conselho do Comando Supremo da Revolução, tornando-se assim o "número dois" do regime, depois do presidente general.

Em 16 de julho de 1979, o presidente Al-Bakr renunciou por motivos de saúde. Saddam assumiu então os títulos de chefe de Estado, presidente do Conselho do Comando Supremo da Revolução, primeiro-ministro, comandante das Forças Armadas e secretário-geral do partido Baath. Suas maiores ambições eram converter o país na primeira potência militar do Oriente Médio e transformar-se no grande líder do mundo árabe. Usou os lucros do petróleo

para modernizar o Iraque e promover as modificações que julgava necessárias para atingir seus objetivos.

Um ano após ocupar o governo, Saddam propôs aos Estados Unidos que lhes dessem ajuda econômica e armas modernas para recuperar o controle do canal Chatt-al-Arab. O canal, que liga o território iraquiano ao Golfo Pérsico, é o meio de escoamento da produção petrolífera. Até esse momento, havia um acordo determinando que a margem oriental seria controlada pelo Irã e, este não deveria impor barreiras à locomoção de embarcações estrangeiras. Apesar de Teerã nunca ter descumprido o combinado, Saddam decidiu reivindicar o controle total do estreito.

Diante da recusa iraniana em ceder, tropas iraquianas invadiram o país vizinho e iniciaram um conflito que duraria oito anos. O embate se caracterizou por vitórias alternadas para ambos os lados, até que em 1988, a ONU negociou um acordo de cessar-fogo. Estima-se que morreram 400 mil iranianos e 300 mil iraquianos.

Durante a guerra, o Iraque teve que enfrentar o movimento separatista da minoria étnica curda. Como represália o governo assassinou cinco mil civis com o lançamento de gás venenoso contra a aldeia de Halabja. Apesar de violar o Protocolo de Genebra de 1925, que proíbe o emprego de guerra química, os atos criminosos de Saddam Hussein não foram impedidos pela comunidade internacional.

Ao final da década de 80, ocorreu uma drástica queda no preço do barril de petróleo no mercado global. As consequências para o Iraque foram quedas na produção, aumento da dívida externa e crescente desemprego. Segundo Tahan (1999, p. 211) “*esses fatos, somados às antigas disputas e divergências com o Kuwait, devido às demarcações de fronteiras, foram argumentos e pretextos que levaram Saddam Hussein a invadir o Kuwait em agosto de 1990*”.

O presidente iraquiano almejava portos do Golfo Pérsico, exigia pagamento de indenização por extração de petróleo da região de Rumaila (região que fica na fronteira entre os dois Estados), e estabelecia que o Kuwait deveria ressarcir o Iraque por ter realizado venda maior do que a cota fixada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Movido por esses motivos, o Iraque invadiu o território vizinho e o incorporou como a 19ª província do país.

A primeira reação contra os ataques veio da Organização das Nações Unidas, que promoveu um embargo econômico ao Iraque. Como isso não controlou a situação, a ONU estabeleceu um prazo para a retirada das tropas invasoras. A 16 de janeiro de 1991, um dia após o término do tempo determinado, a coalizão de 38 países, liderados pelos EUA, iniciou o

bombardeio ao Iraque. Além de invadir o território kuwaitiano e depois anexá-lo, Saddam atacou Israel e promoveu o chamado “ecoterror”, despejando petróleo no Golfo Pérsico e incendiando instalações petrolíferas do Kuwait.

Com o avanço rápido das tropas aliadas, a impressão que se tinha é que Bagdá seria tomada e o presidente Saddam Hussein acabaria destituído. No entanto, o governo norte-americano interrompeu a ação. Foram feitas duas ponderações: primeiramente, caso se concretizasse o avanço terrestre, as baixas do lado da coalizão aumentariam; segundo, o mandato da ONU determinou que os aliados só poderiam expulsar as tropas iraquianas e garantir a independência do Kuwait. Isso não implicava a invasão de Bagdá e a derrubada do governo.

Em abril de 1991, com as tropas iraquianas já derrotadas, o líder árabe assinou um acordo prometendo desarmar o país. O documento previa o fim da produção de armas químicas e biológicas, além do monitoramento constante por equipes da ONU.

Apesar de ter concordado com as novas condições, Saddam resistiu às ordens externas, dificultou o trabalho de inspetores e evitou o desmonte de seu arsenal. Ele praticamente ignorou 11 resoluções formuladas pela ONU. Em retaliação a essa postura, entre 1991 e 1998, foram coordenadas três grandes operações militares contra o Iraque. Os inspetores fizeram novas tentativas de aproximação até 2001, sem obterem grandes avanços em suas missões.

Segundo Pinto (2003, p.161), “*em termos gerais, a Guerra do Golfo reforçou a influência de Washington no Médio Oriente*”. Sendo assim, esse conflito foi benéfico aos EUA, na medida em que utilizou como pretexto “libertar o Kuwait” para fortificar a influência na região.

A Guerra do Golfo ocorreu em um contexto histórico de grandes transformações como a crise do socialismo, a queda de Moscou e o fim da Guerra Fria. As relações internacionais estavam começando a experimentar uma nova era. Diante da ruína do regime soviético, o governo estadunidense passou a procurar atores internacionais que ocupassem a condição de novos inimigos.

Durante a Era Clinton, foram eleitos quatro novos oponentes: a instabilidade econômica e política dos países subdesenvolvidos, o narcotráfico hispano-americano, o terrorismo e o fundamentalismo islâmico. A crise no Oriente Médio acelerou a escolha do primeiro oponente a ser combatido. Sendo assim, surgiu a necessidade de elaboração de um novo regulamento estratégico para os Estados Unidos. A resposta a essa urgência foi dada

pelo comandante-chefe das Forças Armadas, general Colin Powell. Seu lema era “nós atiramos e eles morrem”.

A Doutrina Powell defendia a ideia de uma intervenção militar com número mínimo de mortes para civis e militares aliados e, estabelecia também que os EUA só poderiam intervir em outros Estados movidos por duas razões: quando reservas de petróleo estivessem em risco e nos casos de ameaça para territórios essenciais à segurança e à economia do país e de seus aliados.

Baseado na Doutrina Powell, o governo norte-americano encontrou fortes razões para combater o Iraque. Por motivos econômicos, Washington não poderia permitir que a exploração e fornecimento mundial de petróleo ficassem nas mãos de um líder instável como Saddam Hussein. Por outro lado, um Iraque forte e líder do mundo árabe poderia prejudicar o equilíbrio regional e diminuir o poderio estadunidense.

Segundo Pinto (2003, p.161), “*em termos gerais, a Guerra do Golfo reforçou a influência de Washington no Médio Oriente*”. Sendo assim, esse conflito foi benéfico aos EUA, na medida em que utilizou como pretexto “libertar o Kuwait” para fortificar a influência na região.

2.2 Onze de setembro de 2001: uma nova ordem mundial

No dia 11 de setembro de 2001, militantes suicidas sequestraram quatro aviões comerciais nos EUA e realizaram o maior atentado terrorista da história. Duas aeronaves foram atiradas contra as torres gêmeas do *World Trade Center*, uma derrubada sobre o Pentágono e a última, lançada sobre um campo aberto próximo a Pittsburgh. Os ataques deixaram cerca de três mil mortos e 90 bilhões de dólares de prejuízo¹.

As primeiras imagens do atentado pela rede CNN foram divulgadas com a marca “América sob ataque”, dando a entender que se tratava de um ataque contínuo contra o país. Nos dias seguintes, o selo mudou para “América em guerra”, em sintonia e apoio ao discurso do presidente George W. Bush que falava em “guerra ao terror”. Segundo Arbex Jr. (2003, p. 55) “*a própria mídia encarregou-se de sufocar qualquer tentativa crítica de reflexão sobre o ocorrido em 11 de setembro, criando e explorando um clima de total histeria coletiva*”.

Antes mesmo de qualquer investigação, a Casa Branca responsabilizou “os terroristas árabes” pelo atentado. Osama Bin Laden, líder da organização Al Qaeda, foi

¹ Informação retirada do site www.folhaonline.com.br (última visita realizada no dia 22 de junho de 2009, às 00:27)

tomado como organizador e mandante da tragédia. Sendo assim, exigiu-se que o Afeganistão, país em que supostamente Osama vivia, entregasse o criminoso.

A milícia fundamentalista islâmica Talibã, que comandava o país desde 1996, alegou que faltavam provas concretas do envolvimento dos árabes. Apesar dessa resposta, o governo afegão não teria se recusado a procurar os criminosos, como foi posto pelos EUA. Segundo Rai (2003) houve um considerável número de propostas do Talibã para negociar a extradição de Bin Laden, ou seja, havia formas não violentas de se apanhar o criminoso.

A verdade é que ele [presidente George W. Bush] rejeitou qualquer negociação, assim como as opções não violentas à guerra. Em vez de dar publicidade e reforçar o acordo de extradição de Bin Laden, os norte-americanos e britânicos o ignoraram. A mídia, por seu lado, omitiu as provas das propostas do Talibã, fazendo assim a guerra parecer natural e inevitável. E não era uma coisa, nem outra (p. 94).

Bush declarou guerra contra as forças terroristas e o regime dos Talibans. Em novembro de 2001, as tropas dos Estados Unidos tomaram a capital do Afeganistão, Cabul, e declararam o fim do regime fundamentalista. Apesar dos milhões de dólares investidos na busca por Osama, o terrorista até hoje não foi encontrado.

Em 19 de fevereiro de 2002, já terminada a guerra, veio a conhecimento público, através de uma reportagem do jornal *New York Times*, que logo após o atentado de 11 de setembro, a Casa Branca criou um escritório para plantar informações falsas na mídia estrangeira, com o objetivo de enganar o inimigo e influenciar o sentimento público e os formuladores de política. Segundo Arbex (2003, p.21) *“pela primeira vez, surgiram evidências incontestáveis de que o governo dos EUA encarava os meios de comunicação como meros canais de divulgação de propaganda política e informações mentirosas”*.

Uma semana após a publicação da notícia, o secretário de Estado, Donald Rumsfeld, anunciou que o departamento de informação seria fechado. Ele responsabilizou a mídia por ter noticiado o assunto de forma inadequada e anunciou que as funções do escritório ficariam a cargo de outros órgãos do Pentágono.

2.3 A segunda Guerra do Golfo

Em discurso realizado no dia 29 de janeiro de 2002, o presidente dos EUA, George W. Bush, classificou o Iraque como um dos países do “Eixo do Mal”. Formado por Estados como Irã, Coreia do Norte e agora, o Iraque, esse grupo deveria ser combatido no contexto da luta contra o terrorismo. A guerra no Afeganistão e a queda do regime Talibã não foram suficientes para acabar com o terrorismo mundial.

Pouco antes do início do conflito, o chefe dos inspetores de armas da ONU, Hans Blix, relatou ao Conselho de Segurança que havia conseguido avanços junto às autoridades iraquianas no sentido de ter acesso a áreas restritas. Já o diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), Mohamed ElBaradei, foi mais enfático ao dizer que em três meses e 218 inspeções, não fora encontrada nenhuma evidência de retomada do programa nuclear neutralizado pela ONU em 1991.

Em resposta a essas declarações, o presidente estadunidense afirmou que Saddam Hussein estava utilizando a diplomacia para ganhar tempo e iludir os inspetores. Bush julgava lento e ineficaz o processo de negociação com o Iraque.

Os EUA, com apoio da Grã-Bretanha, anunciaram um ultimato de 10 dias ao presidente iraquiano, dando a ele até 17 de março de 2003 para entregar todas as armas proibidas e esclarecer dúvidas sobre seus programas bélicos. A exigência foi feita sem o aval da ONU, o que suscitou forte oposição de países como França, Rússia, China e Alemanha, além de inúmeros protestos populares. Após abandonar os esforços para obter o apoio das Nações Unidas, os EUA lançaram, no dia 20 de março, os primeiros mísseis contra o Iraque.

A força de coalizão conquistou Bagdá em nove de abril de 2003, instalando um governo de ocupação, chefiado pelo diplomata norte-americano Paul Bremer. A chegada das tropas à capital do Iraque foi rápida. Entretanto, os protestos contra o domínio estrangeiro surgiram logo em seguida. Os rebeldes, principalmente nacionalistas, partidários de Saddam e fundamentalistas religiosos, passaram a promover ataques contra soldados e civis, matando milhares de pessoas.

Em dezembro de 2003, Saddam foi capturado em um esconderijo subterrâneo próximo a Tikrit. Um ano depois, em outubro de 2005, tem início seu julgamento. Depois de 13 meses de processo, o ex-presidente foi condenado por crimes contra a humanidade e sentenciado à pena de morte, por meio de enforcamento. Washington e Londres alegaram que o ataque a Saddam Hussein era necessário porque além de possuir armas químicas e biológicas de destruição em massa, ele tentava desenvolver tecnologia e armamento nuclear, desrespeitava os direitos humanos, apoiava o terrorismo islâmico e proibia as atividades dos inspetores da ONU.

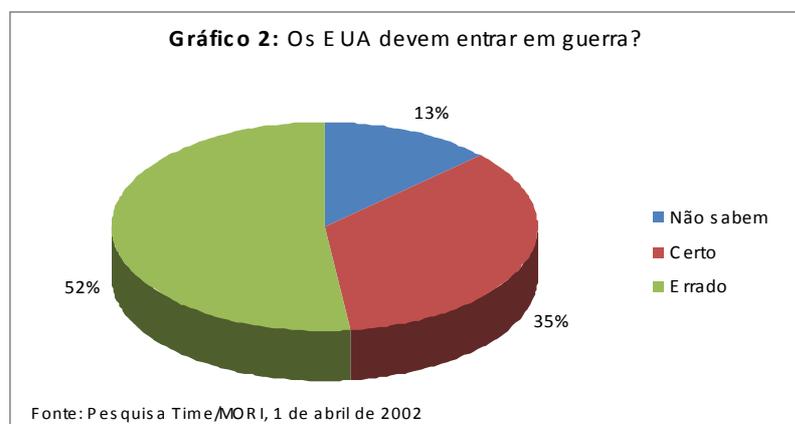
No entanto, com o fim do conflito no Iraque, começaram a surgir insinuações de que os interesses eram outros. Segundo Pinto (2003), desde a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos têm mantido uma presença ativa no Oriente Médio, por uma série de razões de ordem econômica e estratégica.

Tradicionalmente, os Estados Unidos têm definido os interesses no Médio Oriente como sendo: o acesso aos recursos petrolíferos do Golfo; a defesa do Estado de Israel; a resolução do conflito israelo-árabe; a manutenção de uma situação sócio-política favorável aos Estados Unidos, nomeadamente através do apoio concedido a Estados árabes com uma orientação pró-ocidental (p. 47).

Há suspeitas de que a exploração das jazidas do Iraque pelas empresas norte-americanas permitiria aos EUA não só garantia de abastecimento, mas o controle do sistema de definição de preços do petróleo. Por outro lado, as indústrias de armamento teriam tudo a lucrar com a guerra, já que o conflito poderia ser usado como campo de teste para novos artefatos bélicos.

Segundo Raí (2003) havia basicamente dez razões contra a Guerra do Iraque:

- 1) **Sem Representatividade:** pesquisas feitas por empresas norte-americanas e britânicas demonstraram que, na época, a maioria das pessoas pesquisadas se opunha à guerra;





- 2) **A Ameaça Fantasma:** Não havia provas concretas de que o Iraque tenha adquirido ou fabricado armas de destruição em massa depois de dezembro de 1998; também não havia provas de que Saddam Hussein tenha fornecido armas para grupos terroristas ou outras nações;
- 3) **O monstro não é nada do que se pinta:** as fontes da inteligência britânica declararam, em março de 2002, que, apesar do esforço da CIA e do FBI para encontrar ligações entre o Iraque e a rede al Qaeda, não foi possível encontrar nenhuma prova ligando Saddam Hussein aos ataques de 11 de setembro;
- 4) **Clonando Saddam:** as evidências indicavam que Bush e Blair não pretendiam fomentar uma mudança de regime no Iraque, apenas queriam substituir o atual presidente por um membro de sua elite militar, mantendo intactas as estruturas de poder e o modelo de atuação presente;
- 5) **Catástrofe:** o abalo provocado pela guerra na estrutura de sobrevivência do Iraque transformaria uma crise humanitária num desastre humanitário, vitimando um número grande de pessoas;
- 6) **Paraíso Inseguro:** desde meados de 1991, três das dezoito províncias do Iraque têm-se mantido como uma zona autônoma curda administrada por uma

autoridade independente em conjunção com a ONU. Essa área foi estabelecida pelos EUA e Grã-Bretanha depois de milhares de curdos terem fugido da retaliação do governo iraquiano, após a Guerra do Golfo. A principal preocupação dos líderes curdos é assegurar o que obtiveram nos últimos anos: um erro por parte dos americanos pode custar a sua independência. O Curdistão iraquiano tem sido protegido através do patrulhamento aéreo realizado pelos EUA e Grã-Bretanha. De acordo com Kenneth Pollack, um ex-funcionário do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, uma vez que houvesse uma guerra aérea, Saddam não mais respeitaria a presença estrangeira e, provavelmente faria uma tentativa de reocupar o norte, com toda a carnificina e repressão que isso implicaria;

- 7) **Um grande crime:** não havia nenhuma evidência concreta de que as armas de destruição em massa existiam, e não havia provas da intenção de usar tais armas contra os EUA ou a Grã-Bretanha em algum momento futuro. Sendo assim, o argumento de legítima defesa era remoto demais;
- 8) **Círculo de ódio:** em 2002, o ministro das relações exteriores britânicas, Jack Straw, declarou que o Iraque representava uma ameaça muito séria à segurança da região e do mundo. No entanto, nenhum rei árabe, príncipe ou presidente esteve disposto a endossar o ataque dos EUA contra o Iraque. Pelo contrário, eles enfatizaram que a crise entre Israel e o povo palestino era mais séria e deveria ganhar prioridade. Além disso, ressaltaram que a soberania do Iraque era crucial para a estabilidade da região;
- 9) **O soldado diz Não:** uma alta patente de militares britânicos alertou para o fato de que, na ausência de qualquer objetivo estabelecido, sem alvos territoriais definidos e apenas com o Kuwait cedendo suas bases, as condições não eram de forma alguma favoráveis para se planejar uma campanha militar;
- 10) **A estupidez econômica:** uma das conseqüências concretas de uma iminente guerra contra o Iraque poderia ser a disparada dos preços do petróleo, que resultaria numa recessão nos EUA. A guerra poderia ser saudável para o Estado, mas poderia levar ao esmorecimento da economia mundial, à pobreza e à condenação de milhões de pessoas em todo o mundo.

Diante desses argumentos, dificilmente a guerra seria considerada justa e necessária. No entanto, os governos norte-americano e britânico buscaram a mídia para,

através do seu poder de persuasão, atrair a opinião pública e conseqüentemente conquistar o apoio de mais Estados aliados. Muito foi feito pela imprensa no sentido de defender as “boas intenções” e prever os supostos resultados positivos de uma empreitada no Iraque.

Até mesmo no Brasil, onde a administração criticou os movimentos bélicos, a revista de maior circulação nacional, *Veja*, adotou um posicionamento a favor do conflito. A maior parte da cobertura realizada baseia-se na superioridade bélica norte-americana, os objetivos louváveis dos aliados e críticas ao governo de Saddam Hussein.

A GUERRA DA VEJA

3.1 A primeira do Brasil

Atualmente, a revista com mais tiragem e vendida no país é a *Veja*. Criada nos moldes da norte-americana *Time*, a *Veja* se destaca pelas próprias características: circula em âmbito nacional, tem periodicidade semanal e é um meio de comunicação de massa com editorias variadas (política, economia, comportamento, cultura, internacional e esportes).

A revista foi oficialmente lançada em 11 de setembro de 1968, pela Editora Abril. A consolidação da revista junto ao mercado consumidor levou alguns anos para acontecer, no entanto, a publicação se aperfeiçoou, ganhando destaque e garantindo espaço permanente nas bancas de jornal e na preferência da classe média brasileira.

A escolha da *Veja* como objeto de análise deu-se pela forte influência que ela exerce sob a opinião dos brasileiros. São quatro edições por mês, totalizando 52 por ano. A tiragem mensal desse veículo é de 1.219.01 exemplares, o que a leva a ocupar a posição de maior tiragem no Brasil e a quarta maior circulação do planeta, superada apenas pelas americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News & World Report*. Levando em consideração as regiões do país, ela é mais consumida no sudeste brasileiro, conforme demonstra a figura abaixo:



O público da revista é predominantemente da classe média, ou seja, pessoas com nível escolar mais avançado e capacidade crítica mais elevada. É possível determinar também o perfil dos leitores a partir da idade e sexo:

Tabela 1: Perfil dos Leitores

| Perfil do Leitor | | |
|----------------------------|------------------------------|---|
| Idade | Sexo | Classe Social |
| 62% têm entre 20 e 49 anos | Homens: 47% Mulheres: 53% | Classe A: 34% Classe B: 39% Classe C: 20% |

Fonte: Estudos Marplan Jan a Dez 2007 - AS 10 + anos - 9 mercados

3.2 A Guerra do Iraque nas folhas da *Veja*

O presente trabalho tem como objetivo examinar a editoria internacional desse semanário que, independentemente do momento histórico, mantém uma média de 5% de seu conteúdo para as reportagens sobre assuntos mundiais.

No caso específico da Guerra do Iraque, foram publicadas 27 reportagens ao longo do ano de 2003, sendo que a primeira matéria foi vinculada no dia 22 de janeiro (Edição 1.786) e a última em 24 de dezembro (Edição 1.834). O assunto recebeu relevância máxima, isto é, foi matéria de capa em cinco edições. Também ganhou destaque como categoria *Especial* da edição 1.799.

Observando a forma como as reportagens foram construídas, foi possível identificar quatro enquadramentos que moldaram, em geral, a cobertura do conflito. O material selecionado foi analisado e categorizado de acordo com as seguintes temáticas centrais:

1. **Política:** relacionado aos significados públicos da guerra, o processo de tomada de decisões, posturas dos lados envolvidos, construção de imagens baseadas em opiniões políticas;
2. **Militar:** centrado nas táticas e estratégias de guerra, nos equipamentos, arsenais, materiais inovadores, comparação de forças e movimentos;
3. **Economia:** aponta para as eventuais motivações econômicas do conflito e também para as prováveis consequências financeiras da guerra;
4. **Humana:** concentra-se nos efeitos do embate sobre as populações locais, perdas humanas, destruição civil, baixa de soldados.

Para a realização do trabalho, o método que se revelou mais adequado foi a Análise do Discurso. O objetivo desse procedimento é realizar leituras críticas e reflexivas

dos textos, ou seja, estudar as construções narrativas levando em conta a relação da língua com os fatos que ela se propõe a relatar. Nagamine (1999) considera que:

Cabe à Análise do Discurso trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade lingüística as marcas das contradições históricas. Repetindo ainda Foucault (1986:187): “analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes fugidia aparência” (p. 40).

A essência da pesquisa foi, através da análise do discurso, perceber a postura que a revista *Veja* adotou diante dos fatos relacionados à Guerra do Iraque. A intenção era mostrar as contradições, evidenciar os posicionamentos e explicitar se de alguma forma o semanário foi tendencioso.

3.3 Enquadramento Político

A interpretação feita pela *Veja* acerca das questões políticas que envolveram a guerra seguiu um padrão diferente dos demais veículos. O semanário ofereceu destaque às motivações estadunidenses e procurou diminuir a importância política da ONU e dos países contrários ao embate. Além disso, tratou as manifestações populares como ingenuidade e ignorância.

Uma característica presente ao longo de toda a cobertura foi a personalização da guerra. Segundo Traquina (2002), personalizar significa valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento. Estudos demonstram que a personalização é uma estratégia importante para “agarrar” o leitor, já que pessoas se interessam por outras pessoas.

O recurso da personalização foi utilizado inúmeras vezes pela revista, principalmente no que diz respeito aos dois líderes envolvidos no conflito: Saddam e Bush. As imagens foram definidas a partir das ações, discursos e posicionamentos dos indivíduos.

O governo Bush foi apresentado como bem intencionado, não só em favor de mesmo como visando toda a humanidade.

Washington julga que tem o dever de combater o mal no mundo, especialmente o mal do tipo contagioso. Acha que a guerra contra o Iraque – e sua transformação num regime decente – é uma oportunidade de combater o vírus do radicalismo no mundo islâmico e de espalhar o exemplo da democracia numa região dominada por tiranias medievais. (ANEXO VI)

O líder árabe é descrito como o “*carniceiro de Bagdá*” (ANEXO I), “*ditador que governa o país como se fosse um chefe tribal*” (ANEXO II) e até “*o maior ladrão de banco da história*” (ANEXO XVII).

A revista faz questão de ignorar quaisquer atos positivos que tenham sido realizados pelo governo de Saddam, e com isso tem o caminho livre para dar destaque aos erros. Segundo o semanário, é absurdo que um governante sanguinário ainda ocupe a presidência (ANEXO III): “*como é possível um ditador se manter no poder depois de provocar duas guerras que causaram a morte de meio milhão de seus concidadãos, arruinaram a economia e transformaram um país rico em petróleo numa nação miserável e isolada?*”.

A aversão da revista à existência de um governo ditatorial em pleno século XXI assume uma forma manipuladora de informar. Quando transforma seu discurso em uma pergunta, a reportagem adota um tom de crítica a comunidade internacional por ter tolerado a permanência de Saddam tanto tempo no poder. Repreende ainda mais aqueles governos que dificultaram a guerra. Ela afirma de forma velada que a realização dos EUA não só estava correta, como foi feita tardiamente.

Com a intenção de chocar e sensibilizar o público, a *Veja* explorou intensamente a violência, a injustiça e as atrocidades do governo de Bagdá. O texto com o título “*o califado do medo*”, publicado na edição 1.788, (ANEXO III) se dedica a descrever com detalhes o período de terror comandado por Saddam. O semanário conta que o clima de medo é onipresente e que a tortura é um procedimento de rotina. Ela gasta várias páginas afirmando que toda pessoa de quem o governo tinha a mínima suspeita de rebeldia era punida com “*língua cortada*”, “*tortura*”, “*violência*”, “*choques elétricos*”, “*queimaduras*” e “*estupros*”.

Os atos dos filhos do ditador são também citados diversas vezes, dando a impressão de que a insanidade do pai foi herdada geneticamente. Udai e Qusai Hussein são apresentados como “*braços operacionais do regime de terror*” e descritos como sádicos, truculentos e irresponsáveis. Por outro lado, os Estados Unidos geralmente são descritos como “*gigante*” e uma espécie de *globalcop*. A revista endossou o coro dos aliados, lembrando que todos os demais países devem ser gratos a sua atuação no planeta. A intenção era mostrar que a participação dos estadunidenses foi essencial em outros momentos históricos, e, sendo assim, essa nova campanha também traria resultados benéficos não só para os árabes como para toda a humanidade.

A lembrança de que os Estados Unidos salvaram a Europa Ocidental do barbarismo em quatro ocasiões no século XX – na I Guerra, na II Guerra, com o Plano Marshall no pós-guerra e da ameaça representada pela União Soviética na Guerra Fria – tem sido brandida sem parar pelos americanos e pelos ingleses (ANEXO V).

No exemplar 1.798 (ANEXO XIII), a *Veja* publicou quase na íntegra uma entrevista com o ex-vice-primeiro-ministro da Suécia, Per Ahlmark, em que ele descreve os

governos autoritários e suas manobras para envolver e dominar a população. Per Ahlmark afirma que as nações livres têm uma grande responsabilidade na manutenção da paz mundial e que só elas podem ou não aceitar a existência de tiranias.

Na mesma reportagem, a revista assegura que a intenção de Bush seria não só acabar com um governo tirano e suas armas químicas, mas começar uma nova era de segurança e liberdade no Oriente Médio. Ou seja, os EUA simplesmente estariam cumprindo sua obrigação, como cabe às nações democráticas, de proteger e libertar os povos oprimidos.

O projeto dos chamados neoconservadores, formuladores dos fundamentos ideológicos da nova direita americana, é transmutar o país pela raiz, transformando-o em uma democracia-modelo, um inédito paradigma de liberdade e liberalismo que implante um aliado orgânico dos Estados Unidos no coração do Oriente Médio e sirva de exemplo para os vizinhos (ANEXO XIII).

Apesar das supostas boas intenções, Bush não conseguiu convencer a ONU e países como França, Alemanha, Rússia e China a darem seu apoio à invasão. Segundo o semanário, a explicação para a discordância não é exatamente a questão do Iraque. Na edição 1.790 (ANEXO V), a *Veja* enumera três razões para a tensão entre os EUA e os países europeus.

O primeiro motivo seria institucional, já que organizações como a Otan não fazem sentido depois do desaparecimento da União Soviética. O segundo seria o abismo de incompreensão entre os dois continentes: *“desde a queda das torres gêmeas em Nova York, os americanos passaram a ver o mundo como um lugar cheio de ameaças. A opinião generalizada [dos europeus] é que o terror de 11 de setembro abalou o senso de julgamento dos americanos”*. E a terceira complicação seria inteiramente pessoal: *“a genuína antipatia europeia por Bush e, em contrapartida, do primeiro escalão do governo americano pelos europeus”*.

O principal argumento do bloco liderado pela França é baseado no fato de que não foram encontradas provas concretas da existência de armamentos químicos. Além disso, para esse grupo, mesmo que existissem essas armas, haveria outras formas de apreendê-las, ou seja, eles gostariam que a questão fosse resolvida sem o extremismo de um conflito bélico. O semanário, no entanto, através dos três argumentos apresentados resumiu tudo em “implicância” e falta de sintonia na maneira de pensar. Ela transformou sérios problemas diplomáticos em praticamente uma briga de comadres.

Além dos problemas com outros governos, Bush enfrentou também inúmeras manifestações populares. Em diversas cidades do mundo, cidadãos foram às ruas demonstrar seu descontentamento em relação às decisões norte-americanas. A *Veja*, mais uma vez,

revelou seu apoio à guerra na medida em que banalizou os movimentos informais e afirmou que “*comparar Bush a Saddam, concluindo que o americano é o Hitler da dupla, traduz má fé ou ignorância*” (ANEXO VI).

Segundo a revista, o antiamericanismo emerge de tempo em tempo, principalmente quando os EUA movimentam sua “*formidável máquina bélica*”. Além do pavor que as pessoas possuem da guerra, isso seria resultado da repulsa disseminada pela elite intelectual européia. No exemplar 1.791 (ANEXO VI), a revista divulgou que:

Os americanos são ainda odiados por um motivo mais prosaico: porque há décadas vivem uma era de prosperidade sem igual na história humana. Num planeta em que 45% das pessoas subsistem com menos de dois dólares por dia, os americanos são os beneficiários de uma opulência que agride os brios dos países retardatários. Além disso, os Estados Unidos tem valores como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de ideias e crenças, que chocam todos aqueles que aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças. O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos. Isso tudo produz ressentimento (ANEXO VI).

Além de resumir as manifestações em pura e simples cobiça, a *Veja* desprezou uma grande parcela da humanidade que vive na miséria. Ela estabeleceu também a ideia de que aqueles que estão contra os aliados desfavorecem a democracia e a liberdade e estão, dessa forma, a favor dos regimes totalitários.

A visão dos povos árabes foi outro motivo de crítica à cobertura. A revista demonstrou incoerência, uma vez que apresentou a nação iraquiana feliz por se livrar de um tirano e, em outros momentos, destacou a resistência contra o domínio estrangeiro. Segundo a reportagem, a própria resposta da população foi confusa:

A reação dos iraquianos era fruto do caldeirão de sentimentos, humanamente compreensíveis e conflitantes: nacionalismo, lealdades tribais, senso de honra, fidelidade ou ódio ao regime, a fúria impotente de ver o efeito das bombas nos corpos destroçados de civis inocentes ou os primeiros sinais de alívio em face da constatação de que, desta vez, Saddam estava mesmo condenado (ANEXO XII).

A impressão que se tem é de que os iraquianos são bárbaros, atados a costumes antigos e fatores culturais primitivos, e por isso não viam as vantagens de terem sido libertados do governo ditatorial. A reação de rejeitar os estrangeiros seria normal, na medida em que a nação não estava acostumada a viver de outra forma que não fosse reverenciando a administração de Saddam.

O semanário acreditava que os iraquianos, apesar da aversão à dominação ocidental, necessitavam da presença e ajuda norte-americana para determinar o futuro do país. O Iraque precisava de uma administração estadunidense, pelo menos provisória, para progredir, desenvolver e deixar de ser parte do grupo de países subdesenvolvidos. A revista

informou que “*se deixados a seus próprios instintos, não há dúvida sobre como seria esse futuro: religioso e fundamentalista, quase uma cópia da república dos aiatolás no vizinho Irã*” (ANEXO XIV).

Nessa perspectiva, se os planos eram louváveis e os estrangeiros bem intencionados, caso houvesse falhas, a culpa seria dos próprios árabes:

Quase sem exceção, a imprensa da região apresenta a atual invasão anglo-americana do Iraque como parte de um assalto brutal de uma potência imperialista contra árabes indefesos. Com esse sentimento de desconfiança, fica difícil imaginar como os Estados Unidos poderão fornecer um exemplo que venha a ser respeitado e talvez seguido por outros países vizinhos do Iraque (ANEXO XII).

O término do conflito foi anunciado por George W. Bush no dia 1º de maio. A partir de então, a cobertura foi aos poucos sendo modificada, passando a oferecer enfoque à resistência iraquiana, aos erros norte-americanos e até mesmo às mentiras contadas pelos aliados. Apesar de nunca abandonar o favoritismo, a *Veja* começava a adotar uma posição mais crítica e realista.

3.4 A guerra certa pelos motivos errados

Ao declarar o fim da guerra, a revista reafirmou que os EUA haviam alcançado um sucesso militar espetacular, mas, por outro lado, admitiu que a estratégia americana revelou-se incompetente para a paz. Segundo o semanário, os EUA estariam enfrentando uma luta de guerrilha e o número de soldados americanos mortos em atentados já superava o índice de óbitos durante a invasão propriamente dita.

Naquele momento, a maioria dos ataques, de acordo com o serviço de inteligência americano, eram realizados por células isoladas de remanescentes do Baath, o partido da ditadura. A *Veja* afirmou que a resistência era encorajada principalmente pelo fracasso americano em garantir condições básicas de sobrevivência aos iraquianos. A edição 1.817 menciona que:

Quatro meses depois de derrubar a ditadura de Saddam Hussein, os Estados Unidos não conseguem impor ordem no Iraque. Uma resistência armada e ousada ataca os soldados americanos e se dedica a sabotar a infra-estrutura do país, de oleodutos a estações de tratamento de água e linhas de transmissão de energia (ANEXO XXII).

Para melhorar a situação da população e controlar os revoltosos, o plano era estabelecer uma administração provisória formada por norte-americanos. No entanto, essa estratégia acabou sendo falha, porque os dirigentes religiosos xiitas com representatividade no país rejeitaram o governo estrangeiro e com isso incitaram a população a continuar lutando.

A partir desses acontecimentos, a revista e o próprio Estados Unidos finalmente admitiam que, para dominar o caos e democratizar o Iraque, seriam necessários muito mais tempo, dinheiro e sacrifício do que se imaginava. Era preciso aceitar que os planos foram precipitados e mal estruturados.

Apesar da atitude de rever alguns posicionamentos anteriores, a *Veja* não adotou uma postura totalmente crítica em relação ao presidente George Bush. As reportagens passaram a alternar julgamentos negativos e argumentos defensivos. Em algumas ocasiões, predominou a idéia de que o governante ianque errou, mas isso ocorreu por ele ter acreditado plenamente nos seus assessores.

Segundo a revista, Bush estaria amargando o resultado de ter confiado nos neoconservadores. Esse grupo seria o principal responsável por convencer o presidente de que livrar o Iraque do ditador seria o primeiro passo da operação de purificação do mundo islâmico. No entanto, segundo a *Veja*, nem mesmo os neoconservadores deveriam ser crucificados:

É sempre bom ter em mente que, sem os atentados ao Pentágono e ao World Trade Center, George W. Bush e os neoconservadores que o cercam na Casa Branca não teriam ido tão longe em sua negação dos valores de liberdade que fizeram dos Estados Unidos um símbolo para o mundo (ANEXO XXII).

Seguindo a lógica de alternar defesa e crítica, o semanário questionou se as justificativas dadas pela cúpula do governo estadunidense realmente correspondiam à realidade. A *Veja*, que sempre concordara e defendera os motivos apresentados, começou a indagar se eles valiam toda a empreitada realizada. Foi publicado na edição 1.812 (ANEXO XVIII) o seguinte quadro:

| Mentiras ou exageros? | |
|---|---|
| A discussão sobre as justificativas para a guerra no Iraque | |
| O que Bush disse | O que se sabe agora |
| <i>"Se nós soubéssemos que Saddam Hussein tem armas perigosas hoje - e nós sabemos - faria algum sentido para o mundo esperar para confrontá-lo, enquanto ele fica mais forte e desenvolve armas ainda mais perigosas?"</i> | Ainda não foram encontradas armas de destruição em massa ou programa nuclear no Iraque. |
| <i>"O governo britânico soube que Saddam Hussein recentemente adquiriu quantidades significativas de urânio da África."</i> | A CIA tinha desmentido a compra de urânio da África antes mesmo do discurso de Bush. |
| <i>"Evidência de fontes de inteligência, comunicações secretas e declarações de pessoas agora em custódia revelam que Saddam Hussein ajuda e protege terroristas, incluindo membros da Al Qaeda"</i> | Ainda não há provas dos laços entre Saddam e a rede terrorista de Osama bin Laden. |
| <i>"Soubemos por meio de três desertores que o Iraque, no fim dos anos 90, tinha vários laboratórios móveis de armas biológicas."</i> | Não há vestígio dos tais laboratórios. |

É possível perceber que mesmo sendo um exemplo claro de recriminação, o quadro ainda revela um misto de defesa. A inclusão de “exageros” no título funciona como um eufemismo, ou seja, impede que a impressão dominante seja de que os americanos mentiram sobre seus motivos para fazer guerra ao Iraque.

A captura de Saddam Hussein na noite de 13 de dezembro de 2003 encerrou essa fase da cobertura da Guerra do Iraque. Os Estados Unidos invadiram o país em março com a missão de depor o governo e desbaratar seu estoque de armas. Apesar de procurarem em todo o território, não foi encontrado nenhum vestígio do tal arsenal. Assim, a revista é obrigada a criar nova estratégia argumentativa:

É um tanto constrangedor para a Casa Branca, mas não altera na essência o objetivo da guerra, que era eliminar um foco de instabilidade no coração do Oriente Médio. Não foi o armamento proibido que transformou Saddam num perigo global, e sim seu insaciável apetite por conquistar territórios vizinhos e patrocinar o terrorismo (ANEXO XXVII).

Com a falta de evidências, o certo seria que a revista admitisse que Bush fizera uma guerra injusta. No entanto, completando a missão de advogada norte-americana, a *Veja* preferiu distorcer e transformar seu próprio discurso. O objetivo do conflito deixou de ser “acabar com armas químicas” e foi substituído pela “extinção de uma esfera de inconstância”, conforme nota-se no fragmento acima.

O ano de 2003 da editoria internacional da revista *Veja*, então, concluiu que foi a guerra certa, mas pelos motivos errados.

3.5 Enquadramento Militar

O enquadramento militar vai abordar os fragmentos da revista relacionados às ações militares, estratégias, armas, alvos, ou seja, tudo que se dedicava a explicar os movimentos de combate. Para a *Veja*, o conflito no Iraque configura-se como inédito na história da humanidade. Em primeiro lugar porque correspondia a uma guerra “preventiva”, ou seja, se tratava de atacar um potencial adversário na expectativa de que ele tentaria, mais cedo ou mais tarde, aplicar algum tipo de golpe.

Segundo, esse embate seria um grande espetáculo de equipamentos e armamentos de última geração, o que reduziria o número de baixas nas forças aliadas e a quantidade de civis atingidos. Bush prometeu triturar o exército inimigo e depor Saddam com uma ofensiva rápida e furiosa, na qual os índices de mortalidade fossem surpreendentemente baixos.

Uma das piores faces de uma guerra é a quantidade de civis atingidos acidentalmente. Segundo a *Veja*, nesse ponto o conflito em questão seria diferente. Os mísseis guiados por satélites fariam os bombardeios serem restringidos aos alvos estratégicos. Ou seja, não haveria erros e com isso o número de cidadãos mortos seria menor. Seria mais fácil conquistar o apoio das sociedades ocidentais se elas acreditassem que iraquianos inocentes não seriam atingidos.

A fim de garantir um número pequeno de óbitos também nos combates, uma grande quantia em dinheiro foi investida em equipamentos de segurança: “*o soldado americano está paramentado com a mais eficiente carcaça protetora da história*” (ANEXO XIX). Os membros do exército foram equipados com um colete resistente a projéteis, aparelhos de GPS e até óculos blindados. Segundo a revista, em 2003 o poder de fogo de um americano equivalia a 650 combatentes da I Primeira Guerra Mundial.

Os artefatos de defesa eram muito importantes, mas a força do exército americano era proveniente, sobretudo, da estrutura de ataque. A revista afirmou que os Estados Unidos “*reúne um conjunto de armamentos que parecem saídos de um filme de George Lucas*”, ou seja, seu aparato bélico é tão assombrosamente moderno que pode ser comparado a um filme de ficção.

Aviões-robôs que enganam radares, munições inteligentes guiadas por GPS que atingem precisamente o alvo programado, bombas antitanque teleguiadas, informações transmitidas por satélite para indicar aos comandantes em campo a localização exata das próprias tropas e dos inimigos durante as batalhas – as Forças Armadas americanas exibiram toda essa tecnologia de ponta, e mais ainda, na conquista-relâmpago do Iraque. Nenhum outro país pode ser remotamente comparado à máquina de guerra dos Estados Unidos. É o melhor exército que jamais existiu, tanto em termos absolutos quanto em comparação com os de outras nações (ANEXO XVI).

Para completar a estrutura militar, o Pentágono realizou um planejamento tático audacioso. Segundo a revista, essa era a guerra de Donald Rumsfeld, o secretário de Defesa do governo Bush, que concretizou e levou a campo as motivações ideológicas. Seu plano era atacar diretamente a capital do inimigo e derrubar o regime: de forma rápida e asséptica.

A *Veja* afirma que a estratégia de “choque e espanto” tinha por meta desestruturar o governo iraquiano, isolar seus diferentes níveis de poder e permitir que uma rebelião popular fizesse o restante do serviço. Mas nada disso ocorreu. As bombas acertaram os alvos, mas o regime não desabou e, invés de rebelião, a população organizou uma resistência ainda mais intensa.

A reportagem explica que o erro fundamental dessa tática foi não ter infligido danos concretos, ou seja, só atingiu símbolos estáticos do regime ao invés de destruir, por exemplo, os quartéis e a infra-estrutura de comunicações. O argumento consiste em que isso teria dado tempo e fôlego para os partidários de Saddam reorganizarem o contra-ataque. Também foram consideradas falhas a logística mal calculada e o pequeno contingente de soldados enviados à guerra. O semanário explica que:

Generais de pijama, contratados como comentaristas pela televisão americana, acusaram o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, de ter enviado soldados de menos ao campo de batalha, arriscando-se a uma derrota humilhante por falta de guerreiros, de suprimento para soldados, além de peças de reposição e combustível para o arsenal de guerra em movimento rumo a Bagdá (ANEXO XII).

É possível perceber que a revista foi obrigada a admitir que a fantástica máquina de guerra cometeu graves erros, os quais lhe custaram vidas e dinheiro. No entanto, os julgamentos foram sempre abrandados por justificativas simplistas e depreciação dos críticos, a exemplo do termo “generais de pijama”, usado para designar os militares já aposentados e, portanto, inativos e sem direito a análises condenatórias.

Do lado interno da fronteira, estavam Saddam e seu exército, um dos maiores e mais experientes do mundo árabe. No entanto, segundo a revista, “*nada disso valeu diante do moedor de carne americano*”. A opinião geral, inclusive da *Veja*, é que “*diante da potência bélica americana, pode-se dizer que a nova guerra no Golfo não será propriamente um combate, mas uma exibição unilateral*” (ANEXO III).

A revista informou que três de cada quatro soldados iraquianos eram recrutas do Exército regular, ou seja, “*despreparados e sem motivação para enfrentar a máquina de guerra americana*”. A ameaça real só poderia vir da Guarda Republicana, a tropa de elite particular do ditador, formada por cem mil combatentes extremamente bem treinados.

Antes da guerra, a previsão era de que Saddam poderia minar poços de petróleo, destruir represas e explodir pontes para atrasar o avanço do inimigo. No entanto, a resposta foi bem diferente. Segundo a *Veja*, ele concentrou suas melhores tropas, inclusive a Guarda Republicana, na defesa da capital e despachou milícias paramilitares e pelotões especiais para as cidades do sul.

Para o semanário, “*a única esperança do regime de Saddam diante de inimigos tão poderosos é prolongar a guerra até esgotar a paciência da opinião pública americana*”. No entanto, essa nova versão de Vietnã não se concretizou. Os invasores tomaram o país em tempo recorde, “*tendo conquistado Bagdá com a guerra dos 21 dias, em uma campanha ousada, criticada e por fim excepcionalmente bem-sucedida*” (ANEXO XIII).

A *Veja* explorou intensamente a perspectiva militarista do conflito. É possível perceber pela linguagem utilizada que ela comporta-se como se a guerra fosse de seu próprio interesse. As capas e maioria das matérias chamavam atenção para a disparidade de forças e a impossibilidade de se evitar a invasão.

O enquadramento militar foi retratado inúmeras vezes pela revista exatamente por se tratar de uma perspectiva sedutora. Esse aspecto da cobertura carrega uma carga de novidade e ousadia que permite visualizações próximas a filmes de ação. É muito mais agradável imaginar armas e estudar estratégias, do que refletir sobre o sofrimento humano e as questões políticas que envolvem a guerra. É possível concluir que a revista vinculou constantemente os aspectos belicistas para atender a função de distrair, muito mais que informar.

3.6 Enquadramento Econômico

O enquadramento econômico reúne as eventuais motivações econômicas do conflito, as possíveis conseqüências financeiras da derrota e da vitória e os gastos realizados pelos Estados envolvidos. No caso específico da Guerra do Iraque, a maior parte dos meios de comunicação abordou principalmente o desejo americano de controlar as reservas petrolíferas do país árabe.

A *Veja*, no entanto, raramente analisou esse assunto. Quando o fez, foi defendendo as metas norte-americanas que considerava verdadeiros. O semanário mostra que:

A suspeita de que Bush quer fazer a guerra só para se apossar dos campos petrolíferos do Iraque é infantil. As companhias petrolíferas respondem por apenas 6% da riqueza americana e há dúvida se suas ações ganhariam algum valor caso o petróleo iraquiano voltasse a jorrar no mercado mundial. “Mesmo que as companhias de petróleo americanas viessem a lucrar com a guerra, o que é discutível, seria um contra-senso de Bush favorecê-las jogando os outros 94% da economia dos EUA no prejuízo que o clima de guerra acarreta”, escreveu o ensaísta alemão Rolf Weitkunat. (ANEXO VI)

Segundo a revista, o objetivo estadunidense seria recuperar as instalações industriais e petrolíferas, não em benefício próprio, mas visando melhorias para os próprios iraquianos.

A conta será salgada. Calcula-se que os Estados Unidos deverão gastar cinco bilhões de dólares para recuperar as instalações de petróleo e outros 20 bilhões para reconstruir o parque industrial iraquiano. O investimento compensa. As imensas reservas de petróleo serão um maná para as empresas americanas do ramo e, suspenso o embargo, para a própria recuperação do Iraque. Imagine-se um Iraque livre das atrocidades de Saddam, produzindo plenamente e com um projeto democrático (ANEXO I).

Para o semanário, ao contrário do que foi dito, o interesse dos aliados na região não era somente explorar as reservas combustíveis: “*os críticos podem acrescentar também o interesse pela reconstrução das pontes, das estradas e do sistema elétrico e de comunicações*”.

Os custos desse processo de recuperação foram estabelecidos em torno de 30 bilhões de dólares. De acordo com a visão da revista, esse investimento exorbitante é prova de que os EUA teriam que arcar com grandes despesas e por isso, aqueles que realçaram somente o lado lucrativo da guerra teriam deturpado as boas intenções americanas e julgado injustamente os planos.

Antes, porém, de discutir a recuperação do Iraque, era necessário determinar os dólares da destruição. Ou seja, era preciso definir o capital diretamente aplicado nas operações militares. Segundo a *Veja*, só os Estados Unidos teriam dinheiro, homens treinados e determinação política necessária para cumprir a meta até o fim.

Essa certeza exclusiva é baseada na quantia assombrosa de dinheiro empreendida na campanha bélica. O semanário afirmou na edição 1.817 (ANEXO XXII), que a ocupação custava 3,9 bilhões de dólares por mês só na manutenção da soldadesca. Além disso, estimativas demonstravam que em três meses, os gastos com pessoal, operações e transporte de armas deveriam consumir até 12,5 milhões de dólares.

De certa forma a *Veja* negligenciou o debate acerca das reservas enérgicas iraquianas, mas não cometeu o mesmo deslize em relação ao potencial militar americano e aos investimentos feitos nessa área. A maior parte do aspecto econômico da cobertura foi dedicada a enumerar os milhões de dólares gastos no setor bélico.

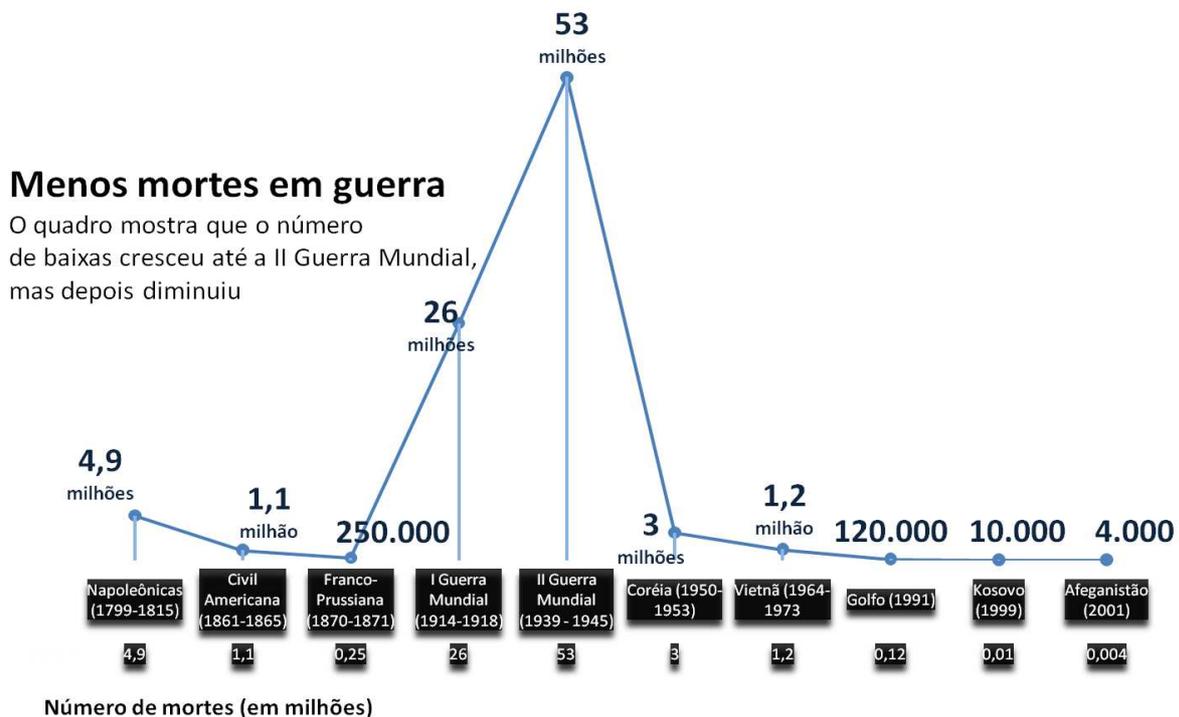
3.7 Enquadramento Humano

O enquadramento humano retrata o que certamente é a face mais horrenda de uma guerra: as mortes. Milhares de vidas inocentes, não só civis, mas também militares, pagam o preço da intransigência, ambição e intolerância de seus governantes. Diante da barbárie, a vida humana perde seu valor.

A partir do momento em que os processos de negociação são abandonados, a violência e a destruição são as regras primordiais. Atingir o inimigo em sua estrutura física e, provocar o maior número de baixas em suas forças proporciona a vitória a um dos lados envolvidos. Obviamente os resultados são sempre muito funestos.

No entanto, segundo a *Veja*, com o passar do tempo e a evolução dos armamentos, ceifar tantas vidas não é mais necessário para ser bem sucedido em uma guerra. Estados que investem em suas Forças Armadas enfrentam conflitos menos sangrentos que aqueles combatidos em países com menos recursos bélicos.

Na edição 1.794 (ANEXO IX), a fim de demonstrar exatamente essa relação de modernidade com a diminuição do número de óbitos de uma guerra, a revista publicou o seguinte quadro:



É louvável o fato de que ao longo do tempo a quantidade de vidas ceifadas em conflitos venha diminuindo. No entanto, é preciso perceber que a intenção do semanário seria não somente trazer boas notícias a seus leitores, mas convencê-los de que a Guerra do Iraque iria a ocorrer com equipamentos de última geração, o que o tornaria o mais asséptico e limpo dos conflitos. Era mais fácil conquistar o apoio populacional prometendo que um número mínimo de soldados seria atingido e os civis não seriam mortos acidentalmente.

Em determinado momento, a própria *Veja* admitiu que a diminuição do número de vítimas fatais era importante não só por questões militares e humanitárias, mas principalmente pelas explicações que os EUA teriam que fornecer no pós-guerra. Conforme a revista, “os ganhos são políticos e militares: o avanço tecnológico obtido com a incorporação do satélite

no campo militar representa menos baixas e, conseqüentemente, menor desgaste político” (ANEXO X).

Sempre acompanhados da relação “modernidade e poucos óbitos”, os dados acerca das baixas iraquianas foram apresentados como pequenos se comparados às atrocidades realizadas por Saddam. A revista admite que a guerra foi atroz, mas logo demonstra que o ditador cometeu crimes maiores, o que, daquele ponto de vista, justificava o ataque norte-americano.

Como toda guerra, a invasão do Iraque foi cruel. Ainda assim, devido ao cuidado americano em evitar atingir os não-combatentes iraquianos e à própria brevidade do conflito, o número de baixas civis – estimado em 2.000 – é relativamente baixo para um conflito dessas proporções. Acredita-se que 100.000 iraquianos (200.000 em outras estimativas) tenham sido assassinados pelo regime de Saddam Hussein. E outros 500.000 foram mortos nas guerras iniciadas pelo ditador, contra o Irã e o Kuwait (ANEXO XIII).

Com relação às baixas nas tropas aliadas, pouco ou nada foi escrito. De certa forma, o semanário seguiu as regras do manual de comunicação entregue aos jornalistas “embutidos”. Esses repórteres deviam respeitar cerca de 19 normas, dentre as quais estavam a proibição de revelar o número de baixas nas operações, informar detalhes de planos militares e vincular imagens de prisioneiros.

Sendo assim, informações sobre americanos mortos no conflito só foram reveladas praticamente quando a guerra terminou. Na verdade, as notícias focavam os atentados organizados pela resistência iraquiana e, como complemento, citavam a quantidade de aliados mortos até aquele momento.

Os atentados em várias cidades iraquianas mataram pelo menos quarenta pessoas, a maioria iraquianos. As tropas americanas são alvo de uma média de 25 ataques por dia. Desde maio, 117 soldados foram mortos – superando o número de baixas na guerra – e 1.129 saíram feridos em emboscadas e atentados (ANEXO XXIV).

Pelas características apresentadas, os aspectos humanísticos são importantes para definir a dimensão de um conflito. O número de mortos e feridos define a gravidade das questões políticas. No caso específico da Guerra do Iraque, explicitar a quantidade de baixas era motivar ainda mais os debates e movimentos contra os EUA. Por isso, como partidária fiel, a *Veja* seguiu a tendência da imprensa norte-americana, procurando construir a imagem de uma guerra limpa, na qual a morte fosse mero detalhe ou simplesmente acidente de percurso.

CONCLUSÃO

Por meio da análise de discurso realizada nas reportagens vinculadas pela *Veja* durante o conflito do Iraque, em 2003, foi possível perceber que a dependência de alguns meios de comunicação brasileiros em relação aos veículos internacionais continua muito forte. Com todo aparato tecnológico e moderno existente, a imprensa brasileira poderia ter produzido uma cobertura mais autônoma e crítica. No entanto, a sujeição principalmente aos veículos norte-americanos, por questões históricas e culturais, ainda é real.

É preciso destacar que a atuação das agências de notícias também contribuiu muito para esse fraco desempenho dos veículos nacionais. O trabalho dessas grandes empresas é essencial para a disseminação de informações que favorecem seus países sedes. O acesso limitado a outras fontes confiáveis e a parca condição financeira, praticamente obrigam as revistas e jornais a reportar o que recebem de forma quase literal.

Em relação à guerra do Iraque, a *Veja* produziu reportagens que exemplificam essa relação de dependência. Ao longo da cobertura, a revista procurou evidenciar que os motivos norte-americanos eram justos e fez previsões de como o ataque beneficiaria, não só os iraquianos, mas toda a humanidade. Por outro lado minimizou os erros e justificou os atos impensados e planos falhos.

Depois de analisar as reportagens publicadas ao longo de 2003, é possível concluir que a *Veja* é a favor da explicitação editorial, ou seja, ela não tem a intenção de prezar pela neutralidade e objetividade, e sim deixar clara sua posição a respeito dos assuntos. A teoria aprendida na universidade é de certa forma negligenciada: a revista não deseja informar e deixar o leitor livre para refletir e concluir, ela especifica suas preferências e procura convencer o público do quanto suas posições estão corretas.

Considerando o ambiente doméstico, o semanário costuma defender posições que favorecem a direita política e faz críticas severas a partidos de esquerda. Em relação ao ambiente externo, ela geralmente segue as tendências dos grandes veículos internacionais. Destaca notícias relacionadas aos países desenvolvidos e raramente vincula matérias a respeito dos Estados periféricos, quando o faz, são reportagens acerca de pobreza, corrupção e violência.

As guerras também recebem grande espaço na editoria internacional da *Veja*. No caso do conflito do Iraque, a cobertura foi ainda mais enfática. Isso se justifica não só por se tratar de um embate militar de proporções gigantescas, mas principalmente por envolver politicamente muitos outros países além do Iraque e EUA. Nesse ambiente de debates

enérgicos, decisões unilaterais e divergências diplomáticas, o semanário fez questão de deixar claro suas próprias idéias e ponderações.

A divisão da pesquisa em enquadramentos facilitou a compreensão dos aspectos da guerra que a revista julgou mais importantes. A frequência com que cada um dos enquadramentos apareceu, revelou o quanto alguns assuntos foram favorecidos e outros negligenciados.

A *Veja* destacou as circunstâncias políticas, o que pode ser provado pelo grande número de matérias relacionadas aos debates diplomáticos, às motivações e objetivos. Há claras evidências de favoritismo e defesa dos interesses norte-americanos, ao mesmo tempo em que o governo iraquiano foi taxado como cruel e sanguinário.

O enquadramento militar foi o segundo mais retratado. O semanário procurou vincular a relação dos armamentos modernos com a diminuição dos óbitos. A maior preocupação era mostrar que esse conflito seria menos mortífero que os demais, ou seja, o semanário queria transmitir a ideia de que menos pessoas seriam atingidas e que, independente da destruição provocada, a guerra não seria tão prejudicial.

Apesar de serem tão importantes quanto as demais, as características econômicas e humanistas foram as menos reportadas. A maioria dos meios de comunicação explorou bastante a questão do petróleo iraquiano e a conhecida ambição norte-americana. No entanto, a *Veja* raramente fez menção a esse assunto. A revista destacou os custos da guerra e a quantia de dólar utilizado para reconstruir o Iraque. Dessa forma, deu a impressão de que os americanos não estariam lucrando com a guerra, mas tendo grandes gastos para derrubar um ditador e reconstruir um país em ruínas.

O enquadramento humanitário foi ainda menos retratado. A revista seguiu as orientações do governo estadunidense e, com isso, não informava as baixas dos exércitos e muito menos a quantidade de civis atingidos. Pelo tom adotado nas reportagens, a intenção era fazer com que a sociedade visse que as mortes causadas eram um preço pequeno a se pagar diante da derrubada de um governo totalitário.

Depois do fim do conflito foi possível perceber o quanto a revista cometeu erros de julgamento e fez previsões incorretas. As justificativas oficiais norte-americanas e britânicas para a invasão e ocupação do Iraque foram, na sua maioria, desmentidas com o passar do tempo. Conseqüentemente, as explicações da *Veja* foram também demolidas.

O principal argumento para o conflito foi a necessidade urgente de dominar Saddam Hussein, a fim de exterminar seu arsenal bélico. A guerra preventiva intencionava evitar que o desequilibrado ditador fizesse uso desses artefatos e causasse destruição. Apesar

dos esforços, nada foi encontrado e ficou evidente que as temidas armas de destruição de massa iraquianas não eram reais.

As intenções humanitárias e a obrigação de ajudar a população iraquiana oprimida (em especial os curdos e os xiitas) foram alardeadas pela revista. Apesar da importância de conter um governo repressor, os EUA não conseguiram realmente promover melhorias. O caos é reinante e o que se vê são ataques terroristas, doenças e revoltas.

Apesar dos americanos terem utilizado suas Forças Armadas para invadir dois países na guerra contra o terrorismo, o que se vê é o recrudescimento dos atos criminosos, e não sua diminuição. Desde os ataques de 2001, estima-se que a rede terrorista Al Qaeda vem promovendo atentados cada vez mais sofisticados, rápidos e violentos. Os ataques contra os soldados norte-americanos e a população de países como Afeganistão e Iraque não são exclusivos. Fazendo jus ao “terrorismo sem fronteiras”, as organizações têm atuado em diversos pontos do globo, demonstrado que são detentoras de grande poder econômico, bélico e político.

A sonhada autodeterminação e o particular radicalismo político impedem os iraquianos de entender os estrangeiros como aliados e libertadores. Além disso, a xenofobia é característica marcante, o que torna a presença dos americanos intolerável. O fator “xenofobismo” somado às diferenças religiosas (entre a maioria xiita e a minoria sunita) e ao pluralismo étnico iraquiano transformam a paz em um sonho distante. A possibilidade de eliminar um foco de instabilidade, como previu a revista, é ilusória.

O semanário afirmou também que a deposição da ditadura e a ascensão de uma democracia poderiam influenciar os vizinhos a adotarem regimes mais tolerantes. No entanto, a realidade é outra: até o momento, a dispersão não foi de valores democráticos, e sim de conceitos políticos teocráticos.

O especialista em segurança internacional, Gunter Rudzit, em entrevista para o site jornalístico *Último Segundo*, afirmou que Saddam, através de uma proposta nacionalista, exercia forte influência sobre os países vizinhos. Sua queda levou a um “vácuo de poder”, o qual vem sendo preenchido pelo Irã. O governo de Bagdá, que não era baseado em preceitos religiosos, servia como contrapeso à esfera teocrática iraniana. Uma vez que este freio desapareceu, a influência de Teerã tornou-se mais ampla, o que significa que de certa forma, o fundamentalismo religioso tem sido disseminado mais facilmente.

A *Veja* deu grande destaque a tese da 'nova guerra', na qual tecnologias de alta precisão e técnicas de combate permitiriam aos Estados Unidos guerrear deixando um número

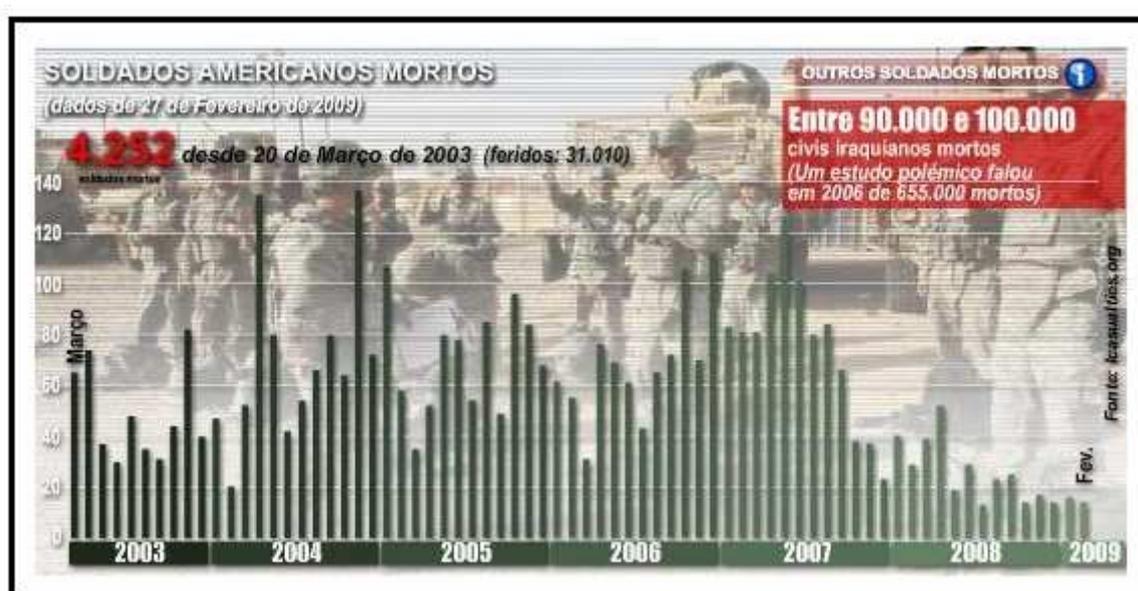
baixo de mortos, especialmente se tratando de civis. Embora o conflito no Iraque tenha sido usado para exemplificar essa relação, ele não atende realmente a esse propósito.

Um estudo feito pelo Projeto de Defesas Alternativas (PDA), com sede em Cambridge, afirma que no período de 19 de março ao fim de abril de 2003, no mínimo, 11 mil iraquianos foram mortos na guerra e, no máximo, 15 mil. Calculando a média entre esses dois valores, os pesquisadores chegaram a estimativa final de 13 mil mortos. Segundo o PDA, por volta de 30% das vítimas eram não-combatentes, ou seja, cerca de 4,3 mil vítimas eram civis².

As estimativas têm como base dados do próprio governo dos Estados Unidos, relatos de jornalistas que estavam nos campos de batalha e levantamentos feitos nos hospitais iraquianos. O PDA afirma que, apesar de armas de grande precisão terem sido usadas no conflito, mais civis morreram na guerra do Iraque do que durante a Guerra do Golfo, em 1991.

Pesquisas mais recentes feitas pelo grupo americano *Iraq Coalition Casualty Count*³ demonstram que ao longo do conflito, as baixas das tropas aliadas foram também maiores do que o esperado e, o cenário do pós-guerra não é melhor. Mais uma vez as previsões da revista foram incorretas. Mesmo com todo equipamento de proteção e bombas modernas, diversos soldados aliados foram mortos nos campos de batalha e as estratégias traçadas para a paz não surtiram efeito pacificador.

Gráfico 5: Soldados americanos mortos



² Informação de: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/031029_mortesiraquems.shtml (visitado: 22 de junho de 2009, as hr13:10)

³ Informação de: <http://icasualties.org/Iraq/index.aspx>

Um dos maiores responsáveis pelo conflito, George W. Bush, terminou o segundo mandato presidencial com altos índices de rejeição. O novo líder, Barack Obama, mostrou-se contra a guerra e afirmou que uma lição importante deveria ser aprendida com o conflito iraquiano: os Estados Unidos devem entrar em guerras com metas claras, pesar o custo de suas ações e comunicar honestamente este custo ao povo. De certa forma, com esse discurso Obama amite que os planos do governo anterior foram mal planejados e prejudicaram não só os iraquianos, como a própria nação estadunidense.

Durante a campanha para presidência dos EUA, Barack Obama havia prometido que no prazo de 16 meses, após ter assumido o cargo, promoveria a saída total dos militares americanos do Iraque. No entanto, foi obrigado a admitir que os problemas ainda são muitos e, por isso as missões de combate devem terminar até 31 de agosto de 2010, quando a maior parte dos 142 mil soldados americanos devem deixar o território iraquiano. Obama acredita que, depois desta data, entre 35 mil e 50 mil soldados devem permanecer no Iraque para fornecer treinamento para as forças de segurança nacionais. A saída deste último grupo está prevista para 2011.

Segundo o presidente, outra importante lição para os Estados Unidos, é a necessidade de dialogar mais com outros países. Obama afirmou que ao contrário do que foi feito pelo governo anterior, pretende negociar com o Irã e a Síria. Ele concluiu que seu país deve iniciar uma nova era de relações com os demais Estados.

Visualizando todo o processo de pré guerra, desenvolvimento e pós guerra, é possível traçar perspectivas diferentes acerca dos planos elaborados por Bush. Adotando uma visão inocente e positiva, suas metas podem ser consideradas louváveis, mas utópicas. Fazendo uma reflexão fria e realista, conclui-se que os objetivos não eram realmente estabelecer direitos humanos, fixar conceitos democráticos e promover segurança. A invasão foi movida por motivos econômicos e geopolíticos.

Utilizando o raciocínio positivo para julgar a cobertura da *Veja*, nota-se que ela se baseou especialmente nas versões oficiais e nas informações recebidas através das agências de notícias, sendo assim pareceu confiante e condescendente. Adotando uma visão crítica, percebe-se que a revista realizou uma cobertura superficial e de certa forma tendenciosa. De certa maneira, isso influenciou o entendimento dos leitores a respeito do conflito, o que é prejudicial na medida em que são levados a desenvolver opiniões mal argumentadas e distantes da realidade.

Conclui-se assim que o jornalismo pode ser um meio de transformação social, mas também um forte mantenedor da balança de poder que move os Estados e define seus atos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, R. C. Q. de. *Olhares da guerra*. Movendo ideias. n. 13, v. 8, 2003. p. 99-116 / P 0(05) MOV
- ARBEX, José Jr. *O Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.
- ARBEX, José Jr. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001
- BELTRÁN, Luis Ramiro e CARDONA, Elizabeth Fox. *Comunicação Dominada: os EUA e os meios de comunicação da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, L. P. M., *Iraque: petróleo, história e guerra*. Carta Mensal., n. 591, v. 50, 2004. p. 73-92 / P 38(05) CAR
- FINO, Carlos. *A Guerra ao vivo*. São Paulo: Verbo, 2003.
- FONTENELLE, Paula. *Iraque- A guerra pelas mentes*. São Paulo: Sapienza, 2004.
- GOLUB, Philip S. *Estados Unidos: o império enxerga seu declínio*. Defesa nacional. n. 810, v. 94, 2008. p. 29-33 / P 008(05) DEF
- GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry. *Guerra e Imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque*. São Paulo: Summus, 2003.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1987
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001
- LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Editora Ática: 1986
- LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira. *O conflito do Iraque: erros estratégicos*. Defesa nacional. n. 803, v. 91, 2005. p. 26-34 / P 008(05) DEF
- MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Editora Ática, 1994
- MATTA, Fernando Reyes. *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988
- MENEZES, Albene Miriam F. *Entre dúvidas e globalização : guerra no Iraque, início de um novo século americano?*. Revista múltipla. n. 14, v. 8, 2003. p. 9-33 / P 008(05) VER
- MILAN, Rai. *Iraque, plano de guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORAES, Mario de. *Quando a coragem é imprescindível*. Revista de comunicação. n. 47, v. 13, 1997. p. 20-25 / P 07(05) REV
- NATALLI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004
- OESSELMANN, D. J. *Tão perto. Tão longe - um posicionamento contra a guerra do Iraque*. Revista de divulgação cultural. n. 81, v. 25, 2003. p. 39-49 / P 008(05) REV

- OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio: uma região de conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991.
- PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. *Infiéis na terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islã*. Imprensa de Coimbra, Lda.: 2003.
- PIRES, A. *Internacional*. Conjuntura econômica. n. 2, v. 57, 2003. p. 54-58 / P 33(05) CON
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2004
- SEITENFUS, R. *As mutações da ordem internacional*. Vidya (Santa Maria). n. 36, v. 19, 2001. p. 67-78 / P 0(05) VID
- SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SOUZA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Minerva Coimbra, 2000
- STOFFEL, W. N. P., *Enfrentando o gigante*, Defesa nacional. n. 796, v. 89, 2003. p. 120-134 / P 008(05) DEF
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005
- TRAQUINA, Nelson. *O que é jornalismo*. Quimera: Rio de Janeiro, 2002.
- VILAS BOAS, Sérgio. *Estilo Magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996

ANEXOS

ANEXO I – “Tudo pronto para a guerra”

Se o presidente George W. Bush decidisse desfechar hoje a nova tempestade no deserto que se abaterá sobre o Iraque, já teria tudo na mão. São 110 000 militares no teatro de operações (um número que deverá chegar a 150 000 em breve), uma incomparável máquina de guerra já instalada no Oriente Médio e um centro de comando em funcionamento no emirado de Catar — completo, inclusive com os comandantes de campanha devidamente despachados para lá. O envio de tropas e de material militar deverá continuar, pois a hiperpotência americana faz tudo sempre com um enorme excedente de recursos. Até o fim de fevereiro, o período sobre o qual se concentram as especulações a respeito do início da campanha, o gigante estará pronto, e com sobra. Só fica faltando a ordem presidencial. De que ela virá, restam poucas dúvidas. Bush prometeu uma "mudança de regime" no Iraque, e é exatamente isso o que pretende fazer. Segundo indica toda a imensa mobilização militar, só não haverá guerra se: a) Saddam Hussein receber um recado direto de Alá e resolver poupar a seu povo o sofrimento que inevitavelmente a intervenção americana provocará; b) algum general resolver transmitir pessoalmente a mensagem divina e despachar o tirano para o além. Dadas a indiferença de Saddam pela miséria dos iraquianos e a sua extraordinária capacidade de sobrevivência, através do terror espalhado entre os inimigos e, principalmente, os amigos, as probabilidades de que isso aconteça são muito pequenas.

Saddam terá de ser desativado na marra, num tipo de intervenção americana sem precedentes, pela volatilidade da região onde ocorrerá, pelo esforço que demandará e pelas possibilidades que abrirá, tanto para o bem quanto para o mal. O "tempo está se esgotando" para Saddam, disse na semana passada um Bush irritado com as concessões que precisa fazer para dar uma moldura de legitimidade internacional à operação contra o Iraque de Saddam. Pelo calendário não declarado da ala mais agressiva do governo americano, os inspetores da ONU encarregados de vistoriar instalações iraquianas suspeitas de armazenar armas químicas e biológicas apresentariam agora, no dia 27, o relatório sobre seu trabalho, o regime de Saddam ficaria enroscado, e pronto: estariam preenchidas as condições para iniciar o bombardeio. Acontece que os inspetores já pediram mais alguns meses de trabalho. Na quinta-feira passada encontraram o indício mais contundente até agora de ilícitudes iraquianas: doze ogivas do tipo usado para armas químicas, onze vazias e uma duvidosa.

Bush estará disposto a dar esse tempo ou, aproveitando-se de exemplos como o das ogivas químicas, irá à guerra sem o endosso da comunidade internacional nem o apoio de aliados tradicionais, com exceção da sempre fiel Inglaterra? Mesmo que ele resolva esperar, a fragilidade política dos argumentos do governo americano em favor da intervenção militar não deverá mudar muito. Ao longo de um ano, desde que anunciou a intenção de defenestrar ditadores que potencialmente possam passar armas de destruição em massa para radicais islâmicos, Bush não conseguiu convencer a opinião pública internacional de que Saddam constitui uma ameaça suficientemente grande que justifique a mais drástica de todas as medidas. Mesmo no plano interno, apenas um quarto dos americanos apóia, hoje, uma guerra contra o Iraque sem a anuência de países aliados. Quando Bush pai lançou a primeira Tempestade no Deserto, tinha argumentos solidíssimos. Saddam havia invadido e anexado criminosamente um país vizinho, o Kuwait, e ainda poderia se animar a tomar também os riquíssimos campos de petróleo da Arábia Saudita, hipótese que transformaria a economia planetária em um pandemônio. Bush filho, ao contrário, tem uma causa cheia de buracos. Não comprovou que o Iraque de Saddam, sob sanções econômicas e desarmado à força, apesar das óbvias tentativas de burlar a vigilância da ONU, é um risco para a segurança internacional. Isso para não falar de uma suposta conexão, nem de longe substanciada, entre o carniceiro de Bagdá e os terroristas da Al Qaeda.

AP



A FORÇA
Porta-aviões americano no Golfo: a máquina de guerra em ação

Se resolver ignorar as resistências internacionais e partir para a ação-solo, o presidente americano dará a ordem para o início dos combates possivelmente no fim de fevereiro ou começo de março, quando as condições climáticas para uma guerra no deserto são menos severas. Especialistas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um grupo de estudos independente com sede em Washington, vislumbram três cenários possíveis. No mais otimista, a intervenção americana no Iraque duraria no máximo seis semanas e causaria um pequeno e temporário aumento na cotação do petróleo, hoje em torno de 30 dólares o barril. O pior cenário prevê um conflito de seis meses, com prejuízos pesados aos poços de petróleo. Neste caso, o preço do barril poderia chegar a 80 dólares. As consequências para a economia americana seriam graves: recessão profunda, traduzida em contração de 4% do produto interno bruto dos EUA já no segundo trimestre deste ano e aumento do índice de desemprego. Desnecessário lembrar quanto o resto do planeta se ressentiria quando a maior economia de todos os tempos vai mal.

A incomparável superioridade militar e a fartura de recursos são os trunfos do governo Bush para apostar na hipótese otimista: uma campanha rápida, com um mínimo de baixas americanas e um número "aceitável" de iraquianos inocentes que serão inevitavelmente imolados. A certeza da vitória é tão inabalável que o pós-guerra também já está traçado. O atual presidente vai fazer o que seu pai evitou em 1991: assumir a responsabilidade por derrubar Saddam, governar o país durante um período interino e evitar que os iraquianos se esfaquelem ou partilhem o país. Os riscos são grandes. O Iraque é habitado ao norte pelos curdos, um grupo étnico com aspirações à independência impossíveis de ser atendidas devido à instabilidade que provocaria em vizinhos como a Turquia, um aliado vital dos Estados Unidos. Uma tentativa de rebelião no fim da primeira guerra do Iraque deixou mais de 2 milhões de refugiados. No sul, a população é árabe, mas segue majoritariamente a vertente xiita do islamismo, o que a torna simpática ao Irã — outra aproximação que os Estados Unidos não podem admitir. Para administrar tudo isso foi concebido o mais ambicioso plano de intervenção externa americana desde a ocupação da Alemanha e do Japão, em 1945. A presença militar no Iraque deverá se estender por, no mínimo, dezoito meses após o fim do conflito. Um administrador civil, provavelmente designado pela ONU, deverá ser o encarregado de gerir a economia e comandar o processo político que contemple uma nova Constituição e eleições.

A conta será salgada. Calcula-se que os Estados Unidos deverão gastar 5 bilhões de dólares para



O ATAQUE

Militares iraquianos: pelo cenário otimista, a guerra acaba em seis semanas

recuperar as instalações de petróleo e outros 20 bilhões para reconstruir o parque industrial iraquiano. O investimento compensa. As imensas reservas de petróleo serão um maná para as empresas americanas do ramo e, suspenso o embargo, para a própria recuperação do Iraque. Imagine-se um Iraque livre das atrocidades de Saddam, produzindo plenamente e com um projeto democrático. Parece bom demais para ser verdade. Mas é um sinal de esperança num momento em que o país se prepara para ver, de novo, mais morte e destruição.

ANEXO II - “A arma supersecreta”

Prontos para ir à guerra sem o apoio da ONU, os Estados Unidos podem testar contra o Iraque a bomba de microondas

O vilão da história deveria ser Saddam Hussein. O ditador do Iraque invadiu dois países (Irã e Kuwait), usou gases venenosos para massacrar a minoria curda e, suspeita-se, esconde com propósitos malignos armas de destruição em massa. O malvado internacional do momento, no entanto, é o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. A razão é sua insistência em fazer a qualquer custo a guerra contra o Iraque, apesar da relutância do restante do mundo. Na segunda-feira 27, os inspetores da ONU encarregados de procurar arsenais de armas de destruição em massa no Iraque vão apresentar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas o primeiro relatório

sobre o levantamento que fizeram. Devem informar que não encontraram as provas da existência de arsenais clandestinos e pedir prazo maior para investigar. Dois dias depois, o Conselho decidirá o que fazer. Os americanos gostariam de obter logo o respaldo da organização para um ataque militar ao Iraque. Se for no voto, os Estados Unidos perdem com certeza. A maioria dos quinze países que compõem o órgão máximo da ONU está disposta a conceder mais tempo aos inspetores. Na semana passada, numa reunião entre seus chefes de Estado, a França (que tem direito de veto no Conselho) e a Alemanha anunciaram que não vêem justificativa para a guerra. Sem se importar, Bush deixou claro que está disposto a correr todos os riscos para cumprir a promessa de varrer do poder – e logo – seu desafeto iraquiano. Com ou sem a aprovação da ONU.

Bush parece ter optado pelo caminho mais rápido para se livrar de Saddam. Sua estratégia é aproveitar a fragilidade militar do Iraque, que ainda não se recuperou da surra levada na Guerra do Golfo, em 1991, para liquidar rapidamente a fatura e, com isso, aplacar as críticas internas e externas à guerra. Para a Casa Branca, é preferível derrubá-lo já, antes que o ditador iraquiano se alie ao terrorismo islâmico ou adquira tecnologia nuclear para ameaçar os Estados Unidos e os países vizinhos – como a Coreia do Norte está fazendo agora. O Pentágono deverá usar contra Saddam suas armas mais sofisticadas, algumas que nem sequer foram testadas na campanha do Afeganistão, concluída há um ano. Uma vedete da nova geração do ultramoderno arsenal americano é a bomba de microondas – um segredo guardado a sete chaves pelo Pentágono que promete revolucionar a estratégia de combate. A bomba de microondas não é uma munição convencional, e sim uma arma de energia direta. Não abala prédios nem estruturas. O que faz é danificar circuitos eletrônicos, por meio da emissão de pulsos de energia eletromagnética. Queima equipamentos de comunicação e computadores, mesmo os que se encontram em locais fechados ou subterrâneos. Em teoria, pode inutilizar as armas químicas e biológicas, que dependem de equipamentos eletrônicos para ser utilizadas. Até o sistema de ignição dos tanques inimigos deixa de funcionar. Com isso, os iraquianos seriam privados de comunicação, veículos ou lançadores de foguete. Teriam de lutar às cegas, apenas com armas pessoais.

Alvos fixos não têm defesas contra uma arma como a bomba de microondas. Os EUA já desenvolveram sofisticados softwares, com mapas tridimensionais de Bagdá e de outras cidades iraquianas, com destaque para instalações militares e possíveis depósitos de armas químicas e biológicas. Com o auxílio de um GPS, o sistema de navegação por satélite, basta programar os ataques. Em tese, os pulsos emitidos pela bomba de energia não são letais para humanos. O nível de energia suficiente para danificar ou destruir um circuito eletrônico é menor que o mínimo necessário para queimar a pele de um ser humano. Mas, como a bomba de microondas nunca foi utilizada em situação de combate, seu efeito real é uma incógnita. Uma coisa sabida é que tem efeito devastador sobre marca-passos cardíacos e aparelhos hospitalares de sustentação da vida. Há dois tipos de bomba de microondas. A versão mais antiga libera energia através de uma explosão, mas seu foco não é preciso. Chamada de e-bomb, é ofertada por fabricantes russos em feiras internacionais de armamentos e pode ser transportada em mísseis teleguiados, como o Tomahawk.



Soldados americanos em treinamento: concentração de tropas no Golfo

Já a arma ultra-secreta desenvolvida pelo Pentágono faz uso do mesmo princípio, mas emite um único feixe de energia. "É um raio de energia composto de três partes: um gerador, uma máquina para gerar a onda na frequência desejada e uma antena para direcionar o feixe de energia", disse a VEJA o analista militar Loren

Thompson, diretor do Instituto Lexington, um centro de estudos com sede em Washington. Por se propagar à velocidade da luz (300 000 quilômetros por segundo), atinge o alvo antes que o militar designado para acioná-la tenha tido tempo de tirar o dedo do gatilho. O flash de energia é invisível e gera 2 bilhões de watts – o suficiente para acender simultaneamente 20 milhões de lâmpadas de 100 watts. Seu poder de destruição é limitado a um raio de 300 metros, e parte da energia gerada é dissipada em sua trajetória até atingir o alvo. Tecnicamente, ela pode ser acionada do solo. Por motivos de segurança, tudo indica que a bomba será acoplada a um avião – os militares americanos temem que, se for disparada de um navio, a arma possa danificar os chips da própria embarcação.

A atual concentração de mais de 100 000 soldados americanos no Golfo Pérsico é um sinal de que o ataque é para breve. Uma autoridade americana, citada pelo jornal inglês *The Guardian*, diz que, no que se refere à data do início da guerra, "meses é uma palavra proibida". Em Washington "só se fala em semanas". Se uma nova guerra no Golfo parece iminente, os motivos para provocá-la ainda não convenceram nem mesmo aliados tradicionais dos Estados Unidos. O presidente americano afirma ter razões de sobra para derrubar o ditador de Bagdá – a quem considera uma fonte permanente de tensão no Oriente Médio desde que assumiu o poder, 23 anos atrás. Por enquanto, Bush conta apenas com o apoio de Inglaterra, Itália, Espanha e Austrália para dar início a uma ofensiva militar contra Saddam. A França ameaçou exercer seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU no caso de Washington tentar impor uma resolução propondo intervenção militar no Iraque. China e Rússia, que também fazem parte do Conselho de Segurança, já avisaram que preferem o caminho da negociação diplomática ao da guerra. O mesmo serve para os países árabes, sensíveis às turbulências que um novo conflito traria à região do Oriente Médio. Bush perdeu apoio a sua causa até mesmo nos Estados Unidos. Pesquisas mostram que sete em cada dez americanos só aprovam uma invasão do Iraque com respaldo da ONU. De quebra, Bush foi alvo de manifestações de protesto em várias regiões dos Estados Unidos – as maiores desde a Guerra do Vietnã. Mesmo assim, o presidente americano manteve a retórica belicosa. Mandou na semana passada mais 36 000 soldados para o Golfo e reforçou a pressão psicológica contra Saddam. Num recado inusitado aos militares iraquianos, Bush ameaçou julgá-los por crimes de guerra caso insistam em defender o Iraque durante a invasão americana. Não é à toa que Bush é o vilão da hora.

ANEXO III – “Bush já está em guerra”

George W. Bush não disse isso com todas as letras. Mas deixou claro que os primeiros tiros da guerra contra o Iraque só não foram disparados porque as tropas americanas ainda não estão em posição de combate no Golfo Pérsico. Na terça-feira, o presidente dos Estados Unidos aproveitou o discurso sobre O Estado da União, sua mensagem anual ao Congresso, transmitida pela TV, para emitir uma declaração informal de guerra e preparar os americanos para o conflito iminente. Ele gastou metade do pronunciamento de uma hora para enumerar, metodicamente, os argumentos que justificam uma invasão para depor Saddam Hussein. Disse que o ditador iraquiano estocou armas de destruição em massa com o plano perverso de controlar pela força o petróleo do Golfo Pérsico. Acrescentou que Saddam se aliou aos terroristas da Al Qaeda. E que é um tirano para seu próprio povo. Nas palavras de Bush, o ataque, com ou sem o respaldo de uma resolução das Nações Unidas, é uma "questão de semanas". Na prática, a contagem regressiva para a queda de Saddam teve início três meses antes, quando a Casa Branca começou a despachar sua máquina de guerra para o Golfo. Mas faltavam aos Estados Unidos apoio interno e externo e motivos cabais que justificassem uma escalada militar que não se via desde a Guerra do Golfo, contra o mesmo Iraque, em 1991. Todos esses obstáculos parecem agora contornados ou, simplesmente, deixaram de ser levados em conta pelos guerreiros da Casa Branca.

Antes do discurso, apenas 47% dos americanos apoiavam uma intervenção militar no Iraque sem respaldo da ONU. Depois que Bush terminou sua exposição, o índice de aprovação pulou para 67%. Números assim são uma alegria para um presidente com a popularidade em queda e às voltas com a recessão econômica. Bush conseguiu também isolar a resistência à guerra liderada pela França e Alemanha com a divulgação de um manifesto de apoio a sua posição, assinado por outros oito países europeus: Inglaterra, Espanha, Itália, Portugal, Dinamarca, Polônia, Hungria e República Checa. A brecha no processo diplomático foi facilitada pela apresentação ao Conselho de Segurança da ONU do primeiro relatório dos inspetores encarregados de vistoriar as instalações iraquianas suspeitas de armazenar armas químicas e biológicas. Eles não encontraram as provas do crime, mas denunciaram a falta de colaboração do governo de Bagdá. Era o argumento que o presidente americano procurava para fundamentar sua acusação de que o ditador do Iraque pretende apenas ganhar tempo e enganar a comunidade internacional.

O próximo passo do governo americano é lançar uma ofensiva diplomática para ampliar o apoio à guerra. Na quarta-feira, o secretário de Estado, Colin Powell, deverá apresentar na ONU as provas que Bush afirma ter sobre dois pontos cruciais. Primeiro, que Saddam esconde armas de destruição em massa. Além disso, haveria também provas das ligações de Saddam com o terrorismo. As informações vazadas pela Casa Branca no fim da semana indicavam que se trata de fotos de satélites mostrando o transporte de material suspeito, gravações telefônicas de encontros entre

integrantes do regime de Bagdá e terroristas da Al Qaeda, a organização responsável pelos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Os americanos só têm a ganhar se conseguirem a autorização da ONU para invadir o Iraque e derrubar Saddam Hussein. Para isso, precisarão reverter a resistência à guerra manifestada por Rússia e China, além da França – países com poder de veto no Conselho de Segurança. É duvidoso que a estratégia de convencimento funcione a toque de caixa, como quer Bush. Está difícil para o governo americano explicar, sobretudo a seus tradicionais aliados europeus, por que a Coreia do Norte, que é uma ditadura comunista com armas nucleares, pode ser tratada por via diplomática e Saddam não. Ou a razão pela qual Bagdá deve ser obrigada a obedecer às resoluções da ONU, mas Israel está dispensado de tal compromisso.

O mal-estar em relação à guerra ultrapassa a "velha Europa", como o secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, desdenhosamente chamou a França e a Alemanha. Só 30% dos ingleses apóiam a guerra incondicionalmente. Na Espanha, são apenas 13%. "Ninguém duvida que o regime de Saddam é indefensável", escreveu a revista americana *Newsweek*, "mas os europeus querem que qualquer julgamento do assunto seja feito pelo Conselho de Segurança da ONU, e não por Washington". Jacques Chirac, o presidente da França, diz que a "guerra é sempre a pior solução", especialmente no Oriente Médio. Para Chirac, a guerra só vai incentivar o terrorismo antiamericano. Norman Schwarzkopf, o general que comandou as forças americanas na Guerra do Golfo, em 1991, diz que, por razões estratégicas, seria melhor Bush esperar até que os demais países estejam convencidos da necessidade de depor Saddam pela força.

Com seu poderio bélico incomparável, os Estados Unidos não teriam problemas de resolver sua pendenga com Saddam sem a ajuda externa. Mas têm motivos de sobra para tentar ampliar o leque de apoio a uma intervenção militar no Iraque. O primeiro é de ordem política. Os americanos querem evitar o desgaste de assumir sozinhos o papel de força invasora e, posteriormente, de ocupação num país árabe. Não é difícil imaginar como os fundamentalistas islâmicos poderiam usar a guerra para fomentar o ódio aos EUA na região. O aspecto econômico é igualmente importante para a Casa Branca. O apoio de países vizinhos, como Turquia e Arábia Saudita, com suas bases aéreas e instalações militares, é fundamental para baratear os custos de uma intervenção em grande escala. Estimativa de um comitê do Congresso americano mostra que, em três meses, os gastos com pessoal, operações e transporte de armas deverão consumir até 12,5 bilhões de dólares. Isso para não falar nos custos para reconstruir o Iraque após o conflito e bancar a manutenção de uma força militar estrangeira no país.

Bush, na metade do mandato, está entrando num período de campo minado em relação à política econômica de seu governo. O maior temor do atual presidente americano é repetir o fiasco de seu pai, George Bush, que ganhou a Guerra do Golfo, mas acabou perdendo a reeleição depois de ser atropelado por uma recessão econômica. O problema do Pentágono é adequar o cronograma militar ao diplomático. O objetivo é deixar um prazo para que Bush costure as alianças necessárias a tempo de manter os planos de iniciar a ofensiva contra Saddam entre a metade e o fim de fevereiro – antes, portanto, do verão no Hemisfério Norte. Até lá, os Estados Unidos terão em posição de combate sua força máxima, o que pode chegar a 250 000 soldados. Os estrategistas americanos apostam no poderio bélico despachado para o Golfo para decidir a guerra e derrubar Saddam entre três e oito semanas, sem sobressaltos.

O Pentágono já admite que tropas especiais estão operando, em pequeno número, no norte do Iraque. Na região, onde a minoria curda usufrui certa autonomia, quase não há forças do governo de Bagdá. É uma estratégia que lembra a usada no Afeganistão. A diferença é que no Iraque não se pode contar com a ajuda de forças opositoras, como ocorreu no país dos talibãs. Em 1991, os EUA e seus aliados precisaram de seis semanas de bombardeios e menos de 72 horas de combate por terra para liquidar a fatura. Então, apenas 5% das bombas americanas eram guiadas por laser ou satélites – hoje, esse índice chega a 85% do arsenal. O Iraque, por sua vez, teve sua capacidade militar reduzida pela metade. A tendência desta vez é restringir os bombardeios aéreos aos centros de comando, quartéis das tropas de elite, sistemas de defesa e bases de lançamento de mísseis e tentar antecipar ao máximo a invasão por terra – de preferência à noite, para tirar proveito do equipamento usado pelos soldados que permite visão noturna. "Se os bombardeios conseguirem neutralizar rapidamente a Guarda Republicana Especial, a principal tropa de elite de Saddam, são grandes as chances de rendição dos demais líderes militares", disse a VEJA o contra-almirante da reserva Stephen Baker, analista do Centro de Informação de Defesa, instituto de pesquisa com sede em Washington. Nada disso faz a guerra inevitável. Saddam pode sucumbir à

pressão e salvar a pele partindo para o exílio. Pode também frustrar ou adiar os planos bélicos de Bush com o simples ato de entregar à ONU todas ou, pelo menos, algumas das armas proibidas. De qualquer forma, os dias de poder de Saddam estão contados.

ANEXO IV - Bush atacará com ou sem a ONU

Isolamento dos EUA se amplia, mas a diplomacia não parece capaz de evitar a guerra

Ao despachar mais de 250.000 soldados e cinco porta-aviões do poderio bélico mais moderno do planeta para a região do Golfo Pérsico, o presidente americano George W. Bush tornou sem volta sua decisão de invadir o Iraque e derrubar o ditador Saddam Hussein. No plano militar, não é difícil prever como a guerra vai terminar. Saddam deposto, seu Exército prostrado e seu arsenal de armas químicas e biológicas, seja quais forem suas reais dimensões, destruído. No campo diplomático, porém, Bush está perdendo a primeira batalha dessa guerra. Ela está sendo travada no Conselho de Segurança da ONU, o órgão que pode dar o aval da comunidade internacional a uma intervenção militar no Iraque. O conselho é composto de cinco países-membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia) e mais dez rotativos entre todos os integrantes da ONU. Para aprovar uma resolução autorizando a guerra, a Casa Branca precisa de nove dos quinze votos e, ao mesmo tempo, nenhum veto entre os cinco países-membros permanentes. Até a semana passada, Bush contava com apenas quatro votos e a ameaça de veto de França, China e Rússia. Há seis países indecisos.

Na quinta-feira passada, Bush advertiu que o processo diplomático está "no último estágio" e deu um ultimato ao Conselho de Segurança para que tome uma decisão sobre um ataque ao Iraque "em questão de dias". Mesmo que a decisão não seja favorável aos EUA, o presidente americano deu a entender que os planos para a invasão do Iraque vão prosseguir. Uma ofensiva militar americana sem o amparo da ONU significaria a maior humilhação para o organismo desde sua criação, em 1945. A consequência mais visível seria o esvaziamento de sua autoridade para mediar crises futuras. Para os americanos, o ataque a um país-membro da ONU sem autorização formal é um rugido de superpotência desmesurado para o tamanho do perigo. Nem durante a Guerra Fria, quando a União Soviética foi uma força bélica realmente capaz de ameaçar a integridade dos Estados Unidos e a de seus aliados, pintou-se o inimigo com cores tão assustadoras. Por isso, não é inexplicável o fato de em boa parte do mundo, entre ela a composta por amigos sinceros dos EUA, a decisão de atacar o Iraque esteja sendo vista mais como uma obsessão quase religiosa de George Bush do que como uma operação geopolítica inadiável no interesse da segurança do Ocidente.

O Parlamento da Turquia, aliado das primeiras horas dos americanos, esnobou a promessa de ajuda financeira bilionária oferecida por Washington em troca do uso de suas bases militares na ofensiva contra o Iraque. A recusa alterou os planos militares dos EUA, que previam a invasão de 60.000 soldados a partir de solo turco. Na sexta-feira, o relatório final do chefe dos inspetores da ONU, Hans Blix, deixou a Casa Branca sem mais opções diplomáticas válidas. Como era esperado, Blix disse que o Iraque está tomando medidas concretas para se desarmar e pediu mais alguns meses para que os inspetores concluam o trabalho. Os Estados Unidos, numa proposta apresentada pela Inglaterra, pedem que a ONU produza uma segunda resolução dando prazo até o próximo dia 17 para o Iraque cumprir os termos da resolução inicial, desativando todo o seu arsenal de armas de destruição em massa. É uma formalidade a mais, cujos resultados, previsíveis, viriam em seguida. A França advertiu que vai vetar qualquer resolução que signifique, na prática, uma justificativa para os EUA invadirem o Iraque.

A Casa Branca aposta em uma vitória militar rápida no Iraque seguida de um projeto de reconstrução do país que se mostre vantajoso para os vizinhos tanto no plano político quanto no econômico. A opinião pública mundial não teria, assim, motivos para lamentar a derrocada do regime de Saddam Hussein, cujos crimes seriam revelados ao mundo depois de sua prisão ou morte. A estratégia é utilizar até 3.000 mísseis e bombas de precisão nos dois primeiros dias de conflito, para forçar a rendição do alto comando militar iraquiano. Em seguida, uma invasão por terra que pode ultrapassar 300.000 soldados se encarregaria de consolidar a ocupação militar do país. Saddam, que ainda aposta num milagre diplomático para evitar o pior, perdeu um apoio significativo. A maior parte dos cerca de 270 estrangeiros que se ofereceram como escudo humano para evitar bombardeios de áreas civis já abandonou o país. Os voluntários tiveram vários

desentendimentos com as autoridades iraquianas sobre os locais onde seriam instalados. Se no campo diplomático Saddam ainda está conseguindo evitar a guerra, no plano militar as perspectivas são sombrias para o ditador.

O agravamento da crise se deu após uma série de erros políticos e estratégicos por parte dos americanos e de vacilações paralisantes até mesmo para os padrões emperrados da burocracia da ONU. Por enquanto, Saddam vem conseguindo dividir os aliados de Washington e ganhar tempo para protelar o início da guerra. Na prática, Bush está pagando o preço político por tentar impor à comunidade internacional sua agenda de prioridades internas. O problema é que o presidente americano ainda não conseguiu convencer a maioria dos países de que Saddam representa uma ameaça real ao mundo a ponto de justificar uma guerra.

No início, a Casa Branca tentou fazer do ditador um alvo prioritário da ofensiva contra o terror deflagrada após os atentados de Washington e Nova York, por causa do arsenal iraquiano de destruição em massa. Mas a ausência de provas concretas da existência desse arsenal e da ligação de Saddam com a Al Qaeda acabou obrigando Bush a seguir o caminho diplomático para obter o apoio internacional para uma invasão do Iraque. Em novembro, os Estados Unidos conseguiram aprovar na ONU, por unanimidade, uma resolução nesse sentido. Ela autorizava o reinício das inspeções, suspensas em 1998, nas instalações iraquianas suspeitas de armazenar ou fabricar armas químicas e biológicas. A resolução advertia para "sérias conseqüências" caso o regime de Bagdá não colaborasse — mas em nenhum momento falava em invasão do país. Esse é o ponto principal de discórdia entre os Estados Unidos e os países contrários à guerra. Mesmo assim, a Casa Branca acreditava que seria uma questão de tempo convencer o mundo que Saddam estava mentindo e que teria razões para propor, numa segunda resolução, a possibilidade de uma intervenção militar para localizar e destruir o arsenal.

Foi a partir daí que Bush começou a perder apoio. O primeiro erro foi ter dado início à escalada militar no Golfo, enviando tropas e navios de guerra, antes mesmo de as inspeções começarem — num desrespeito ao processo diplomático sob supervisão da ONU. A Casa Branca deixou vaziar até mesmo seus planos de governo no Iraque pós-Saddam. Depois disso, o presidente americano começou a pressionar os inspetores, demonstrando sua impaciência com a demora nos trabalhos. Era outro sinal claro de que os EUA estavam decididos a invadir o Iraque independentemente do resultado das inspeções. Saddam, por sua vez, aproveitou para minar ainda mais a base de apoio de Bush dentro da ONU. Sua estratégia foi colaborar com os inspetores, abrindo seus palácios e instalações militares. Nada foi encontrado. Para os países que se opõem à guerra, a cooperação iraquiana era a prova de que uma guerra imediata não seria necessária. Para Bush, apenas uma manobra de Saddam para ganhar tempo. Saddam conseguiu algumas semanas a mais e criou uma cisão inesperada no Ocidente, mas sua ditadura de 24 anos chegou ao fim.

ANEXO V – “A primeira batalha: EUA x Europa”

Guerra contra o Iraque provoca conflito entre antigos aliados

"Se os Estados Unidos não existissem e a Europa dependesse da França, a maioria dos europeus hoje estaria falando alemão ou russo", escreveu, irado, Thomas L. Friedman, colunista de assuntos internacionais do The New York Times. O jornalão nova-iorquino, o mais influente dos Estados Unidos, mantém postura crítica em relação aos planos de guerra do presidente George W. Bush. Mas o colunista perdeu a paciência depois de o ministro de Relações Exteriores da França, Dominique de Villepin, ter sugerido, como solução para evitar a guerra no Golfo Pérsico, que Saddam Hussein promulgasse uma lei proibindo a fabricação de armas de destruição em massa no Iraque (lei que, por sinal, foi assinada na sexta-feira). A idéia de que a ameaça representada pelo ditador iraquiano pudesse desaparecer por força de uma canetada do próprio tirano pareceu a Friedman tão insidiosa que ele propôs, em sua coluna, a substituição da França no Conselho de Segurança das Nações Unidas por um país mais comprometido com a preservação da ordem nas relações internacionais.

A lembrança de que os Estados Unidos salvaram a Europa Ocidental do barbarismo em quatro ocasiões no século XX – na I Guerra, na II Guerra, com o Plano Marshall no pós-guerra e da ameaça representada pela União Soviética na Guerra Fria – tem sido brandida sem parar pelos

americanos e pelos ingleses, seus melhores amigos europeus, nas últimas semanas. Em contrapartida, as pesquisas de opinião pública mostram que a imensa maioria dos europeus acredita que os americanos querem fazer a guerra apenas por ganância petrolífera. É quase uma ironia – mas a primeira baixa no conflito com o Iraque foi a aliança entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. A mesma aliança cuja solidez e cuja

determinação permitiram que a democracia e a economia de mercado se firmassem como valores universais. O centro da controvérsia é a oposição liderada pela França e pela Alemanha, os dois motores da União Européia, à guerra contra o Iraque. Na semana passada, a divergência entre esses países e os Estados Unidos pôs em risco de colapso até a Otan, a aliança militar do Ocidente. Convocada para dar proteção militar à Turquia em caso de guerra no Iraque, a organização teve de cancelar várias reuniões de cúpula para evitar o vexame de não chegar a nenhum acordo.



A França, país com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, acha que os americanos agem com precipitação. Os franceses querem dar tempo a Saddam para que cumpra a exigência de se desarmar. A França, com o apoio da Alemanha, da Rússia e da China, compõe um bloco poderoso que está no caminho de George W. Bush. A favor dos americanos estão a Inglaterra, a Itália, a Espanha. O mais incrível é que até as cabeças mais esclarecidas dos dois lados do Atlântico entraram numa batalha por caricaturar o aliado de ontem como o traidor de hoje. Como se chegou a tal deterioração nas relações entre as nações que, devido a seus princípios humanitários e seu desenvolvimento econômico, representam o que há de melhor na civilização moderna?

A explicação não é o Iraque. Bem, não apenas o Iraque. A tensão entre os Estados Unidos e os países europeus tem várias facetas que antecedem o conflito no Golfo Pérsico. Uma delas é institucional. Organizações como a Otan não fazem tanto sentido depois do desaparecimento da União Soviética. A França e os EUA são aliados militares contra qual inimigo, afinal? A segunda razão é o que parece ser um abismo de incompreensão entre os dois continentes. Desde a queda das torres gêmeas em Nova York, os americanos passaram a ver o mundo como um lugar perigoso, cheio de ameaças que precisam ser enfrentadas com a colaboração dos países amigos – "Quem não está comigo está contra mim", na expressão de Bush. Os europeus tendem a enxergar a situação com outros olhos. A opinião mais ou menos generalizada é que o terror de 11 de setembro abalou o senso de julgamento dos americanos. "Os Estados Unidos se tornaram um problema para o mundo... Um fator de desordem internacional", escreveu o francês Emmanuel Todd, cujo livro *Après l'Empire* (Depois do Império), com o subtítulo "Um ensaio sobre a podridão do sistema americano", é um best-seller na França.

Tanque protege o aeroporto de Heathrow, em Londres: ameaça de novos atentados

A terceira complicação é inteiramente pessoal – a genuína antipatia européia por Bush e, em contrapartida, do primeiro escalão do governo americano pelos europeus. "A velha Europa", desdenhou o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, referindo-se à França e à Alemanha. Bush nunca deu maior atenção à opinião dos países europeus e os irritou com algumas decisões unilaterais. A França e a Alemanha acham que não recebem, na arena internacional, o respeito que merecem. A turma de Bush acha que não merecem mesmo, pois não passam de um peso morto do ponto de vista militar e precisam do socorro americano para resolver as próprias encrascas, como o conflito na antiga Iugoslávia. "O antiamericanismo cresceu pelo desprezo que a atual Casa Branca tem pela União Européia, e pelo estilo arrogante de Bush", disse a VEJA o filósofo espanhol Josep Ramoneda, diretor do Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona e colunista do influente jornal *El País*.



A linguagem de forte tom religioso de Bush, que descreve o mundo em termos de o Bem contra o Mal e fala bastante em Deus, provoca desconfiança entre os europeus, que só conseguiram um

pouco de paz no continente depois que separaram a Igreja do Estado. O choque entre os Estados Unidos e a Europa é de "valores", disse o espanhol Javier Solana, responsável pelas relações exteriores da União Européia. Na opinião de Solana, os americanos são "religiosos", enquanto os europeus tendem a ser "seculares". Como a França e a Alemanha vão reagir quando começar a guerra no Golfo Pérsico? O assunto, no que se refere ao Iraque, não é se vai haver guerra. Mas se o Conselho de Segurança (no qual a França, a Rússia e a China têm poder de veto) vai ou não autorizar o ataque. Na sexta-feira passada, cumpriu-se a última formalidade diplomática. Hans Blix e Mohamed El-Baradei, chefes das equipes internacionais que procuram armas proibidas no Iraque, apresentaram seu relatório ao Conselho de Segurança. Eles relataram que não foram encontradas armas de destruição em massa, mas que não se pode descartar a possibilidade de que Saddam as tenha escondido em algum lugar. A ambigüidade do relatório só fez aumentar o fosso entre os membros do Conselho de Segurança e o azedume entre americanos e europeus.

Na semana passada, com a chegada de um quarto porta-aviões ao Golfo Pérsico, onde já estão reunidos 150 000 soldados, as forças americanas na região entraram em "ordem de batalha". Significa que o presidente George W. Bush está em condições militares para ordenar o ataque ao Iraque quando quiser. Uma pesquisa do jornal *The New York Times* e da rede de televisão CBS, divulgada na sexta-feira, mostra que o presidente Bush também enfrenta alguns problemas em casa. De acordo com o levantamento, 63% dos americanos acham que os Estados Unidos não devem agir sem o apoio dos aliados. O fato é que a guerra ainda nem começou e já perturba o cotidiano dos americanos.

O temor de um novo atentado da Al Qaeda fez soar o alerta laranja (o penúltimo na escala de gravidade) nos Estados Unidos e na Inglaterra. Baseados em informações dos serviços secretos, os dois países adotaram as medidas de segurança mais severas desde 2001. O aeroporto de Heathrow, em Londres, foi cercado por tanques e soldados na terça-feira passada. Os americanos levaram a sério a advertência. O governo sugeriu à população que armazenasse um kit de sobrevivência suficiente para três dias, que seria usado em caso de ataque terrorista. O kit consiste de garrafas de água mineral, lanterna a pilha, comida enlatada e acessórios, como fita adesiva e lonas plásticas, para "selar" um cômodo da residência no caso de contaminação causada por um ataque de armas químicas e biológicas. O resultado foi uma corrida às lojas que esgotou os estoques de fitas adesivas e lonas plásticas em Washington. A falta dos produtos ajudou a aumentar a insegurança dos americanos. Os especialistas torceram o nariz diante das sugestões do governo. Um estudo mostra que o isolamento num ambiente vedado com fita adesiva funciona só por algumas horas. Depois disso, à medida que o oxigênio no ar é consumido pelas pessoas abrigadas no cômodo, o local pode se transformar numa câmara de morte. Do ponto de vista psicológico, pode-se dizer que a guerra com o Iraque já começou para os americanos.

ANEXO VI – “Por que eles odeiam Bush?”

Sentimento em geral inconseqüente, o antiamericanismo ressurgiu na semana passada como uma força política global. Em diversas capitais do mundo, milhões de pessoas foram às ruas manifestar seu descontentamento com a decisão unilateral e, aparentemente, irreversível do governo americano de invadir o Iraque e depor à força o ditador Saddam Hussein. Embora convocadas por tradicionais adversários dos Estados Unidos, as manifestações não foram orquestradas. Elas receberam a adesão espontânea das multidões até mesmo em metrópoles americanas, como Nova York e Los Angeles. O surgimento de uma opinião pública mundial, poderosa e enfurecida, contra a guerra é uma variável incômoda com a qual Bush e os generais do Pentágono não contavam. Na semana passada, ao mesmo tempo que consideravam inaceitável a idéia de trazer de volta os quase 200 000 soldados que cercam o Iraque, Bush e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, tradicional aliado dos EUA, reuniram seus assessores para avaliar o significado do julgamento que as ruas estão ecoando.

Os governantes guerreiros conhecem há milênios o fogo da opinião pública. Na Roma antiga, nem o imperador podia salvar do ostracismo um general que voltava humilhado de uma campanha malsucedida. Napoleão convocava as multidões para apupar chefes militares desastrados. Como forma de apaziguar a opinião pública, recompensando-a pelo esforço de guerra, o imperador obrigava seus soldados a remeter para casa, na França, o resultado dos saques feitos em território

inimigo. A Guerra do Vietnã não foi perdida pelos americanos na selva sufocante do sudeste asiático. Os militares americanos venceram todas as batalhas contra o Exército regular do Vietnã do Norte. A guerra foi perdida nas ruas largas de Washington, Nova York e Filadélfia, onde as passeatas pacifistas tornaram a campanha bélica politicamente insustentável na frente interna.

Na semana passada, sob o fogo do movimento antiguerra, tanto Bush quanto Blair sinalizavam que podem aguardar mais um pouco antes de disparar as ordens de ataque a Bagdá. Blair falou em dar mais três semanas a Saddam para que ele entregue aos inspetores internacionais seu arsenal de armas biológicas e químicas. Comentário do historiador inglês John Keegan, a maior autoridade viva em guerras: "Enquanto as passeatas foram apenas orquestrações anticapitalistas, antiglobalização e antiamericanas, seu poder de influenciar decisões em Washington era nulo. Agora elas têm um peso maior. A história mostra que nenhuma vitória militar pode ser saboreada sem o apoio das ruas". Ninguém espera que o presidente Bush segure os tanques apenas por pressão das ruas, mas, tanto na guerra quanto na política, questões imateriais como oportunidade e psicologia social têm de ser levadas em conta mesmo pelo ocupante do Salão Oval da Casa Branca. Foram esses fatores intangíveis que tornaram impossível para Richard Nixon aprofundar o envolvimento militar americano no Vietnã no começo dos anos 70.

A questão central a enfrentar consiste numa resposta à pergunta: essa guerra dos americanos ao Iraque é justa? E a resposta, por enquanto, é que ela não é justa. Saddam Hussein é um criminoso, sempre se soube. Provocou guerras contra os vizinhos porque tem sede de expandir seu império petrolífero. Já praticou extermínios em massa de grupos dentro do próprio Iraque, por considerá-los hostis a seu governo, como os da etnia curda, que vivem no norte do Iraque. Saddam, além disso, mandou matar políticos que se opuseram a sua tirania, matou membros de sua própria família por considerar que o tinham traído pessoalmente, mandou torturar rivais das formas mais cruéis e, comenta-se, teria até mesmo assistido a sessões de tortura. Mantém-se no poder há duas décadas usando o medo como instrumento. Vinga-se não apenas no corpo dos desafetos. As famílias desses infelizes às vezes também vão para o calabouço aprender os caminhos do martírio. Comparar Bush e Saddam, concluindo que o americano é o Hitler da dupla, traduz má-fé ou ignorância. Os Estados Unidos possuem 8.000 ogivas nucleares estocadas e mísseis capazes de fazê-las explodir na sala de estar de qualquer governante do planeta e ninguém perde o sono com a suposição de que essas bombas estejam a caminho de sua casa. Saddam talvez tenha algumas armas biológicas e químicas, e apenas essa suposição já faz dele um risco concreto para todos os vizinhos.

Tirar Saddam do poder, com assassinato ou prisão, é uma medida justa, mas fazer uma guerra total ao povo iraquiano não é. Os inspetores da ONU encarregados de achar armas químicas ou biológicas supostamente escondidas no Iraque ainda não as encontraram. Não significa que elas não existam. Mas, até agora, não foram vistas pela ONU. E a existência dessas armas é o grande pretexto para a invasão do Iraque. É por isso que França, Alemanha e outros países querem dar mais tempo aos inspetores em sua busca, retardando uma eventual invasão. Ocorre que Bush e os guerreiros que o cercam como assessores na Casa Branca têm certeza de que há armas escondidas e que elas podem ser usadas contra os países vizinhos. Acreditam também que, mais cedo ou mais tarde, deixado impunemente no comando do Iraque, Saddam Hussein encontrará um jeito de provocar ou auxiliar um atentado terrorista contra os Estados Unidos ou outro país que considere inimigo. As conseqüências negativas de uma guerra são, no entanto, de tal envergadura que o simples impulso dos corações que habitam a Casa Branca não justifica moralmente um ataque total ao povo iraquiano.

Washington julga que tem o dever de combater o mal no mundo, especialmente o mal do tipo contagioso. Acha que a guerra contra o Iraque – e sua transformação num regime decente – é uma oportunidade de combater o vírus do radicalismo no mundo islâmico e de espalhar o exemplo da democracia numa região dominada por tiranias medievais. Muitos dos que pensam com frieza a respeito desse tema acreditam que as conseqüências poderão ser as opostas das desejadas: multiplicação do ódio aos EUA e criação de um caldo de cultura para a multiplicação do radicalismo no Islã.

Impedindo ou não a guerra, a atual torrente pacifista já causou danos à imagem de Bush e dos Estados Unidos. A resistência antiamericana agora é diferente da onda que se seguiu ao ataque terrorista contra os Estados Unidos em setembro de 2001, quando Bush resolveu atacar o Afeganistão, sede do terrorismo islâmico patrocinado pelo Estado religioso dos talibãs. Os manifestantes, naquela época, colocaram os EUA como os vilões e os talibãs como vítimas, quando

se sabia que os religiosos fundamentalistas daquele país davam guarida aos campos de treinamento da organização Al Qaeda, de Osama bin Laden. A situação envolvendo o Iraque neste momento é mais confusa. Ponto número 1: a suspeita de que Bush quer fazer a guerra só para se apossar dos campos petrolíferos do Iraque é infantil. As companhias petrolíferas respondem por apenas 6% da riqueza americana e há dúvida se suas ações ganhariam algum valor caso o petróleo iraquiano voltasse a jorrar no mercado mundial. "Mesmo que as companhias de petróleo americanas viessem a lucrar com a guerra, o que é discutível, seria um contra-senso de Bush favorecê-las jogando os outros 94% da economia dos EUA no prejuízo que o clima de guerra acarreta", escreveu o ensaísta alemão Rolf Weitzkunat.

Seja como for, o fato é que Estados Unidos e Inglaterra não convenceram o mundo de que a guerra é justa e representa o melhor instrumento para desarmar o Iraque. O problema com George W. Bush é que ele parece não estar se importando com as graves consequências de mudar artificialmente de um momento para outro o equilíbrio de forças no Oriente Médio. O que ele fará no dia em que os fuzileiros navais hastearem a bandeira americana em Bagdá? Para muitos analistas, existe um risco mensurável para a paz mundial quando se conduz uma guerra de conquista numa região conturbada e instável.

Os líderes americanos não escondem sua perplexidade diante da reação contrária da opinião pública mundial. "Sendo Saddam uma entidade do mal, o mundo deveria estar nos apoiando por decidirmos lidar com o problema", disse Condoleezza Rice, conselheira de Segurança Nacional da Casa Branca. O antiamericanismo emerge de tempo em tempo com maior visibilidade, especialmente quando os americanos movimentam sua formidável máquina bélica. Esse sentimento se alimenta, por um lado, do legítimo pavor à guerra que a maioria das pessoas tem. Outro tipo de repulsa aos EUA é o antiamericanismo sedimentado em parcela da elite intelectual européia e, por reflexo, no resto do mundo ocidental. Esse antiamericanismo é uma distorção que pode ser percebida em formas diversas, mas carrega uma origem comum. "Na história recente da humanidade, o ódio contra os Estados Unidos tem sido um dos principais vínculos estruturais entre os três tipos de totalitarismo: o fascismo, o comunismo e o islamismo", escreveu o filósofo francês Bernard-Henri Lévy. Para ele, os EUA de agora, com os dentes à mostra, foram criados pelos terroristas islâmicos que atacaram o país no dia 11 de setembro de 2001.

Os americanos são ainda odiados por um motivo mais prosaico: porque há décadas vivem uma era de prosperidade sem igual na história humana. Num planeta em que 45% das pessoas subsistem com menos de 2 dólares por dia, os americanos são os beneficiários de uma opulência que agride os brios dos países retardatários. Além disso, os Estados Unidos têm valores, como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de idéias e crenças, que chocam todos aqueles que aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças. O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos. Isso tudo produz ressentimento. Como diz um pensador, as pessoas que estão gritando contra os americanos nas ruas estão certas, mas muitas gritam pelos motivos errados.

ANEXO VII – “Bush joga a cartada palestina

Para reverter a oposição à guerra, o presidente americano diz que a Democratização do Iraque irá beneficiar os palestinos

Antes de vencer a batalha de Bagdá, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, tem de vencer a batalha do Conselho de Segurança. É nesse órgão da ONU que precisa obter pelo menos nove dos quinze votos para aprovar a resolução que abriria caminho à guerra contra o Iraque com o endosso da comunidade internacional. Depois, ainda será necessário impedir o veto da França, um dos cinco países com direito permanente de matar propostas do gênero. Se não conseguir, todo mundo já sabe que haverá guerra do mesmo jeito. Enquanto não se chega a isso, o esforço político de convencimento dos relutantes ganhou novo impulso na semana passada, quando Bush apresentou a campanha contra Saddam Hussein como primeiro passo de um processo de democratização no Oriente Médio que culminaria com a criação de um Estado palestino independente. Ao ligar a eventual pulverização de Saddam à solução da eterna questão palestina, Bush procurou neutralizar dois focos de resistência à guerra. Para aliados como a França, faltam motivos que justifiquem novo conflito no Golfo Pérsico, e a situação na região pode até piorar

depois da intervenção. Muitos governos árabes somam a isso o receio de que, com um Iraque pró-americano, haja uma inversão de forças intolerável na região, dando a Israel as condições ideais para impor um arranjo em que os palestinos saíam mais perdedores ainda.

Bush está repetindo a estratégia seguida em 1990 por seu pai, na primeira guerra contra o Iraque. Comparado ao filho, Bush pai foi um primor de habilidade diplomática ao conquistar o apoio e até a participação militar de países árabes para expulsar Saddam do Kuwait invadido. Ele incluiu no pacote a promessa de conversações a sério entre israelenses e palestinos para resolver o problema que há décadas atormenta o mundo. Depois da guerra, efetivamente pressionou Israel a aceitar o diálogo do qual redundou acordo que permitiu a pré-independência de parte dos territórios palestinos ocupados e o retorno de Yasser Arafat, num clima de otimismo e esperança hoje destruído pelo estado de mútua e constante violência. A promessa de Bush de usar o processo de democratização do Iraque pós-Saddam como modelo para o Oriente Médio depara com dois problemas: primeiro, se é factível; segundo, se é desejável.

Não existe um único país árabe ou islâmico com liberdade e democracia nos moldes ocidentais. Os regimes se dividem entre monarquias, governos laicos regidos por partido único ou ditaduras personalistas. No Irã, com anseios de renovação e eleições, os aiatolás continuam a dispor de um aparato controlador medieval. No Líbano, o país que mais poderia se aproximar do que se entende por democracia no mundo contemporâneo, a presença militar da Síria acaba com qualquer veicidade de autonomia. Mais espinhoso ainda do que imaginar como esses países poderiam se transformar todos em paraísos democráticos é especular sobre o que aconteceria se isso efetivamente ocorresse. O fantasma que ronda essa questão é o precedente argelino. Na primeira vez em que foram realizadas eleições multipartidárias, de fato, na Argélia, o partido dos fundamentalistas muçulmanos ganhou. Houve intervenção militar, com discreto ou declarado apoio de potências ocidentais, e seguiu-se uma década de um dos mais horrendos conflitos internos dos últimos tempos. Seria o cúmulo da ironia se a guerra ao Iraque, feita em última instância para combater o terror fundamentalista, abrisse caminho a uma vitória dos fanáticos do turbante nas urnas. Além de perigoso, o mundo é complicado.

O SEGREDO DO GENRO

Saddam Hussein destruiu ou não seu arsenal de armas químicas e biológicas? O ditador iraquiano diz que sim. Os Estados Unidos duvidam e pretendem invadir o Iraque para desarmá-lo à força. Encarregados de conferir quem tem razão, os inspetores da ONU não encontraram as armas, mas desconfiam de trapaça iraquiana. Na semana passada, a revista semanal americana *Newsweek* publicou uma contribuição intrigante à controvérsia. Em 1995, escreveu a revista, Hussein Kamel Hassan, figurão de alto coturno do regime de Bagdá e genro de Saddam Hussein, teria contado à CIA, ao MI6, o serviço secreto inglês, e à ONU que, depois da Guerra do Golfo, em 1991, o Iraque destruiu suas armas químicas e biológicas. O genro era uma autoridade no assunto, pois tinha dirigido o programa iraquiano de armas não convencionais durante dez anos.

Kamel, que havia fugido para a Jordânia com a filha e os netos do ditador, foi interrogado pela CIA, pelo MI6 e pela ONU, em sessões separadas. De acordo com a revista, que teve acesso a anotações feitas por um funcionário da ONU, ele teria revelado em detalhes todos os planos bélicos de Saddam, incluindo a localização de fábricas de armas e as empresas de fachada que importavam os agentes químicos e biológicos. O genro teria dito que a destruição do arsenal foi a forma encontrada por Saddam para se livrar da pressão que recebia dos Estados Unidos. Mas ele também contou que o ditador escondeu os projetos das armas, pois pretendia retomar a produção mais tarde. Em troca das informações, o genro esperava ganhar apoio americano para liderar um golpe contra o sogro. Mas foi ignorado e acabou aceitando uma oferta de anistia de Saddam. Foi assassinado dias depois de voltar ao Iraque. Kamel teria falado a verdade sobre o destino das armas? É difícil de acreditar. Se era de seu interesse, por que Saddam jamais mostrou as provas de que destruiu o arsenal?

ANEXO VIII – “Bush atacará com ou sem a ONU

Isolamento dos EUA se amplia, mas a diplomacia não parece capaz de evitar a guerra

Ao despachar mais de 250.000 soldados e cinco porta-aviões do poderio bélico mais moderno do planeta para a região do Golfo Pérsico, o presidente americano George W. Bush tornou sem volta sua decisão de invadir o Iraque e derrubar o ditador Saddam Hussein. No plano militar, não é difícil

prever como a guerra vai terminar. Saddam deposto, seu Exército prostrado e seu arsenal de armas químicas e biológicas, seja quais forem suas reais dimensões, destruído. No campo diplomático, porém, Bush está perdendo a primeira batalha dessa guerra. Ela está sendo travada no Conselho de Segurança da ONU, o órgão que pode dar o aval da comunidade internacional a uma intervenção militar no Iraque. O conselho é composto de cinco países-membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia) e mais dez rotativos entre todos os integrantes da ONU. Para aprovar uma resolução autorizando a guerra, a Casa Branca precisa de nove dos quinze votos e, ao mesmo tempo, nenhum veto entre os cinco países-membros permanentes. Até a semana passada, Bush contava com apenas quatro votos e a ameaça de veto de França, China e Rússia. Há seis países indecisos.

Na quinta-feira passada, Bush advertiu que o processo diplomático está "no último estágio" e deu um ultimato ao Conselho de Segurança para que tome uma decisão sobre um ataque ao Iraque "em questão de dias". Mesmo que a decisão não seja favorável aos EUA, o presidente americano deu a entender que os planos para a invasão do Iraque vão prosseguir. Uma ofensiva militar americana sem o amparo da ONU significaria a maior humilhação para o organismo desde sua criação, em 1945. A consequência mais visível seria o esvaziamento de sua autoridade para mediar crises futuras. Para os americanos, o ataque a um país-membro da ONU sem autorização formal é um rugido de superpotência desmesurado para o tamanho do perigo. Nem durante a Guerra Fria, quando a União Soviética foi uma força bélica realmente capaz de ameaçar a integridade dos Estados Unidos e a de seus aliados, pintou-se o inimigo com cores tão assustadoras. Por isso, não é inexplicável o fato de em boa parte do mundo, entre ela a composta por amigos sinceros dos EUA, a decisão de atacar o Iraque esteja sendo vista mais como uma obsessão quase religiosa de George Bush do que como uma operação geopolítica inadiável no interesse da segurança do Ocidente.

O Parlamento da Turquia, aliado das primeiras horas dos americanos, esnobou a promessa de ajuda financeira bilionária oferecida por Washington em troca do uso de suas bases militares na ofensiva contra o Iraque. A recusa alterou os planos militares dos EUA, que previam a invasão de 60.000 soldados a partir de solo turco. Na sexta-feira, o relatório final do chefe dos inspetores da ONU, Hans Blix, deixou a Casa Branca sem mais opções diplomáticas válidas. Como era esperado, Blix disse que o Iraque está tomando medidas concretas para se desarmar e pediu mais alguns meses para que os inspetores concluam o trabalho. Os Estados Unidos, numa proposta apresentada pela Inglaterra, pedem que a ONU produza uma segunda resolução dando prazo até o próximo dia 17 para o Iraque cumprir os termos da resolução inicial, desativando todo o seu arsenal de armas de destruição em massa. É uma formalidade a mais, cujos resultados, previsíveis, viriam em seguida. A França advertiu que vai vetar qualquer resolução que signifique, na prática, uma justificativa para os EUA invadirem o Iraque.

A Casa Branca aposta em uma vitória militar rápida no Iraque seguida de um projeto de reconstrução do país que se mostre vantajoso para os vizinhos tanto no plano político quanto no econômico. A opinião pública mundial não teria, assim, motivos para lamentar a derrocada do regime de Saddam Hussein, cujos crimes seriam revelados ao mundo depois de sua prisão ou morte. A estratégia é utilizar até 3.000 mísseis e bombas de precisão nos dois primeiros dias de conflito, para forçar a rendição do alto comando militar iraquiano. Em seguida, uma invasão por terra que pode ultrapassar 300.000 soldados se encarregaria de consolidar a ocupação militar do país. Saddam, que ainda aposta num milagre diplomático para evitar o pior, perdeu um apoio significativo. A maior parte dos cerca de 270 estrangeiros que se ofereceram como escudo humano para evitar bombardeios de áreas civis já abandonou o país. Os voluntários tiveram vários desentendimentos com as autoridades iraquianas sobre os locais onde seriam instalados. Se no campo diplomático Saddam ainda está conseguindo evitar a guerra, no plano militar as perspectivas são sombrias para o ditador.

O agravamento da crise se deu após uma série de erros políticos e estratégicos por parte dos americanos e de vacilações paralisantes até mesmo para os padrões emperrados da burocracia da ONU. Por enquanto, Saddam vem conseguindo dividir os aliados de Washington e ganhar tempo para protelar o início da guerra. Na prática, Bush está pagando o preço político por tentar impor à comunidade internacional sua agenda de prioridades internas. O problema é que o presidente americano ainda não conseguiu convencer a maioria dos países de que Saddam representa uma ameaça real ao mundo a ponto de justificar uma guerra.

No início, a Casa Branca tentou fazer do ditador um alvo prioritário da ofensiva contra o terror deflagrada após os atentados de Washington e Nova York, por causa do arsenal iraquiano de destruição em massa. Mas a ausência de provas concretas da existência desse arsenal e da ligação de Saddam com a Al Qaeda acabou obrigando Bush a seguir o caminho diplomático para obter o apoio internacional para uma invasão do Iraque. Em novembro, os Estados Unidos conseguiram aprovar na ONU, por unanimidade, uma resolução nesse sentido. Ela autorizava o reinício das inspeções, suspensas em 1998, nas instalações iraquianas suspeitas de armazenar ou fabricar armas químicas e biológicas. A resolução advertia para "sérias conseqüências" caso o regime de Bagdá não colaborasse — mas em nenhum momento falava em invasão do país. Esse é o ponto principal de discórdia entre os Estados Unidos e os países contrários à guerra. Mesmo assim, a Casa Branca acreditava que seria uma questão de tempo convencer o mundo que Saddam estava mentindo e que teria razões para propor, numa segunda resolução, a possibilidade de uma intervenção militar para localizar e destruir o arsenal.

Foi a partir daí que Bush começou a perder apoio. O primeiro erro foi ter dado início à escalada militar no Golfo, enviando tropas e navios de guerra, antes mesmo de as inspeções começarem — num desrespeito ao processo diplomático sob supervisão da ONU. A Casa Branca deixou vaziar até mesmo seus planos de governo no Iraque pós-Saddam. Depois disso, o presidente americano começou a pressionar os inspetores, demonstrando sua impaciência com a demora nos trabalhos. Era outro sinal claro de que os EUA estavam decididos a invadir o Iraque independentemente do resultado das inspeções. Saddam, por sua vez, aproveitou para minar ainda mais a base de apoio de Bush dentro da ONU. Sua estratégia foi colaborar com os inspetores, abrindo seus palácios e instalações militares. Nada foi encontrado. Para os países que se opõem à guerra, a cooperação iraquiana era a prova de que uma guerra imediata não seria necessária. Para Bush, apenas uma manobra de Saddam para ganhar tempo. Saddam conseguiu algumas semanas a mais e criou uma cisão inesperada no Ocidente, mas sua ditadura de 24 anos chegou ao fim.

ANEXO IX – “Potência isolada



BUSH CONTRA TODOS

A cruzada do presidente americano: visão fundamentalista do mundo e prova da esmagadora supremacia dos Estados Unidos

Há várias razões certas para investir na derrubada da ditadura de Saddam Hussein, no Iraque. O presidente americano George W. Bush escolheu a errada: ele resolveu fazer uma guerra contra um país inteiro, o Iraque, sob o pretexto de que está conduzindo uma cruzada do bem contra o mal, da democracia contra a ditadura, de Deus contra Satã. Sem se constranger pela falta de apoio que está tendo na Organização das Nações Unidas para sua guerra santa nem pelo repúdio internacional à guerra, o presidente Bush apela para o incontestável poderio bélico dos Estados Unidos, que pode varrer o Iraque do mapa em poucos dias, sob o pretexto de que estará realizando um trabalho em benefício da civilização contra a figura sanguinária de um homem, Saddam Hussein, e de seu círculo de asseclas instalados no poder há três décadas. Guerra é um assunto sério e, quando se mostram inevitáveis, as guerras precisam ser travadas. Nesta, pronta para ser desfechada contra o Iraque, o governo Bush está movendo o Estado americano para o conflito armado que deixará vítimas e poderá ter reflexos dramáticos em toda a região do Oriente Médio. Esta guerra é pelo menos adiável — mas os caubóis do governo dos EUA resolveram tomar a iniciativa de partir para o duelo sangrento a qualquer custo. A natureza de uma democracia verdadeira é a de não ser jamais a parte agressora. Caso contrário, ela estaria descendo ao patamar do inimigo, o que de certa forma está acontecendo com os EUA.

Saddam Hussein não é apenas um ditador a mais no Oriente Médio, região do mundo que tem a extraordinária peculiaridade de não ostentar um único regime democrático, fora Israel. Saddam, além de presidir uma ditadura familiar e tribal que se mantém no poder à custa de tortura dos opositores, do assassinato e até mesmo do genocídio, é também psicopata e sádico. Segundo um

levantamento, o regime de Saddam Hussein torturou e matou cerca de 200.000 iraquianos. Os porões de tortura no Iraque põem em prática métodos de extorsão de confissões que incluem açoite de crianças em frente às mães, corte de membros do corpo e encerramento dos opositores do regime em recipientes que lembram as gavetas para guardar mortos em necrotérios. Citam-se também estupros, feitos com o objetivo de desonrar as vítimas. Saddam assassinou os genros porque eles o traíram, arrependeram-se e acreditaram ter sido perdoados. Governa com o auxílio dos filhos, tão cruéis quanto ele, de membros de seu clã rural e, por fim, de um círculo externo do poder, com a proteção de integrantes de sua tribo. Ele centraliza todo esse sistema de terror, incentiva a tortura. Há registros de que assistiu a sessões de martírio e guarda vídeos de algumas. Seu regime é um dos mais brutais de que se tem notícia. No entanto, o erro do governo Bush está na promoção de uma guerra contra um homem mau. Guerras não devem ser feitas por esse motivo, ainda mais quando a ONU tem representantes vasculhando o Iraque à procura de armas químicas, biológicas e traços de bombas atômicas. A atenção do mundo está voltada para o Iraque, e não há chance de o ditador fazer neste instante nenhum movimento agressivo contra seus vizinhos – ou contra alvos americanos ou ocidentais.

AFP



A FRANÇA DIZ NÃO

Chirac: o verdadeiro debate é sobre a falta de limites da potência hegemônica

Inicialmente, os Estados Unidos e seus poucos aliados, entre os quais a Inglaterra, alegaram que uma guerra preventiva contra o Iraque se fazia necessária para extirpar o risco de um ataque de Saddam contra países do Ocidente ou de atentados terroristas realizados por fanáticos islâmicos instrumentados por dinheiro e artefatos de destruição em massa fornecidos por ele. Inspetores da ONU foram enviados ao Iraque, que os recebeu de má vontade, mas permitiu que passassem a vasculhar palácios, prédios públicos e porões em busca de armas químicas, biológicas e instalações para futura produção de bombas nucleares. Até agora, meses depois de iniciadas essas buscas, eles nada encontraram. Não significa que as armas não existam. Significa que a procura ainda não terminou e não produziu um resultado que justifique guerra imediata.

Os Estados Unidos querem naturalmente maior controle sobre os vastos campos petrolíferos do Iraque, mas essa não é a razão primordial ou mesmo um dos motivos relevantes para a invasão do país. Há duas outras, talvez três. A primeira, de ordem religiosa e moral, funda-se no ambiente da Casa Branca, alimentado por uma visão fundamentalista, na qual impera o mais renitente conservadorismo cristão, praticado e endossado pelo presidente americano e por alguns de seus principais assessores. Em seus discursos, Bush cita Deus como estando do lado americano nesta disputa terrena contra os iraquianos. É claro que ocorre aos neoconservadores dos EUA que os fanáticos islâmicos jogam bombas em recintos públicos ou lançam jatos contra prédios em Nova York e Washington por acreditar também que cumprem uma missão do bem (o ditame radical islâmico) contra o mal (a suposta perversão do Ocidente). Afinal, o terrorista Osama bin Laden, responsável pelos atentados contra as torres do World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington, é antes de tudo um pregador dos mandamentos mais radicais do islamismo. Sua ação sanguinária decorre de suas crenças religiosas e morais.

Mas, nesse ponto, entram as outras razões para a guerra contra o Iraque. Bush, segundo declarou, pretende usar a invasão do país para instalar ali um regime democrático que sirva de inspiração de liberdade para outras nações da região. Sem contar o fato de que é fácil para os EUA ganhar uma guerra contra os iraquianos mas é difícil mudar o regime e manter em seu lugar um governo democrático estável, há o risco de produzir mais instabilidade ainda no Oriente Médio. O antiamericanismo e o islamismo radical já são fenômenos plenamente instalados naquela área. Um ataque ocidental ao país de Saddam Hussein pode eventualmente despertar mais radicalismo nas populações vizinhas, com risco especial para Israel, onde palestinos e judeus já travam um combate sangrento que dificilmente se aplacaria depois de um ataque americano a uma nação árabe. Por fim, uma razão hipotética mas bastante provável para a guerra está no desejo dos americanos de impor ao mundo sua mastodôntica superioridade bélica e cultural. O império americano chegou



a um estágio em que não acredita mais na distribuição do poder entre as nações conforme ele está organizado na atualidade. A ONU é uma criação decorrente da II Guerra Mundial e resistiu

enquanto o mundo era regido pelas divisões resultantes desse conflito. Alemães e japoneses, que perderam a guerra, não têm direito a veto no Conselho de Segurança da ONU, o órgão encarregado de deliberar a respeito de conflitos armados entre países. Russos, americanos, franceses e ingleses, no lado vencedor, são membros permanentes do Conselho de Segurança. Essa organização sobreviveu durante a Guerra Fria, em que americanos e soviéticos viviam a um passo de destruir o mundo numa fogueira nuclear de proporções bíblicas. A guerra de todas as guerras foi evitada, mas enfrentamentos localizados se espalharam por toda parte envolvendo as duas superpotências em conflitos armados no Vietnã, no Afeganistão, no Oriente Médio e em países da África. O mundo não está hoje nem de longe às vésperas de um risco tão grande e visível quanto esteve na segunda metade do século XX. A própria evolução do estado de equilíbrio da Guerra Fria para o trincamento das alianças a que se assiste agora entre os países ocidentais pró e contra a guerra imediata ao Iraque é resultado da mudança dos perigos potenciais. Na fase da Guerra Fria, o risco era absoluto, global, não permitia dúvidas nem hesitações. Ou se estava no bloco ocidental ou no bloco soviético – e, nessa equação, o mundo poderia virar cinzas com uma guerra nuclear total. Hoje, os EUA são a única superpotência que restou, num sistema de poder e de alianças que não retrata mais a situação real do mundo como ele é agora.

Na semana passada, a ONU, que com todos os seus defeitos ainda parece ser o instrumento por excelência para solucionar conflitos internacionais, era dada como morta e enterrada. Ainda com esperança de ter a maioria dos votos do Conselho de Segurança da ONU como escudo moral para sua guerra, os EUA mendigavam o apoio de alguns dos mais assustados e impotentes anões do Conselho, como Angola, Camarões ou Guiné. Mais espantoso ainda, não estavam conseguindo dobrá-los. Pior, o presidente francês Jacques Chirac virou uma espécie de comandante mundial da posição antiguerra, prometendo um veto ao ataque americano em quaisquer circunstâncias. Os alemães, que integram o Conselho no sistema rotatório, também estão contra Bush. A favor dele, contavam-se o apoio diplomático-militar do governo inglês e a solidariedade moral de italianos, espanhóis e portugueses. É compreensível que o mundo se debatesse, na semana passada, num estado de alta ansiedade. Se os precedentes valerem, muito disso estará esvaziado quando as bombas começarem a explodir no céu de Bagdá. Uma vitória rápida e uma população iraquiana mais satisfeita com a queda do ditador que se vai do que hostil ao protetorado americano lançariam no esquecimento os aspectos mais estridentes do debate travado durante os seis meses transcorridos entre a promessa de guerra e sua execução. Incapazes de arrancar um apoio confortável da ONU, contra a oposição de aliados do porte da França e da Alemanha, e por cima da opinião de milhões de pessoas em todo o mundo, os EUA se declararam prontos a entrar em ação sem o respaldo da organização.

Bush poderia esperar uma conjuntura mais favorável para atacar. Resolveu, ao contrário, ir até o fim, num exemplo do comportamento prepotente e imperial que tantos países enxergam e denunciam nos EUA. O debate internacional sobre a ameaça representada por Saddam Hussein transformou-se numa discussão sobre a falta de limites da hegemonia americana. Isso é ruim porque, em todo o mundo, inocentes e maliciosos participam de uma pressão contra os EUA na qual se tende implicitamente a dar como fato que o sanguinário Saddam Hussein é apenas uma vítima – quando na verdade ele é um tirano perigoso. Se Saddam cair rápido e os iraquianos sofrerem um mínimo aceitável nas circunstâncias, os americanos desfrutarão um enorme trunfo político, mais saboroso ainda pelo gosto de revanche, pelo ar de "viram só como estávamos certos?". A parte do mundo que condenou a guerra os aplaudirá, finalmente, ou ficará com mais raiva ainda?

As armas dos EUA para fritar Saddam

A Operação Tempestade no Deserto, desferida pelos Estados Unidos contra o Iraque em 1991, ficou conhecida como uma guerra tecnológica. Alguns ataques eram acompanhados ao vivo pela CNN, os aviões enviavam imagens dos alvos sendo destruídos e pela primeira vez se viu a ação das bombas inteligentes. No calendário militar, os doze anos que separam aquela operação militar da atual foram suficientes para produzir uma mudança significativa. Naquela guerra, de cada 100 bombas lançadas em solo iraquiano, oito eram inteligentes. A taxa atual é de 98 bombas inteligentes em cada 100. Além do aumento expressivo na taxa de munição inteligente, aumentou o QI das bombas. Na Guerra do Golfo, pode-se dizer que elas não raciocinavam muito bem. O sistema a laser utilizado para teleguiá-las não funcionava em dias nublados. Agora, as bombas são orientadas pelo sistema de navegação por satélite, GPS, que permite ações sob qualquer condição meteorológica. Hoje em dia, um míssil como o Tomahawk, um dos mais empregados pelos americanos, atingiu uma margem de erro de apenas meio metro.

A estrutura militar enviada pelos Estados Unidos para cercar o Iraque é impressionante. Reúne um conjunto de armamentos que parecem saídos de um filme de George Lucas. Tome-se o caso da e-bomb, que ao explodir não destrói prédios. Em vez disso, ela emite pulsos de energia eletromagnética que queimam equipamentos de comunicação e computadores. Até o sistema de ignição dos veículos militares inimigos deixa de funcionar. Teleguiados por satélites, os mísseis americanos são capazes de se desviar de barreiras e alterar a rota durante o percurso, o que lhes garante uma precisão quase milimétrica. Tudo isso diminui o risco de mortes tanto entre os militares americanos quanto entre os civis iraquianos. "Se hoje eu posso usar um avião que faz o trabalho de quatro, isso significa que estou preservando vidas", afirmou recentemente Jeff Penfield, comandante da frota de jatos de combate Super Hornet que irá atuar no Iraque. Equipado com sensores a laser, um avião como o Super Hornet é capaz de disparar mísseis contra quatro alvos simultaneamente – e acertar todos. Muitos aviões de ataque não são tripulados. Portanto, evita-se expor pilotos ao risco. Há até uma aeronave de apenas 22,5 centímetros, feita para vasculhar lugares de difícil acesso, como cavernas e outros esconderijos.

A mais recente demonstração do poderio americano para a guerra foi apresentada ao mundo na semana passada. Trata-se da arma não nuclear mais potente já inventada. Chamada de Moab, apelidada de mother of all bombs ("mãe de todas as bombas"), ela poderá ser utilizada pela primeira vez contra as forças de Saddam Hussein. Quando chega ao alvo, explode e devasta o que está a 1 quilômetro de raio do epicentro. Conforme avança a tecnologia, menos bomba se precisa jogar sobre os alvos. A quantidade de bombas utilizadas na Guerra do Golfo foi apenas 11% das jogadas sobre o Japão na II Guerra, 4% das lançadas sobre a Alemanha nazista e menos de 1% das atiradas sobre o Vietnã. Na I Guerra os militares lançavam uma média de 2.000 bombas para acertar um alvo. Um único míssil de última geração faz o serviço.

Além dos equipamentos embarcados em aviões e porta-aviões, o soldado americano está paramentado com a mais eficiente carcaça protetora da história. O colete resiste a projéteis disparados por fuzis, o soldado carrega um aparelho GPS, é capaz de "enxergar" à noite com perfeição graças a um sistema infravermelho e utiliza óculos blindados. Isso sem falar no aumento da eficiência. Hoje, o poder de fogo de um americano no front equivale ao de 650 combatentes da I Guerra Mundial. E a ciência ainda promete muitos avanços para os próximos anos. Até 2010, o soldado americano estará usando um capacete com câmera de vídeo e um visor que funciona como tela de computador, na qual se podem ler mapas e dados on-line. A "armadura" será 100 vezes mais resistente. Para que isso se torne realidade, serão necessários investimentos cada vez maiores. E é justamente nesse ponto que a discussão se torna acalorada. Existem ativistas americanos que pedem a redução drástica do orçamento militar.

Em função da guerra, o orçamento militar dos Estados Unidos está atualmente na casa dos 380 bilhões de dólares. Essa quantia equivale à metade dos gastos militares do planeta. Apresentados dessa forma, os dados apontam para a idéia de que o desenvolvimento de novas armas e o dinheiro investido irão contribuir para ceifar milhões de vidas. Existe uma idéia amplamente difundida e associada aos gastos espetaculares feitos em armamentos em geral. Como os Estados Unidos gastam centenas de bilhões de dólares nas pastas militares, conclui-se que os países desenvolvidos montaram uma indústria que elimina cada vez mais gente. É uma idéia totalmente errada. Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento de armamentos não implica necessariamente seu uso. Se todo o arsenal nuclear do mundo fosse detonado, o planeta seria destruído nada menos que 36 vezes. E, claro, ninguém pensa na utilização da bomba atômica. A questão é outra. A existência de novas armas simplesmente evita mais ataques. Os adversários avaliam a capacidade de reação do inimigo e, muitas vezes, preferem não guerrear. Seria arriscado demais. Portanto, a posse de um arsenal militar portentoso funciona para inibir forças hostis. A não ser que do outro lado esteja um louco feito Saddam.

E basta conferir o total de mortes provocadas nas guerras ao longo do tempo ([veja quadro](#)). Conforme melhoram as armas, o número de mortos diminui e o total de civis atingidos também cai muito. Nos dias de hoje, as carnificinas nada têm a ver com investimento em armas. Ao contrário. As batalhas mais sangrentas ocorreram em países sem acesso a grandes recursos bélicos. Na miserável Ruanda, 1 milhão de pessoas morreram em 1994 num confronto étnico em que os inimigos utilizavam armas rudimentares. Nos países de Terceiro Mundo, os soldados muitas vezes guerreiam sem nenhuma proteção. Eles simplesmente vão a campo de peito aberto e com um revólver na mão, algo como os combatentes do século XIX.

Diante da potência bélica americana, pode-se dizer que a nova guerra no Golfo não será propriamente um combate, mas uma exibição unilateral. O arsenal iraquiano não assusta os americanos. As tropas de Saddam Hussein não contam com tanques, aviões nem helicópteros capazes de rivalizar com os dos Estados Unidos. Uma de suas principais armas ainda são os

mísseis Scud, que se mostraram ineficientes na Guerra do Golfo, em 1991. Segundo estimativas da ONU, o Iraque deve possuir cerca de quarenta Scud prontos para o ataque. O principal temor dos americanos é a possibilidade de Saddam Hussein utilizar armas químicas e biológicas.



ANEXO X – “A guerra ao alcance de todos

Com a ofensiva americana para depor Saddam, telespectadores de todo o mundo acompanham ao vivo a trituração de Bagdá por mísseis guiados por satélite



Os Estados Unidos prometeram triturar o Exército iraquiano e depor Saddam Hussein com uma ofensiva rápida e furiosa – estratégia militar conhecida por seu nome alemão, Blitzkrieg. A expressão, que traz à memória o rolo compressor dos tanques nazistas no fim dos anos 30, é a única velharia nesta guerra. O conflito, em que só na sexta-feira passada foram despejadas centenas de mísseis sobre Bagdá, é de um tipo novo na história da humanidade. Em primeiro lugar, trata-se de uma guerra que os americanos chamam de "preventiva",

aquela na qual se mata o adversário na expectativa de que ele, mais cedo ou mais tarde, tentaria nos aplicar algum golpe sujo. Uma segunda característica desta guerra é que ela deixa boa parte do trabalho pesado por conta de equipamentos high-tech e do poderio aéreo, o que diminui drasticamente o risco de baixas nas forças atacantes. Mísseis e bombas guiados pela rede de satélites em órbita permitem que os bombardeios sejam limitados aos guios estratégicos e militares. Um míssil orientado por informações de computador e por satélites tem margem de erro do alvo inferior a 1 metro. Ou seja, não erra. Com isso é possível reduzir o número de civis mortos. "O ponto é que nós não devemos atacar tudo nem precisamos destruir tudo", explicou o coronel Gary Crowder, comandante da Força Aérea americana. "Bagdá não vai parecer Dresden." A cidade alemã citada pelo coronel foi arrasada até os alicerces pela aviação aliada no fim da II Guerra.

Fotos Reuters



CHUVA DE BOMBAS

Bombardeio arrasa instalações do governo do Iraque, na sexta-feira: baterias antiaéreas são inúteis contra mísseis teleguiados



CHOQUE E TEMOR

Um míssil explode sobre o complexo presidencial: ataque militar com precisão cirúrgica

A guerra que se consolidou nos anos 90 não é uma luta pela sobrevivência nacional, como a II Guerra. Ela é uma ação restrita, com ambições estratégicas cuidadosamente limitadas. Envolve elaborada discussão política, intensa cobertura da mídia e custa tremendamente caro. Só as nações ricas podem se dar ao luxo de combater dessa forma. Com a intensidade com que está sendo travada neste momento no Oriente Médio, o círculo é ainda mais limitado. Só os Estados Unidos – que gastam em armamentos o equivalente à soma dos orçamentos de defesa de todos os demais países – têm o dinheiro, os homens treinados e a determinação política necessários para levar a tarefa até o fim. Desde a Guerra do Golfo, em 1991, os militares americanos estão obcecados pela idéia de que é possível entrar em batalha e vencê-la sem a perda de um único combatente. Deu certo na expulsão dos sérvios de Kosovo, em 1999. Nas dez semanas de bombardeios aéreos morreram apenas dois soldados americanos – e foi num acidente de helicóptero na Albânia. Do lado iugoslavo, de acordo com cálculo da Otan, as baixas chegaram a 5 000 militares e 1 200 civis. Esses números não impressionam tanto se forem comparados com os estimados 35 000 mortos numa única noite de bombardeio de Dresden, em 14 de fevereiro de 1945. A perda de dezoito soldados num conflito de rua na Somália, em 1993, só reforçou a convicção do Pentágono de que não vale a pena lutar à moda antiga.

Os anos 90 apresentaram ao mundo os primeiros ensaios da guerra pós-moderna, cirúrgica, altamente tecnológica e, por isso, precisa, coberta ao vivo pela televisão para bilhões de pessoas, que assistem a ela como a um espetáculo que, para variar, não é de ficção. A dura realidade é o que entra na sala dos espectadores do mundo inteiro. Na semana passada, milhões de telespectadores espalhados pelo planeta viram o presidente Bush avisar ao vivo que estava iniciando a guerra. Em um canal de TV, ele já estava focalizado antes de começar seu discurso, enquanto seu cabelo era penteado para aparecer em seu melhor estado diante das câmeras. Horas mais tarde, viu-se Saddam Hussein jurar resistir até a morte ao Exército invasor. A distância entre os dois era de 10 000 quilômetros. O iraquiano leu sua declaração num bloquinho comum de anotações, que segurava na mão – exposição de intimidade difícil de imaginar que pudesse ter ocorrido aos grandes guerreiros do século XX, como Winston Churchill, Josef Stalin ou Adolf Hitler. Sentado em sua poltrona, o brasileiro, o francês, o americano, o asiático podiam ver não apenas o disparo de um míssil Tomahawk do convés de um navio de guerra americano no Golfo Pérsico como também a chegada desses teleguiados aos alvos em plena capital iraquiana, Bagdá, a 1 000 quilômetros de distância.

A primeira guerra acompanhada por correspondentes foi a da Criméia, um confronto entre a Rússia, de um lado, e a Inglaterra e a França, do outro, na década de 1850. Tanto o *Times* londrino quanto seu rival, o *Morning Herald*, dependiam de despachos enviados a cavalo e barcos a vapor, que demoravam uma semana para chegar a Londres. A primeira leva do desembarque aliado na Normandia, em 1944, foi registrada por um único fotógrafo de imprensa, Robert Capa, e boa parte de seu material se perdeu em um erro estúpido de revelação no laboratório em Londres. Os filmes de Capa foram da Praia de Omaha para Londres no navio que levou os primeiros feridos da invasão para ser tratados na Inglaterra.

No início dos anos 70, os cinegrafistas que cobriam a guerra no Vietnã expediam por avião os rolos de filme para ser exibidos nas TVs dos Estados Unidos. Hoje a transmissão por videofone é feita da trincheira. O aparelho funciona como um celular, mas também envia imagens, e se conecta diretamente com um satélite de comunicação. Na quinta-feira passada, usando um equipamento desse tipo, o repórter Marcos Uchôa, enviado da Rede Globo ao Kuwait, pôs no ar, em tempo real, o ruído das sirenes anunciando um ataque de mísseis iraquianos naquele país do Golfo Pérsico.

Submetidas pela imprensa a um tipo de exposição didática e muito precisa, as armas mais sofisticadas deixam de ser novidade para as pessoas comuns. Imagens de satélite, com definição tão excelente que torna possível identificar a marca de um automóvel numa rua de Bagdá, permitem que o telespectador tenha pela televisão uma percepção do cenário da guerra próxima à do piloto de combate. O mesmo tipo de imagem serve para que o general tenha a visão instantânea do resultado dos bombardeios. Em 2001, durante a guerra no Afeganistão, um oficial das Forças Especiais identificou uma base do Talibã, o grupo religioso que dava abrigo aos terroristas de Osama bin Laden. Conferiu a posição no GPS, o aparelho de localização por satélite, digitou as coordenadas e transmitiu para um avião não tripulado. Dali a mensagem seguiu para o centro de controle na Base Aérea de Príncipe Sultan, na Arábia Saudita, que a enviou ao piloto de um bombardeiro. O militar programou uma bomba guiada por satélite, que atingiu o alvo dezoito minutos depois da mensagem original do oficial em campo. Na Guerra do Golfo, em 1991, uma operação de identificação de alvo seguida de bombardeio levava dias. Com a evolução das tecnologias de identificação e ataque de alvos, os bombardeios se tornaram ainda mais letais. "Podemos atingir em 24 horas o mesmo número de alvos que levaríamos uma semana para acertar na Guerra do Golfo de 1991", diz Buster Glosson, general da Força Aérea americana que comandou os ataques aéreos na campanha de 1991.

A tecnologia deu às guerras um aspecto de videogame, em que o teatro de operações é monitorado por meios eletrônicos. A vedete desta vez são os mais de trinta satélites de comunicação, navegação e espionagem em órbita em torno do planeta. Muito antes de a primeira bomba ser lançada, os equipamentos vasculharam por meses a fio o Iraque. Com fotografias aéreas, o serviço de informações americano pôde fazer uma maquete eletrônica da região. Todos os detalhes foram armazenados nesse sistema – o tipo de terreno, os melhores acessos, características de cada prédio de Bagdá. Com esses dados na memória, os mísseis e bombas inteligentes – que representam 90% do arsenal americano contra apenas 10% em 1991 – recebem informações sobre a localização correta dos alvos. O equipamento militar faz ainda o que os militares chamam de "iluminação do teatro de guerra". Ele emite uma frequência de radar diferente que indica aos caças, como o "invisível" F-117, o local exato para atacar. E, por fim, os satélites servem de importante fonte de informação para ligar o campo de batalha aos centros de informação. Comandantes de tropas de infantaria, munidos de palmtops e laptops, recebem informações e imagens por meio dessa tecnologia. Na guerra iniciada na semana passada, algumas unidades de combate americana, como a Quarta Divisão de Infantaria, estavam equipadas com sistemas de controle ainda mais completos, cujo nome em código é FBCB2. Por esse sistema, não apenas os aviões e helicópteros mas também os tanques e os veículos de transporte de tropas sabem exatamente a posição uns dos outros, mesmo que estejam fora do campo de visão. A integração é feita por satélites e computadores. O próximo passo é dar a cada indivíduo em combate um aparelho em que ele possa ter o mesmo grau de informação visual sobre o teatro de operações. Os americanos dizem que a idéia é dotar os soldados de "total consciência situacional". Um avanço impensável a generais e estrategistas do passado, que tiveram de lutar batalhas inteiras com base em adivinhações e informações de péssima qualidade.

Reuters



AP



AFP



A HORA DA RENDIÇÃO

Soldados iraquianos se rendem às tropas americanas no sul do Iraque no primeiro dia da ofensiva por terra: Saddam concentrou suas tropas de elite em torno de Bagdá, onde planejava resistir ao avanço inimigo

Os ganhos são políticos e militares: o avanço tecnológico obtido com a incorporação do satélite no campo militar representa menos baixas e, conseqüentemente, menor desgaste político. O número de soldados americanos no Golfo é quase a metade do de 1991. Em compensação, a eficiência dos bombardeios e a quantidade de satélites praticamente dobraram. Nos últimos dois anos, o rastreamento por satélite tinha convertido Saddam Hussein num prisioneiro em seu próprio território. Ele não podia aparecer em público nem falar ao telefone, num radiocomunicador, na TV ou no rádio sem que os americanos soubessem seu paradeiro. Esse conhecimento poderia ser usado – como finalmente ocorreu na semana passada – numa tentativa de matá-lo. Com base em informações de seu serviço de inteligência, que acreditava saber o local em que o ditador estaria reunido com figuras graúdas de seu regime, Bush autorizou o lançamento de uma salva de quarenta mísseis sobre pontos específicos de Bagdá, na madrugada de quinta-feira passada. Foi, na terminologia do Pentágono, um "ataque de decapitação". Tivesse dado certo, os Estados Unidos teriam resolvido a guerra num primeiro e único golpe naquela madrugada.

O ataque terrestre com soldados americanos e ingleses, que na sexta-feira já atingia Basra, no sul do Iraque, mostra que essa guerra não é uma repetição quanto aos métodos e aos fins da de 1991. Há doze anos, as forças aliadas só avançaram para expulsar os iraquianos do Kuwait depois de 39 dias de intensos bombardeios. Isso se deve, em parte, ao fato de os riscos serem menores agora para os atacantes. O poder militar do Iraque é uma sombra do que foi no passado. Três de cada quatro soldados são recrutas do Exército regular, despreparados e sem motivação para enfrentar a máquina de guerra americana. Centenas se renderam no primeiro dia de avanço aliado por terra. O problema são os 100 000 homens da Guarda Republicana, uma tropa de elite posicionada em torno de Bagdá. A ofensiva terrestre também foi antecipada porque os americanos querem impedir que os iraquianos coloquem fogo em poços de petróleo (sete dos mais de 1 000 existentes no sul do Iraque foram incendiados). Mas o principal motivo para o passo acelerado da ofensiva foi o "ataque de decapitação" para matar Saddam. Ocorreu alguns dias antes do planejado pelos generais do Pentágono. A correria é para recuperar um pouco a capacidade de surpreender as defesas iraquianas.

ANEXO XI – “Rumo a Bagdá”

Os Estados Unidos planejaram sua guerra no Iraque indo direto ao estágio em que a maioria dos conflitos termina: o cerco à capital do inimigo e a derrubada de seu regime. Não deu certo desse jeito porque foram surpreendidos por um fator que não estava no plano: a resistência iraquiana à invasão do país é mais tenaz do que era esperado. Menos de uma semana depois de o primeiro soldado americano pisar no Iraque, os generais do Pentágono já estavam de volta a seus computadores, desta vez para refazer o cronograma de operações e adaptar suas ambições à realidade da fuzilaria no deserto iraquiano. Com base nas dificuldades enfrentadas pelas tropas no campo de batalha, foi preciso arquivar o projeto de uma guerra rápida e asséptica, da forma alardeada pelo governo do presidente George W. Bush.

A campanha para depor Saddam Hussein foi montada com base na teoria de que um exército tecnologicamente avançado vence mais por sua velocidade e poder de fogo do que pela massa e pelos músculos. O general William Wallace, um dos comandantes das forças de invasão, admite agora que não poderá tirar Saddam de seu bunker em Bagdá com a quantidade relativamente modesta de tropas que tem à mão dentro do território iraquiano. O erro tático de mandar pouca gente para a guerra começou a ser corrigido na noite de quinta-feira, com o anúncio do envio de mais 120 000 soldados. O objetivo do Pentágono é dobrar, em um mês, a quantidade de tropas dentro do Iraque. Há cerca de 300 000 soldados americanos e ingleses na região, mas a maior parte deles está estacionada em bases fora do Iraque, ou em países vizinhos ou em navios de guerra de onde saem mísseis e aviões de ataque. Apenas 125 000 estão dentro do território iraquiano.



AVANÇO RÁPIDO

Tanques da 3ª Divisão de Infantaria dos Estados Unidos a 80 quilômetros de Bagdá: emboscadas no caminho

O novo cenário é mais sombrio: o conflito pode se prolongar por meses. Nessa situação, é inevitável que morra um número maior de soldados e civis que o previsto numa guerra de curta duração, de uma ou duas semanas. Com o habitual exagero retórico dos políticos árabes, as autoridades iraquianas ameaçam os Estados Unidos com uma carnificina nos moldes do conflito entre o Iraque e o Irã, que deixou 1 milhão de mortos nos anos 80. Não se deve

esperar algo dessa magnitude. Esta guerra no Iraque segue uma receita diferente. Não há bombardeios a esmo de cidades. As bombas de precisão permitem que se atinjam apenas alvos militares, sem que seja necessário obliterar cidades inteiras para destruir um objetivo limitado em área urbana, como ocorre na guerra tradicional. Mesmo com o endurecimento do combate, registrado na semana passada, o total de vítimas deve ficar num nível relativamente baixo em relação às guerras tradicionais.

Fotos AP



TERRA ARRASADA

Rua de Bagdá atingida pelo bombardeio: cuidados para evitar muitas vítimas civis



DITADOR NA TV

Saddam bem-disposto na TV iraquiana, na semana passada: poder baseado nas tribos

Mais de 600 mísseis Tomahawk e 4.300 bombas inteligentes foram lançados sobre Bagdá e outras cidades iraquianas na primeira semana de bombardeios. Apesar da intensidade do ataque, a quantidade de civis mortos ainda se mantém na casa das centenas, o que é surpreendente para quem vê os clarões se alargando sobre a noite em Bagdá. No campo de batalha o número de

mortes também se mantinha pequeno para confrontos tão violentos. A maior soma de baixas americanas em combate ocorreu em uma emboscada numa ponte sobre o Rio Eufrates: dois soldados mortos, onze desaparecidos. No mesmo local, num embate com forças otomanas em 1915, os ingleses perderam 500 homens. Na sexta-feira surgiu mais uma frente de batalha para complicar os ânimos do governo americano. O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, acusou a Síria de enviar armas ao Iraque, incluindo óculos para visão noturna – essa maravilha que facilita os combates à noite é uma das vantagens americanas nesta guerra.

Apesar do vigor da resistência iraquiana, a vitória dos Estados Unidos é certa, cedo ou tarde. Os tanques de uma nova divisão blindada devem desembarcar nesta semana no Kuwait e se dirigir rapidamente para a linha de frente. Mesmo sem disporem de soldados em quantidade suficiente para resolver imediatamente a questão em Bagdá, os americanos e seus aliados ingleses não estão sendo surrados pelo Exército de Saddam. Ao contrário, os sucessos militares da força invasora são impressionantes. Na primeira semana de guerra, os americanos cruzaram 480 quilômetros de deserto e pararam a apenas 80 quilômetros de Bagdá. É uma tremenda velocidade para um Exército cujos tanques de batalha pesam 70 toneladas cada um e que enfrentou escaramuças com o inimigo por todo o caminho. Outra coluna cruzou sob fogo o Rio Eufrates e se aproximou da capital iraquiana por caminho diverso, apertando o cerco. No sul, os ingleses tomaram o porto de Umm Qasr, fundamental para permitir o reabastecimento por mar. Uma outra frente foi aberta no norte por 1.000 pára-quedistas. Foi a maior operação desse tipo na história.

**PODER
PARAMILITAR
Mulheres pegam
em armas numa
vila próxima a
Bagdá:
resistência à
invasão
americana**



Nos planos do Pentágono, e aí está o grande erro dos estrategistas americanos, os iraquianos se renderiam facilmente. A suposição era que os soldados do Exército iraquiano não teriam motivos para morrer em defesa de um homem como Saddam, que tiraniza o país há quase três décadas. O maior desafio militar previsto eram as bem treinadas divisões da Guarda Republicana, força de elite composta por soldados ligados ao

ditador por laços familiares e tribais. O Exército americano até se preparou para lidar com o problema da rendição em massa, como ocorreu na primeira Guerra do Golfo, em 1991. Num surto de otimismo, que visto agora, sob a luz dos acontecimentos, parece um delírio, o governo Bush previu que o regime entraria rapidamente em colapso e que as tropas americanas e inglesas seriam recebidas pelos iraquianos como libertadoras. Isso ainda não ocorreu. Os americanos esperavam que a população xiita do sul do Iraque se levantasse contra o regime opressor de Saddam, que é da etnia sunita. Os xiitas, perseguidos pelos integrantes da etnia rival, não deram sinal de vida. Trazem ainda quente na memória o que aconteceu há doze anos. Naquela época, as forças aliadas expulsaram as tropas de Saddam do Kuwait e incentivaram os xiitas a se rebelar. Eles se revoltaram, atendendo ao convite feito pelos aliados, que no entanto foram embora e os deixaram à mercê da vingança cruel da gente de Saddam Hussein. Alguns combatentes iraquianos feitos prisioneiros contam que soldados leais a Saddam empurram civis para o combate sob a mira de metralhadoras. Numa situação assim, os xiitas poderão vir a aderir ao Exército invasor, mas só depois de receber a garantia de que Saddam não tem a mínima chance de continuar no poder.

Antes da guerra, os estrategistas americanos previram que Saddam poderia minar poços de petróleo, destruir represas e explodir pontes para atrasar o avanço inimigo. Ele fez coisa bem diferente. Concentrou suas melhores tropas na defesa da capital e despachou milícias paramilitares e pelotões das forças especiais para as cidades do sul. É possível que a presença dessa gente armada que devota fidelidade fanática a Saddam seja uma das razões que impedem a população xiita de festejar a chegada dos americanos – mas isso só se saberá com certeza depois que as cidades forem inteiramente dominadas pelos invasores. O Iraque de Saddam Hussein é o que há de mais próximo a um Estado totalitário no Oriente Médio. Cada aspecto da vida do cidadão é controlado por uma rede de agências de segurança cujo enredo básico o ditador copiou da União Soviética de Stalin. O jornalista John Burns, correspondente do *The New York Times* em Bagdá, nota que, apesar do controle férreo do governo e das Forças Armadas, o coração do poder de Saddam está fora das instituições formais do Estado. Ele depende muito mais das milícias paramilitares do Partido Baath, dos fedains e dos exércitos privados dos chefes tribais. Nos últimos meses, todos foram mobilizados e armados para a guerra.

A chuva inicial de mísseis e bombas sobre palácios e ministérios em Bagdá – a tática de "choque e espanto" – tinha por meta tirar o governo iraquiano do prumo, isolar seus diferentes níveis de poder e, dessa forma, permitir que uma rebelião popular fizesse o restante do serviço. Apesar de

os mísseis Tomahawk e as bombas inteligentes terem atingido os alvos em Bagdá, nada disso ocorreu. O regime não desabou, e a resistência militar se tornou mais intensa a cada dia. Em lugar de festejar a "libertação", pelo menos publicamente os iraquianos fecharam fileiras com o ditador para resistir ao invasor estrangeiro, exatamente como os russos fizeram sob Stalin, na II Guerra. O americano Michael O'Hanlon, do Brookings Institution, diz que o erro fundamental do "choque e espanto" foi não ter infligido "dano estratégico" concreto. Em lugar de triturar os quartéis (poupados porque os americanos esperavam um golpe de Estado) e a infra-estrutura de comunicações (poupada para ser usada pelas forças de ocupação), o bombardeio restrito só atingiu símbolos estáticos do regime, como ministérios e palácios. Isso deu tempo e fôlego para a reorganização nas hostes de Saddam e desencorajou seus opositores. Um princípio de euforia libertária na classe média de Bagdá – percebido por correspondentes estrangeiros em conversas privadas e em telefonemas para parentes no exterior – foi abafado pelos indícios de que a máquina de guerra americana atolaria às portas da cidade, tornando imprevisível a duração do conflito.

Reuters

Só há uma certeza: os americanos não vão perder, mas terão mais trabalho do que previam. O que ocorre no Golfo Pérsico é aquilo que os especialistas chamam de "guerra assimétrica". Significa que um dos beligerantes é muito mais poderoso que o outro. Se usarem o melhor de seus recursos bélicos e tiverem determinação política, os americanos vão esmagar a resistência e tirar Saddam Hussein do poder. A reação clássica do lado mais fraco é evitar o combate aberto, em que seria trucidado pelo poder de fogo superior do adversário, e apostar a sorte em ações de guerrilha. "Os iraquianos lutam com economia de forças", define o general americano David Grange, hoje comentarista de assuntos militares na televisão. "Querem atrasar, confundir, atrapalhar e hostilizar o inimigo o mais que puderem com poucos recursos." Nas duas ocasiões em que se arriscaram em batalhas de tanques com americanos e ingleses, os iraquianos foram pulverizados. Escaramuças não podem derrotar o Exército americano, mas desorganizam e desmoralizam as tropas. O Iraque é um país grande, mais ou menos do tamanho de Minas Gerais. Ao avançarem com velocidade para Bagdá, os americanos deixaram vulnerável a linha de abastecimento, que começa no Kuwait, a quase 500 quilômetros de distância. Os comboios que levam munição, comida, combustível e água passaram a ser emboscados por soldados e milicianos iraquianos logo nos primeiros dias. Alguns soldados americanos das forças de apoio foram capturados e exibidos na TV árabe, com péssimo efeito sobre o humor da opinião pública nos Estados Unidos.

POR CIMA DE SADDAM
Tanque inglês destrói imagens
do líder iraquiano em um centro
de treinamento militar perto
de Basra, no sul do Iraque



No Iraque existem cerca de 150 tribos, que se dividem em mais de 2.000 clãs. A maior delas conta com mais de 1 milhão de integrantes, e, no total, cerca de 35 tribos têm efetivamente importância política. O ditador passou a cooptar os chefes tribais em troca de cargos e dinheiro para assegurar sua lealdade e manter-se firme no poder. Os exércitos privados atuam como um poder paralelo ao Estado na proteção de estradas e no controle político regional. Membros do clã Baijat e da tribo de Saddam, Bu Nasir, ocupam os postos-chave no governo, no aparato de segurança e nas Forças Armadas. Os fedains – ou "homens de preto", devido à cor do uniforme – seguem a mesma composição básica. Seus 30.000 milicianos foram recrutados entre os membros de clãs e tribos fiéis a Saddam. Os fedains surgiram em 1995 e só no ano seguinte, depois de uma tentativa de golpe de Estado, ganharam o formato atual: um grupo paramilitar bem armado e que atua à margem das doutrinas militares. Nas mãos de Uday Hussein, tornou-se a força mais temida do aparato de repressão. Faz todo tipo de serviço sujo para o regime, como o assassinato de opositores e desafetos. Uma de suas missões nesta guerra é vigiar o Exército regular e evitar que os soldados se rendam.

Ao tocar a todo o vapor para Bagdá, as forças invasoras contornaram as cidades iraquianas, sem tentar ocupá-las. Lembre-se que o Pentágono esperava colaboração dos habitantes e não resistência. Ao contrário, elas se transformaram nas bases das quais saem os guerrilheiros para suas incursões contra as tropas americanas. Para complicar as coisas, uma tempestade de areia, que reduziu a visibilidade a 5 metros e durou dias, manteve presa ao solo a frota de helicópteros de ataque Apache, uma das principais armas ofensivas dos Estados Unidos. No fim da semana passada, a linha de abastecimento tinha sido tão afetada pelos ataques iraquianos que começou a faltar combustível para os tanques e havia racionamento de comida em alguns batalhões da linha de frente. A ocupação do sul do Iraque também demorou mais que o previsto. Diante da

resistência da guarnição iraquiana, o comando aliado não teve opção a não ser rever a tática de contornar as cidades e ordenou aos ingleses que tomassem Basra – coisa que até a madrugada de sábado ainda não tinham conseguido fazer.

Antes da Guerra do Golfo, em 1991, o desempenho das tropas iraquianas contra o Irã fez prever que lutariam duro – mas elas preferiram render-se em massa, depois de um bombardeio aéreo que durou 39 dias. Desta vez, os comandantes americanos foram surpreendidos pela tenacidade da resistência. Em comparação com a Guerra do Golfo, estão fazendo bem poucos prisioneiros. A Guarda Republicana e os milicianos paramilitares puseram-se a rodar pelo deserto em caminhões, usando roupas civis, para disparar contra os americanos com os velhíssimos lança-foguetes portáteis soviéticos que são o armamento básico dos guerrilheiros ao redor do mundo. Em determinado lugar, fingiram que iam render-se só para atrair os marines para uma emboscada. E tudo isso está só começando.

ANEXO XII - Guerreiros de capacete furado

A batalha por Bagdá pode ser dividida em três fases. A primeira delas resume-se a aniquilar as defesas da capital do Iraque e depor o regime totalitário de Saddam Hussein. A segunda consiste em reconstruir o que foi devastado na guerra e soerguer um país que já era paupérrimo antes das guerras e, entre seus costumes bárbaros, tinha como diversão juntar multidões ululantes para ver a polícia cortar a mão de ladrões em praça pública. A terceira etapa é o estabelecimento de um governo democrático no país, como prometeu o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. O primeiro estágio é o que está mais adiantado. Na madrugada de sábado, as tropas americanas já haviam penetrado as linhas de defesa da cidade e ocupado o aeroporto, localizado a apenas 20 quilômetros do centro de Bagdá. É ainda arriscado prever por quanto tempo o governo iraquiano resistirá – mas a vitória militar dos Estados Unidos é uma questão de tempo. A fase seguinte, a da reconstrução, é também uma questão de tempo. O governo americano já escolheu um general para governar o Iraque e começa a tratar do processo de concorrência para empresas interessadas em abrir estradas, treinar professores e distribuir alimentos logo que a ocupação militar estiver completa. A terceira etapa só existe, por enquanto, no éter das boas intenções. Paradoxalmente, essa é a que terá maior impacto no futuro.

Os países vizinhos ao Iraque vêem com ceticismo a intenção americana de criar ali um regime modelar – mas, como escreveu Thomas Friedman, colunista do jornal *The New York Times*, aguardam com enorme curiosidade e expectativa para ver no que isso vai dar. Uma democracia para valer em Bagdá teria o impacto de uma revolução no Oriente Médio. O que se tem por lá são partidos únicos, monarquias feudais e sombrios regimes islâmicos. Um governo representativo não é o tipo de instituição que os árabes estão em condições de conquistar por si próprios. A tentativa dos Estados Unidos de criar um exemplo de democracia que se multiplique por uma região de ditaduras cruéis é vista com ceticismo pelos árabes – e com razão. Washington sempre apoiou os ditadores da região – até mesmo Saddam Hussein, antes que ele tivesse a infeliz idéia de invadir o Kuwait em 1990. Os tiranos daquela área têm sido tradicionalmente apoiados por potências imperialistas, desde que se mostrem amigáveis e capazes de controlar suas populações. Quase sem exceção, a imprensa da região apresenta a atual invasão anglo-americana do Iraque como parte de um assalto brutal de uma potência imperialista contra árabes indefesos. As analogias com a ação americana são Israel oprimindo os palestinos, os cruzados massacrando os muçulmanos em Jerusalém e a horda mongol que no século XIII chegou às portas de Bagdá. Com esse sentimento de desconfiança, fica difícil imaginar como os Estados Unidos poderão fornecer um exemplo que venha a ser respeitado e talvez seguido por outros países vizinhos do Iraque. É difícil, e a disposição dos árabes dependerá em grande parte de como os americanos vão administrar a paz pós-Saddam.

Os prognósticos iniciais eram que Saddam arrastaria americanos e ingleses para um atoleiro do tipo que Israel enfrenta nos territórios palestinos ocupados. Nesse cenário, se repetiria o pesadelo enfrentado pelos Estados Unidos no Vietnã. Para agravar a situação, esse atoleiro iria gerar uma onda de fúria popular que acabaria por engolfar os regimes árabes hoje alinhados com Washington. É muito cedo para descartar a possibilidade de a invasão do Iraque se converter no estopim da grande revolta árabe. Basta prestar atenção no campo de batalha, porém, para ver o que havia de exagerado nessas previsões. A intervenção americana no Sudeste Asiático durou dez anos. No

Iraque, os atacantes precisaram de apenas duas semanas para chegar a Bagdá. É uma velocidade espetacular, como poucas vezes se viu na história militar. Em 1940, os alemães levaram 44 dias para obter a rendição da França, e isso foi chamado de "guerra-relâmpago".



O INIMIGO DENTRO DA CAPITAL
Boeing 727 da Iraqi Airways destruído e blindado americano na pista do aeroporto de Bagdá. Ao lado, TV do Iraque mostra imagens de Saddam sendo aclamado nas ruas, na quinta-feira passada

A única esperança do regime de Saddam diante de inimigos tão poderosos é prolongar a guerra até esgotar a paciência da opinião pública americana. Mais ou menos como aconteceu no Vietnã. Os iraquianos podem tentar fazer isso com uma defesa encarniçada de sua capital, com soldados e paramilitares defendendo casa por casa. A rapidez com que as tropas americanas apertaram o cerco ao coração do regime faz supor outro desfecho. O que os iraquianos vêem no campo de batalha não dá margem a esperanças. Na semana passada, duas das seis divisões da Guarda Republicana, as melhores tropas de que o Iraque dispõe, foram pulverizadas pelos bombardeios aéreos e pelo fogo de artilharia na periferia sul de Bagdá, com baixas mínimas entre os americanos. Os sobreviventes renderam-se ou recuaram para dentro da cidade. A tomada do aeroporto forneceu aos aliados uma base perfeita para desembarcar tropas e equipamentos no coração da cidadela inimiga. Do terminal, que se chamava Saddam Hussein e já foi rebatizado pelos americanos como Aeroporto Internacional de Bagdá, parte uma avenida de seis pistas que vai direto à área central, em que se ergue o palácio presidencial do ditador.

Nem nos Estados Unidos existe consenso a respeito da guerra, em seus aspectos moral, tático e estratégico. Ao contrário, há muita crítica ao presidente George W. Bush e aos falcões direitistas de que ele se cerca no governo. Generais de pijama, contratados como comentaristas pela televisão americana, acusaram o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, de ter enviado soldados de menos ao campo de batalha, arriscando-se a uma derrota humilhante por falta de guerreiros, de suprimento para os soldados, além de peças de reposição e combustível para o arsenal de guerra em movimento rumo a Bagdá. Rumsfeld, mais ideólogo que estrategista, disse acreditar que um exército moderno vence mais por sua rapidez e sua tecnologia do que pelo tamanho da tropa. Na Guerra do Golfo, em 1991, foram mobilizados 500.000 homens para expulsar Saddam Hussein do Kuwait. Desta vez são apenas 310.000 na região do Golfo, com pouco mais de 100.000 deles no Iraque.

As críticas sobre a estratégia americana foram amortecidas pelo rápido avanço das tropas. Ainda assim, falta mão-de-obra militar para completar a ocupação do território. A maioria das cidades foi cercada, mas não ocupada. Para dar fôlego à linha de frente, o Pentágono já ordenou um reforço de 100.000 homens – muitos deles devem estar prontos para entrar em ação ainda neste mês. A estratégia também é um sucesso no que se refere a causar grandes perdas ao inimigo com baixas mínimas nas tropas atacantes. Entre mortos e desaparecidos em combate, americanos e ingleses tinham perdido até sexta-feira passada cerca de 100 soldados. É muito pouco para uma operação dessa envergadura. Em 1967, quando esmagaram cinco exércitos árabes em seis dias, os israelenses tiveram 700 baixas.

O QUE VEM DEPOIS
Bush discursa para fuzileiros navais nos Estados Unidos: com a guerra no estágio final, desafio maior será obter apoio dos iraquianos para reconstruir o Iraque



Os ataques pela retaguarda dos fedains de Saddam – a milícia paramilitar comandada por Udai, o filho mais velho do ditador –, que nos primeiros dias tanto assustaram os americanos, são agora um incômodo menor. A vitória americana repousa na total disparidade de poder de fogo e tecnologia bélica. Em duas semanas de ataques aéreos, os Estados Unidos lançaram 4 400 mísseis e bombas inteligentes sobre o inimigo. Isso representa apenas 10% do estoque preparado para esta campanha. O controle americano do espaço aéreo é tão completo que nenhum avião da força iraquiana ousou levantar vôo. Os radares de mira da artilharia antiaérea do Iraque são facilmente localizados pelo monitoramento eletrônico e destruídos em segundos. Por isso, os iraquianos os deixam desligados e disparam a esmo seus mísseis, sem perigo para a aviação dos Estados Unidos.

Os tiros dos tanques iraquianos M-55, fabricados na antiga União Soviética, têm alcance de 1 quilômetro, sem precisão. Os Abrams americanos atingem, com exatidão, alvos a 1,5 quilômetro de distância. Também atiram em qualquer direção, enquanto os M-55 só disparam para a frente. Na primeira semana, catorze tanques ingleses enfrentaram o mesmo número de blindados iraquianos em campo aberto. Destruíram todos eles, sem uma única baixa.

O Exército de Saddam Hussein é o maior do mundo árabe. É também o mais experiente, tendo lutado com bravura desde a Guerra do Yom Kipur, contra Israel, em 1973. Nada disso valeu diante do moedor de carne americano. Blindados da Guarda Republicana que defendiam Bagdá foram dizimados por bombas CBU-105 lançadas de bombardeiros B-52. Cada bomba produz quarenta projéteis que localizam pelo calor o motor dos tanques inimigos, cobrindo de destruição uma área equivalente a sete campos de futebol colocados lado a lado. A superioridade americana é comprovada até mesmo no equipamento pessoal. Todo soldado tem óculos de visão noturna e um fuzil de assalto equipado com mira a laser e lançador de granada. O colete à prova de balas, feito de kevlar e reforçado com placa de cerâmica, protege o soldado dos projéteis de fuzis. Os iraquianos contam apenas com seu AK-47, o fuzil russo que é a arma-padrão no Oriente Médio, e uma quantidade limitada de munição adicional.

O primeiro-ministro inglês, Tony Blair, que tem sua parcela no mérito da vitória militar, declarou na semana passada que gostaria que a ONU tivesse papel decisivo no Iraque pós-Saddam. A proposta conta com o apoio de seu colega espanhol José María Aznar, que também apoiou os Estados Unidos, apesar de não ter enviado tropas para o Golfo Pérsico. Não é o que o governo George W. Bush pretende fazer. O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e seu vice, Paul Wolfowitz, já afirmaram que, uma vez que os Estados Unidos tenham vencido a guerra, eles terão o direito de reconstruir o Iraque seguindo apenas a política de Washington. O plano é colocar um general americano para administrar o país por um período mínimo de três meses, prorrogável pelo prazo que for necessário. Na semana passada, ao visitar os chanceleres da União Européia, em Bruxelas, o secretário de Estado Colin Powell afirmou que vê apenas um papel humanitário para a ONU. É o esquema básico usado na Alemanha e no Japão no fim da II Guerra. Muitos iraquianos vão festejar a queda da ditadura de Saddam – mas como irão reagir a um governo militar estrangeiro? E os demais países árabes que ainda têm vivo na memória o período em que eram colônias da Inglaterra e da França? Em ensaio sobre o tema, o jornalista Fareed Zakaria, da revista *Newsweek*, lembrou que alemães e japoneses também não gostaram do arranjo em 1945. Mas dez anos mais tarde, com seus países convertidos em prósperas democracias, manifestavam sem pudor seu agradecimento aos americanos. Talvez seja preciso esperar dez anos para saber em que resultou a guerra no Iraque.

ANEXO XIII - O regime decapitado

As democracias têm peculiaridades e gradações. Os regimes totalitários são iguais. Incluem culto à personalidade, perseguição aos opositores, supressão da liberdade de expressão, inexistência de imprensa livre e, muitas vezes, falta de liberdade religiosa. As ditaduras também torturam e matam. E, no fim, terminam quase sempre da mesma forma. O tirano foge, e seu povo enrola cordas em torno das estátuas do líder caído e promove a derrubada simbólica de sua imagem – espalhada sempre por todo o país, como se ele fosse o amantíssimo pai da pátria. Foi o que se viu em Bagdá na quarta-feira da semana passada, em transmissão direta pela televisão para todo o planeta. Um gigantesco Saddam Hussein feito de bronze, com 6 metros de altura, caiu ao chão numa praça central da capital iraquiana. Um iraquiano pegou um cartaz gigante com uma foto do ditador e deu chineladas na cara de Saddam. Cuspiram sobre seus símbolos, dançaram sobre seus restos. Pela primeira vez na história, viu-se uma população árabe festejar a derrubada de um tirano árabe por tropas ocidentais. O governo do presidente George W. Bush fez o que prometeu fazer para depor o ditador, e com a rapidez que disse que faria.

Americanos e ingleses precisaram de apenas 21 dias para pôr fim aos 24 anos de tirania de Saddam. A disparidade do confronto entre a assombrosa tecnologia bélica da superpotência e um país do Terceiro Mundo é atestada pela quantidade mínima de baixas entre as forças invasoras. O número de soldados ingleses e americanos mortos em combate nessas três semanas foi inferior ao de homicídios registrados no mesmo período na cidade de São Paulo. Como a Casa Branca previa, a vitória fulminante valeu mais que qualquer resolução das Nações Unidas para dar legitimidade à guerra. A imagem dos iraquianos pisoteando a estátua derrubada de Saddam teve valor maior do que mil palavras a respeito do governo que ele chefiava.

Isso tudo eclipsa mas não dilui o aspecto agressivo e arrogante com que americanos e ingleses resolveram invadir uma nação, o Iraque, sob o pretexto de anular atos futuros de terrorismo que Saddam Hussein viria a patrocinar mais cedo ou mais tarde, conforme a suspeita dos EUA. Será melhor para a imagem externa dos americanos que seus militares venham a encontrar as armas químicas e biológicas que serviram inicialmente de pretexto para a derrubada do regime de Saddam Hussein. Isso pode parecer dramaticamente relevante para a opinião pública internacional. Não o é, ao que tudo indica, para os neoconservadores que se aninham em torno do presidente americano George W. Bush. Com a invasão do Afeganistão e do Iraque, seguida da deposição de ambos os governos em tempo recorde, os americanos deram um sinal claro do que os impulsiona hoje em dia. Querem fazer saber aos países inimigos que correm riscos enormes se vierem a praticar atos hostis contra os EUA. A derrubada de duas torres em Nova York e de uma ala do Pentágono em Washington, além das suspeitas a respeito do risco representado por Saddam, bastou-lhes como justificativa para promover duas guerras e duas deposições de ditadores.

Há riscos na estratégia. Um deles é a persistência de focos armados leais a Saddam e prontos a atacar de surpresa no formato de guerrilha urbana. Outro risco está no surgimento de centenas de Bin Laden em cada país islâmico. Até sexta-feira passada, no entanto, o que se via eram iraquianos sorridentes junto aos ocupantes americanos. Grupos de habitantes de Bagdá adaptaram o chavão preferido de Saddam às novas circunstâncias. "Com nosso sangue, com nossa alma, nós vamos defender você, Bush! Bush! Bush!"

AFP



TERRA DE NINGUÉM
Os saques explodiram com a queda do regime: saqueadores levam tapetes do hotel Sheraton, que teve o saguão destruído, em Basra. À esquerda, o roubo na casa de Tariq Aziz, ministro de Saddam em Bagdá

O regime de Saddam desmoronou quase sem lutar em sua capital. A queda rápida de Bagdá não deixa dúvidas quanto à impopularidade do homem que durante mais de duas décadas impôs com mão de ferro sua vontade sobre o Iraque. Também pôs em evidência a dura tarefa de reconstrução de um país dilacerado por um governo corrupto, sanguinário, megalomaniaco e por mais de uma década de sanções internacionais. E o Iraque piorou muito durante

a guerra. Na semana passada, as grandes cidades viviam em absoluta anarquia. Os soldados invasores deixaram a população à solta e ela, em delírio ou desespero, promoveu um saque a tudo o que pudesse ser carregado em caminhões, tratores, carrinhos de mão ou na cabeça.

Os saques ocorreram em todas as cidades tão logo o poder do Estado sumiu das ruas. Na capital, a roubalheira começou pelos prédios estatais e pelas residências abandonadas pelos manda-chuvas em fuga – até os cavalos árabes foram levados do palácio de Udai, o primogênito do ditador. Logo a multidão assaltou lojas, bancos, universidades e até os hospitais. A maioria dos saqueadores era de moradores vindos de Cidade Saddam, a enorme favela em que vivem 2 milhões de muçulmanos da vertente xiita. O governo de Saddam, representante da minoria sunita, tratava essa gente como cidadãos de segunda classe. É natural que o colapso do regime seja seguido por um período de caos. O Iraque era um país engessado por uma das ditaduras mais perversas da atualidade. Nos regimes de força, quando se retira a tampa da repressão, a sociedade muitas vezes é tomada pelo clima de bagunça até o estabelecimento de uma nova ordem.

No caso iraquiano, o fim da ditadura foi imposto por uma invasão militar estrangeira. Não é um fim inusitado para um regime totalitário. Sobretudo para aqueles, como o iraquiano, que incluíram entre seus desatinos duas tentativas de conquistar territórios vizinhos em guerras malsucedidas. Nesse aspecto Saddam foi um ditador típico. Quando vira a esquina da insensatez e se dispõe a fazer a maldade que for necessária para manter o comando da situação, esse tipo de governante só sai morto do poder. O soviético Josef Stalin e o chinês Mao Tsé-tung, responsável cada um deles pela morte de milhões de cidadãos, morreram na cama. Adolf Hitler só se matou quando as tropas soviéticas estavam às portas de seu bunker, depois de ter destruído Berlim e matado milhares de seus habitantes. O romeno Nicolae Ceausescu foi executado pela multidão enfurecida que saiu em sua perseguição, em 1989. Pol Pot, que numa alucinada experiência de reengenharia social trucidou um quarto da população do Camboja, foi deposto por tropas vietnamitas, que invadiram o país sob o aplauso dos cambojanos. Morreu numa choupana na selva, anos depois. Até a madrugada de sábado, ignorava-se o paradeiro de Saddam Hussein. Seu destino, porém, é uma questão resolvida. Ele não vai retornar ao poder.

Há, no horizonte, a possibilidade de um Iraque democrático prometido pelos Estados Unidos. Isso pode ser uma boa notícia num Oriente Médio congestionado por regimes teocráticos e ditaduras brutais. A promessa não é suficiente, no entanto, para mascarar a dor deixada pelos ataques a vítimas inocentes como o menino Ali Ismail Abbas, de 12 anos, que perdeu os dois braços e toda a família sob bombas americanas. Para ele e para muitos outros, gente mutilada pelos bombardeios, que teve parentes ou casas destruídas, o preço pessoal pago pela vitória americana e pela queda de Saddam não faz nenhum sentido. A dolorosa foto do menino mutilado numa cama transmite uma mensagem dramática do horror da guerra. Tem, para a guerra do Iraque, o simbolismo que uma foto anterior, de 1972, teve para a Guerra do Vietnã: mostrava uma menina de 9 anos, chamada Phan Thi Kim Phuc, correndo nua numa estrada, com o corpo queimado por bombas incendiárias lançadas por aviões americanos sobre sua aldeia.



Reuters/Faleh Kheiber

VÍTIMA DA GUERRA

Ali Ismail Abbas, de 12 anos, perdeu os pais e o irmão e teve os braços amputados pelo míssil americano que destruiu sua casa, em Bagdá; o drama do garoto pode se tornar o símbolo desta guerra, como aconteceu com a foto da vietnamita Phan Thi Kim Phuc, em 1972 (abaixo). A menina de 9 anos, queimada por bombas incendiárias, simbolizou os horrores da Guerra do Vietnã

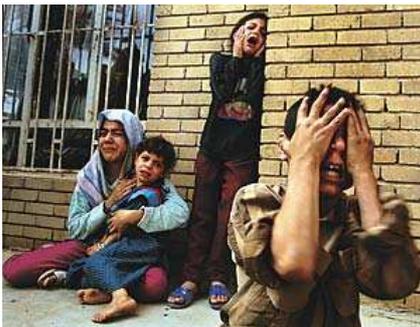
AP



Como toda guerra, a invasão do Iraque foi cruel. Ainda assim, devido ao cuidado americano em evitar atingir os não-combatentes iraquianos e à própria brevidade do conflito, o número de baixas civis – estimado em 2.000 – é relativamente baixo para um conflito dessas proporções. Acredita-se que 100.000 iraquianos (200.000 em outras estimativas) tenham sido assassinados pelo regime de Saddam Hussein. E outros 500.000 foram mortos nas guerras iniciadas pelo ditador, contra o Irã e o Kuwait.

Talvez nunca se venha a saber com certeza quantos soldados iraquianos tombaram desta vez. Divisões inteiras foram dizimadas pelos bombardeiros americanos, e os corpos de muitos soldados foram de tal forma pulverizados que tornam impossível a contagem. Também não se sabe quantos deles simplesmente abandonaram armas e uniformes e desertaram para não morrer.

Nos Estados Unidos, a repercussão da guerra é surpreendentemente favorável: 71% da população apóia Bush, 13% a mais que no início da guerra, de acordo com o Instituto Gallup. Nos demais países, a imagem dos americanos só piora. Nove em cada dez franceses são contra a invasão do Iraque e desconfiam que os Estados Unidos só se interessam pelo petróleo iraquiano. Na Itália, na Alemanha e no Japão, a oposição à guerra passa dos 80%. É natural que o uso da força para projetar o poder americano no mundo – a estratégia ideológica defendida pelos neoconservadores que cercam e influenciam o presidente George W. Bush – não seja a melhor maneira de conquistar amigos no exterior.



O governo Bush realizou o que chama de "ataque preventivo" contra Saddam Hussein. A intenção era golpear o ditador antes que ele viesse eventualmente a usar seu arsenal de armas químicas e biológicas que os governantes americanos dizem que tinha em seu poder. Washington nunca exibiu uma prova convincente de ligação direta entre o regime iraquiano e o terrorismo em nome de Alá. Os inspetores da ONU, mandados ao Iraque para procurar vestígios de armas químicas e biológicas, nada acharam. Isso não significa que as armas não existam, mesmo porque Saddam já as havia usado antes.

E agora? O que farão os Estados Unidos a partir de agora? Em que direção apontarão os canhões dos tanques Abrams na próxima vez em que cismarem que um governante esconde um plano

terrorista contra os cidadãos americanos? Há indícios de que Washington não exclui a possibilidade de recorrer à força de novo, desta vez contra a Síria. Advertências explícitas foram feitas ao governo de Damasco, que já aparecia na lista americana dos países patrocinadores de terrorismo e, agora, está praticamente sendo tratado como um novo membro do "eixo do mal" (os integrantes originais são o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte). Talvez não seja o caso de uma guerra imediata. Em artigo publicado no *The New York Times*, o jornalista David Sanger diz que a Casa Branca conta com o chamado "efeito demonstração" da vitória acachapante sobre os outros governos árabes. A idéia é que, pelo menos nos próximos tempos, enquanto os Estados Unidos estiverem ocupados na reconstrução do Iraque, as pressões políticas sejam suficientes para obrigar os caciques do Oriente Médio a pesar com cuidado cada um de seus passos. É de imaginar que nenhum deles esteja dormindo muito bem nos últimos dias.

Regimes democráticos espalharam-se com rapidez desde a queda do Muro de Berlim, há catorze anos. Isso aconteceu na América Latina, na Ásia e até na África – mas não no mundo árabe. Por que é assim? Uma parte da explicação, diz o iraquiano Elie Kedourie, autor do livro *Democracia e Cultura Política Árabe*, decorre do fato de a tradição política muçulmana não ter chegado ao estágio de separar o Estado da mesquita. O Islã coloca a soberania política em Alá. Em outras palavras, o Estado deve ser totalitário por ser uma emanção da vontade divina. A lógica prevalece mesmo quando o governante é laico. Outra explicação está no subdesenvolvimento econômico. A burguesia e a classe média são dependentes do Estado e, portanto, não têm interesse em lutar pela democracia. "Só uma classe média esclarecida pode tirar os ditadores do poder", resume o libanês Ahmad Dallal, professor de história do Oriente Médio da Universidade Stanford, na Califórnia. Todos os processos democráticos testados nesses países – como a extensão do voto às mulheres no Catar – foram decisões pessoais de líderes autocráticos.

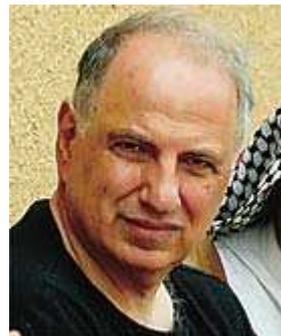
Por fim, há o peso do conflito com Israel. A solução dos problemas externos é o pretexto para adiar o processo democrático doméstico. No Cairo, há liberdade total para fazer passeatas contra os israelenses, mas nenhuma para pregar o fim do governo local. O que mais preocupa os caciques em Damasco, Teerã e Riad é a possibilidade de a libertação dos iraquianos, ainda que involuntária, fomentar idéias similares em seus países. O maior risco para essas ditaduras é que dê certo a reconstrução prometida pelos Estados Unidos. Rico e democrático, o Iraque se tornaria um modelo para virar do avesso a tirania no Oriente Médio.

Beijos e bombas

AP



AFP



PAZ DO PENTÁGONO

O gesto de agradecimento do menino iraquiano e, à direita, Ahmad Chalabi, o predileto dos neoconservadores: depois da guerra, falcões comandam a paz

Tendo conquistado Bagdá com a "guerra dos 21 dias", uma campanha ousada, criticada e por fim excepcionalmente bem-sucedida, os Estados Unidos agora têm planos igualmente ambiciosos para ganhar a paz. As tarefas fundamentais são de uma vastidão de tirar o fôlego. No plano mais imediato, é preciso restabelecer a ordem, restaurar serviços básicos, alimentar uma população que depende em quase 60% da distribuição de comida feita pela autoridade central agora inexistente. Isso tudo ainda sob o impacto fenomenal da presença de quase 200 000 militares americanos, que continuarão a realizar operações bélicas contra as forças remanescentes do regime, agindo num clima de tensão, entre bombas e beijos, sem nunca ter certeza se o júbilo pela queda do tirano substituiu de vez o ódio dos suicidas.

Às medidas de curto prazo mais prementes somam-se as mudanças institucionais: reformar a máquina do Estado, expurgar ou reabilitar os funcionários ligados ao antigo regime, criar um Poder Judiciário digno do nome, lançar as bases de um sistema político representativo que tenha legitimidade aos olhos dos iraquianos e do mundo. Isso é o que se chama em inglês de *nation building*, a construção nacional tal como acontece em países que começam do zero (um exemplo recente é o Timor Leste), que saem de guerras ou conflitos civis arrasadores (Bósnia, Kosovo) ou passam por viradas políticas de dimensões históricas (os integrantes do antigo bloco soviético). Para estabelecer um paralelo com o Iraque, porém, é preciso ir mais longe no tempo: só o Japão ocupado pelos americanos ao fim da II Guerra Mundial apresentaria condições similares, apesar das imensas diferenças entre os dois países e das circunstâncias históricas. "Reconstituir o Iraque de forma a que se torne um país responsável, respeitoso do estado de direito, será a tarefa financeiramente mais custosa e politicamente mais formidável que os Estados Unidos já assumiram no plano internacional em muitas décadas", definiu um estudioso de processos de democratização, Larry Diamond, do Hoover Institution.

AP



ÔNUS DA OCUPAÇÃO

Iraquianos suspeitos são despídos, algemados e interrogados: "À medida que o júbilo diminuir, é possível que soldados americanos comecem a levar tiros pelas costas"

Para culminar, e aí se vê a assinatura do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que pretende dirigir a paz da mesma maneira que comandou a guerra, o núcleo duro do governo americano ambiciona fazer do Iraque pós-Saddam não apenas um país mais decente, com um sistema de governo que leve em conta a diversidade étnica e religiosa e as tradições tribais, como uma espécie de Afeganistão melhorado. O projeto dos chamados neoconservadores, formuladores dos fundamentos ideológicos da nova direita americana, é transmutar o país pela raiz, transformando-o em uma democracia-modelo, um inédito paradigma de liberdade e liberalismo que implante um aliado orgânico dos Estados Unidos no coração do Oriente Médio e sirva de exemplo para os vizinhos.

É enorme a quantidade de especialistas que consideram esse plano uma rematada insensatez em face das realidades políticas do Iraque, um país sob risco eterno de implosão ou desordem em razão das clivagens étnico-religiosas e dos interesses regionais conflitantes. Mas, como seus defensores já conseguiram duas vitórias sucessivas (emplacar a teoria da guerra preventiva contra o Iraque e, na prática, levá-la a termo), é aconselhável examinar o que estão planejando. A idéia é que o governo provisório, entregue a Jay Garner, general da reserva encarregado da administração civil no pós-Saddam, seja curto e grosso. Garner não viraria um Douglas MacArthur do Iraque – não demoraria os seis anos que o legendário general passou no Japão comandando tudo, desde o julgamento dos criminosos de guerra até a elaboração de uma Constituição. O futuro administrador do Iraque e sua equipe integrariam ao processo, o mais depressa possível, líderes da oposição no exílio perfeitamente afinados com o projeto dos neoconservadores americanos. A eles competiria

espalhar a boa nova democrática e pró-americana entre os nativos, conduzindo-os rumo ao modelo estabelecido.

O homem em quem os defensores da chamada "paz do Pentágono" mais confiam para essa tarefa é Ahmad Chalabi, milionário xiita e gênio matemático exilado desde os 13 anos que está na corrida para virar o futuro "rei do Iraque". Num lance de ousadia típico dos falcões vitoriosos, Chalabi e mais 700 exilados foram desembarcados pelos americanos na cidade de Nassiriah três dias antes da queda de Bagdá. De lá, ele começou a agir como líder nacional, cobrando em entrevista irada à rede CNN de televisão a presença imediata do general Garner, que esperava no Kuwait a ordem de assumir o governo interino, para começar logo a atender às necessidades mais urgentes do povo. O envio de Chalabi e seu pessoal ao Iraque ainda conflagrado foi uma jogada destinada a criar um fato consumado e contrabalançar o campo dos moderados – no caso, o Departamento de Estado, que tem se engalinhado nos bastidores com os falcões a respeito de praticamente tudo, sem grande sucesso até agora. Para os profissionais da diplomacia, apoiados pelo secretário Colin Powell, opositores no exílio há muito afastados do país têm pouca representatividade entre os iraquianos e podem acabar tumultuando o complicadíssimo processo de reconstrução, que já não tem a participação da ONU nem a colaboração de países importantes. "Democratização leva tempo, é um processo de longo prazo", argumenta um ex-diplomata americano no Iraque, Joseph Wilson IV. "À medida que o júbilo diminuir, é possível que soldados americanos comecem a levar tiros pelas costas." Detalhe: o comentário foi feito antes da guerra – e dos primeiros carros-bombas.

Nesse embate entre os "realistas" de Powell e os "revolucionários de direita" reunidos sob a égide de Rumsfeld, aqueles têm um aliado em Tony Blair, o primeiro-ministro inglês. No encontro que teve com George W. Bush na Irlanda do Norte na semana passada, agindo mais uma vez como uma espécie de poder moderador, ou superego, sobre o presidente americano, Blair extraiu a promessa de que o futuro governo interino do Iraque não será dominado pelos exilados – só não conseguiu nenhum tipo de abertura para uma participação efetiva da ONU, que ele também considera essencial para legitimar o processo, porque aí também seria pedir demais. Outro revés sofrido pela linha dura, por exemplificar o abismo entre exilados e locais, foi o pavoroso assassinato de um religioso xiita aliado aos Estados Unidos na mesquita de Najaf, a mesma onde na semana anterior um mal-entendido havia lançado uma multidão desarmada e furiosa contra um pelotão de soldados americanos. O morto, Abdul Majid al-Khoei, também havia acabado de retornar ao Iraque depois de um longo exílio na Inglaterra e circulava em Najaf sob a proteção de membros das forças especiais americanas. Ele foi à mesquita acompanhado de outro chefe religioso, detestado por uma facção rival. Houve discussão e Khoei sacou um revólver para se defender. Ambos terminaram trucidados a facadas dentro da mesquita.

O episódio naturalmente será usado como símbolo dos perigos de uma transição establanada, que despreze a miríade de interesses, sensibilidades e rivalidades em jogo no Iraque. Na versão pessimista, esse choque de interesses poderia desembocar em confrontos ou até numa guerra civil, com as Forças Armadas americanas engolfadas numa ocupação sem fim à vista, cercadas por uma população cada vez menos grata pela libertação e mais hostil pela confusão, milícias descontroladas e o cortejo aterrador de atentados suicidas. Outra hipótese, na mesma linha do que pode dar muito errado, seria um processo de democratização que abrisse caminho a, ironia das ironias, um regime islâmico endossado pela maioria xiita, ao estilo do vizinho Irã, pioneiro da restauração teocrática. Para contrariar os prognósticos negativos, o campo oposto pinta um futuro quase utópico, com um Iraque democrático, laico, com garantias aos direitos das minorias e a gradual superação das identidades étnicas até chegar ao ponto de, segundo um documento que circulou entre os exilados no ano passado, não mais se definir como um país árabe. Qual dessas projeções vai se realizar? Possivelmente nem um extremo nem outro. É difícil imaginar que os Estados Unidos transformem o Iraque num Japão – democrático, ordeiro, produtivo. Mas não podem permitir que se repita uma cobrança como a feita pelo jornal *The Times*: "Quantas vidas valiosas ainda serão sacrificadas no vão esforço de impor à população árabe uma administração complexa e custosa que eles nunca pediram e que não querem ter?". O texto é de 7 de agosto de 1920, as vidas eram dos soldados britânicos que enfrentavam uma rebelião tribal e a administração que se tentava implantar foi a experiência original de construção nacional do Iraque por uma potência ocidental, a Inglaterra. Na época, isso se chamava colonialismo.

Onde há democracia não há guerra

Fascismo, comunismo, nazismo e todos os outros ismos totalitários produziram ao longo dos tempos algumas das mais pavorosas cenas de intolerância perpetradas pelo homem contra alguém

que ele julga diferente. "Fogueiras, patíbulos, decapitações, guilhotinas, fuzilamentos, extermínios, campos de concentração, fornos crematórios, suplícios dos garrotes, as valas dos cadáveres, as deportações, os gulags, as residências forçadas, a Inquisição e o índice dos livros proibidos", descreveu o jurista italiano Italo Mereu, são algumas das mais bárbaras manifestações de ódio adotadas por quem julga "possuir a verdade absoluta e se acha no dever de impô-la a todos, pela força". A praga da intolerância só atinge esse patamar de perversidade quando um outro valor já não vigora mais há muito tempo: a democracia. É mais ou menos assim que as coisas funcionam. Aniquila-se a democracia em nome de um ideal revolucionário que promete semear a liberdade e o fim da opressão dos mais fracos. Essa é a promessa, mas o que se colhe jamais é a libertação, apenas abuso e intolerância. Numa primeira fase, o abuso é interno e concentrado contra os inimigos políticos do regime. Depois, todos se tornam inimigos em potencial e até a delação de vizinhos vira uma arma de controle social. Na fase seguinte, surgem as guerras contra os inimigos externos. No Iraque de Saddam Hussein, a intolerância matou pelo menos 100 000 pessoas nos porões do regime. A seguir, vieram as invasões do Irã e do Kuwait. Nada disso teria acontecido num país democrático.

Sempre que se argumenta que a democracia é o único detergente eficaz contra os abusos, surge uma voz discordante alegando que não é bem assim. Que o princípio democrático do direito à expressão e à liberdade política se subordina ao direito à alimentação e à saúde. O que se quer dizer com isso? Que democracia é um valor secundário. Saddam adoraria ouvir isso. Para colocar a discussão num terreno que contorna as posições ideológicas, o ex-ministro da Suécia Per Ahlmark foi buscar números para enfrentar o debate de forma fria, sem paixão. E descobriu estatísticas fabulosas. O resultado pode ser conferido num artigo que integra o livro *A Intolerância*, publicado no Brasil pela Editora Bertrand Brasil. De acordo com o levantamento apresentado por Ahlmark, durante os primeiros oitenta anos do século passado, 170 milhões de pessoas foram mortas em situações de não-beligerância. Isso significa que os próprios dirigentes dos países resolveram eliminar seus opositores. Desse total, 99% das mortes ocorreram em regimes totalitários e autoritários. Mais de 100 milhões de pessoas foram massacradas por ditaduras comunistas. Na China, morreram 35 milhões. A União Soviética matou 62 milhões de pessoas. Esses números impressionantes levam a uma conclusão: nas democracias, os governos representam seu povo. Nos regimes autoritários, massacraram-no.

Além de diferenças evidentes no tratamento que reservam aos seus cidadãos, países democráticos e não democráticos se comportam de forma distinta também em tempos de guerra. Eles estão sempre em lados opostos. De 1815 até hoje, Per Ahlmark catalogou a ocorrência de 353 guerras no mundo. Dessas, 198 levaram ao campo de batalha apenas países não democráticos. Nas 155 ocasiões em que democracias pegaram em armas, entraram em campo para enfrentar um país não democrático. Não há caso em que duas democracias tenham guerreado. As duas guerras mais abrangentes da história servem de exemplo. Participaram da I Guerra Mundial 33 países. Entre eles, dez eram democracias – e não lutaram umas contra as outras. A II Guerra Mundial envolveu 52 países, entre os quais quinze democracias que também não brigaram entre si.

A superioridade da democracia fica inquestionável quando se analisam os dados apresentados por Per Ahlmark. A dúvida que atormenta os estudiosos é sobre o papel do mundo democrático para conter o avanço da intolerância, característica maior do autoritarismo. Cabe aos países democráticos, que normalmente não matam ninguém fora do âmbito de guerra, impedir a barbárie nos regimes que convivem com outra realidade? Segundo um estudo realizado em 2001 pela organização não-governamental Freedom House, três quartos das 145 nações não-muçulmanas são democracias. Enquanto isso, no mundo islâmico, os pesquisadores classificaram apenas onze regimes como democracias – ou precisamente 23% do total dos 47 países que adotam essa religião como a predominante. Vale repetir a conta: 75% das nações não-muçulmanas são

democracias, contra apenas 23% dos países do mundo islâmico. Os países democráticos têm o direito de tentar mudar esse quadro?

Há um quase consenso de que a resposta é não. A realidade desses países diz respeito apenas aos seus habitantes, e a ninguém mais. Tudo muda, no entanto, quando o exercício da intolerância ultrapassa as fronteiras nacionais. Em 1935, quatro anos antes de a II Guerra começar, Adolf Hitler reiniciou a produção de armamentos e restabeleceu o serviço militar obrigatório na Alemanha, ações que desrespeitavam o Tratado de Versalhes. Um ano depois, Hitler ocupou a Romênia, um sinal inequívoco de sua política de expansão. Apesar dos recados enviados pelo líder alemão, o mundo ocidental não se deu conta do perigo. Deixou a tirania de Hitler ganhar corpo. Em 1939, a Alemanha invadiu a Polônia e deu início à II Guerra Mundial. Diante disso, é razoável perguntar: a ação de Hitler poderia ter sido evitada se os países democráticos não tivessem sido tolerantes? Até que ponto se deve tolerar o intolerável?

De acordo com Per Ahlmark, a passividade das democracias diante de tiranias é um comportamento que a humanidade deve evitar. As nações livres e democráticas têm uma enorme responsabilidade na manutenção da paz mundial. Só elas podem ou não aceitar a existência de tiranias. Quando percebem que as democracias são frágeis, os ditadores sentem-se encorajados a agir. Ahlmark diz que a tolerância só prevalecerá se os países democráticos forem intolerantes diante de governos que praticam a violência e a opressão. O problema que os estudiosos do assunto observam nessa questão é definir o que é de fato intolerável. A existência da ONU facilita o debate, pois a entidade é o fórum certo para analisar, caso a caso, os níveis de transgressão. A ONU é também o fórum adequado para comandar uma eventual ação contra um país transgressor. Acatar as decisões da ONU é uma obrigação das nações democráticas. Foi o que os Estados Unidos se recusaram a fazer nesta guerra ao Iraque.

ANEXO XIV - O novo inimigo mora ao lado

Deposto Saddam Hussein, quem é o próximo? Desde a queda de Bagdá, a turma linha-dura do governo americano tem feito de tudo para que o mundo pense que a bola da vez é a Síria. Na terça-feira passada, o dia em que o presidente George W. Bush anunciou que o "regime de Saddam Hussein não existe mais", a música de fundo em Washington era a intensa fuzilaria verbal na direção de Damasco, capital da Síria. "Um país fora-da-lei", na definição do porta-voz da Casa Branca. As acusações americanas soam parecidas com aquelas que prepararam o ambiente para a invasão do Iraque: os Estados Unidos afirmam que a Síria patrocina o terrorismo, estoca armas de destruição em massa, enviou ajuda ao Iraque durante a guerra e agora está dando guarida a figurões do governo de Saddam. Em muitos aspectos, depor o regime de Damasco seria o desdobramento natural da guerra no Iraque. A Síria é uma ditadura. Seu partido único é o Baath, que compartilha o nome e a ideologia com a agremiação de Saddam. Por sinal, a primeira reunião de políticos iraquianos para a formação de um governo pós-Saddam, promovida pelos Estados Unidos na semana passada, decidiu banir o Baath do novo Iraque.



FIM DA TEMPORADA DE SAQUES
Soldado americano com iraquianos presos em saque a banco em Bagdá: enfim, forças de ocupação impõem a ordem nas ruas

Antes de invadir o Iraque, o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, mandou preparar planos de contingência para uma operação Síria, que se seguiria à conquista de Bagdá. A idéia seria provocar

um desmoronamento sucessivo das ditaduras na região, a partir do lance inicial no Iraque. Por mais que essa idéia seja dominante, há divergências dentro do governo americano sobre qual deve ser o próximo passo – e o projeto guerra na Síria acabou torpedeado pelos altos escalões. Em parte, porque as Forças Armadas americanas já estão superatarefadas no Afeganistão e no Iraque. Também porque a oposição seria tremenda – mesmo a Inglaterra, parceira na deposição de Saddam, avisou que não

participaria da marcha para Damasco. A Casa Branca decidiu que uma nova guerra não interessa, pelo menos até as eleições presidenciais de 2004. Na semana passada, o secretário de Estado Colin Powell tornou oficial que os Estados Unidos não têm ambições militares no Oriente Médio e anunciou que irá em breve à Síria, para uma conversa franca com o ditador Bashar Assad.

"Nada disso significa que uma nova aventura militar não vá ocorrer", escreveu Michael Elliott, colunista da revista *Time*. O governo americano continua convicto de que a única forma de garantir a segurança dos Estados Unidos é conter os países que patrocinam o terrorismo. É nessa categoria que se encaixa a Síria, que abertamente dá uma mão a grupos terroristas do Líbano e da Palestina. Ocorre que, por enquanto, diz Elliott, a estratégia da Casa Branca é aproveitar ao máximo o "efeito demonstrativo" da vitória no Iraque para pressionar os Estados suspeitos. Há outros modos de dizer ao governo de Damasco que é hora de parar de enviar terroristas suicidas para as ruas de Israel. Uma delas é a pressão econômica. Na quarta-feira passada, o Pentágono anunciou que os Estados Unidos estavam cortando o oleoduto entre o Iraque e a Síria, o primeiro castigo econômico imposto ao regime sírio. Capaz de transportar 200.000 barris diários, o oleoduto é uma fonte essencial de recursos do governo de Damasco. A Síria vai entender a mensagem?

O regime de Damasco tem muito em comum com a extinta ditadura de Saddam Hussein. Sua base ideológica é o mesmo nacionalismo árabe exacerbado, xenófobo e militarista. Hafez Assad, que governou entre 1970 e 2000, quando morreu de ataque cardíaco, foi um autocrata ao estilo de Saddam, de quem era inimigo mortal. Não tinha amigos, apenas servidores e inimigos. Mantinha agências de inteligência paralelas, para que se espionassem mutuamente, além de deixar sob vigilância o Exército, a população e os países vizinhos. Hafez Assad tinha a mesma mania de Saddam por impor sua presença com retratos e estátuas gigantescos – mas pessoalmente era mais discreto e melancólico que o ditador iraquiano. O herdeiro preferido pelo pai era o filho mais velho, Basil. Brigão, carismático e mulherengo, ele morreu em 1994 ao estatelar seu carrão esportivo contra uma árvore. O poder na república dinástica passou então para o caçula, Bashar, um oftalmologista formado na Inglaterra e, ao contrário do irmão, de temperamento retraído. Ele não precisou empregar o tipo de repressão sangrenta do tempo de seu pai. Limitou-se a um expurgo na velha-guarda e mandou para o exílio um tio, o general Rifaat Assad, que se considerava o herdeiro legítimo da faixa presidencial.

A ascensão de Bashar foi cercada de esperanças de renovação e abertura política. Nesse aspecto, foi uma decepção. A Síria é um dos países mais fechados e isolados que existem. Manteve seu Exército de ocupação no norte do Líbano, onde está desde 1976, e não fez um gesto para se acertar com Israel, país para o qual perdeu três guerras desde 1948. A única novidade foi aproximar-se de Saddam Hussein – uma decisão que agora deve estar tirando o sono do jovem ditador sírio. A queda de Saddam só piora o isolamento e a pobreza de seu país. Mais de um quinto da economia síria dependia do contrabando de petróleo iraquiano em troca de alimentos sírios. A Síria é o único país da região auto-suficiente em alimentos, ainda que a agricultura, que emprega mais de um quinto da população, seja subsidiada pelo governo. Todos os outros setores da economia fortemente estatizada estão em crise. A renda per capita é inferior à da Bolívia, abaixo de 1.000 dólares. O PIB é menor que o do Uruguai, apesar de a população, de 17 milhões, ser cinco vezes maior. Há apenas 50.000 telefones celulares, a internet praticamente não existe e é preciso autorização do governo para comprar um computador. Apesar dos gastos militares que exaurem os cofres públicos do país, seu Exército não é páreo para Israel e está encurralado entre a Turquia (outro inimigo) e o Iraque (agora ocupado pelos Estados Unidos). O governo de Damasco desmentiu na semana passada, mas acredita-se que tenha um estoque de armas químicas e mísseis capaz de levá-las. É bom lembrar que, ao contrário do Iraque, que era proibido pela ONU de ter arsenais desse tipo, a Síria tem soberania para se armar como quiser.

Damasco é uma das cidades mais antigas do mundo, com indícios de ser habitada há 7.000 anos. O nome Síria existe desde o Império Romano, e Damasco foi a capital de um califado que se estendia até a Espanha. Mas a Síria moderna, cuja independência da França ocorreu apenas em 1946, é uma criação do imperialismo europeu da primeira metade do século XX. Suas fronteiras atuais não decorrem de uma identidade nacional

sedimentada pelos séculos, mas de riscos arbitrários feitos no mapa. Sua história é marcada pelo atrito entre vários grupos étnicos e religiosos. Como o Iraque, tem uma população curda numerosa. A família Assad e os principais caciques pertencem a uma minoria religiosa, os alauítas, que representa 10% da população e domina o Exército desde os tempos coloniais. A seita, segundo a qual as mulheres são desprovidas de alma, é considerada herege pela maioria dos muçulmanos.

Hafez Assad participou da aliança militar que derrotou o Iraque na primeira Guerra do Golfo, em 1991, conquistando com os americanos um crédito que o filho Bashar jogou pela janela ao ficar desta vez com Saddam Hussein. No Oriente Médio, a Síria desempenha um papel importante para o equilíbrio da região ou sua sublevação. Abriga os terroristas libaneses do Hezbollah e os fanáticos suicidas palestinos do Hamas e da Jihad Islâmica – todos empenhados em combater Israel. Outros grupelhos radicais, que odeiam com o mesmo furor Israel e o líder palestino Yasser Arafat, têm sede em Damasco. Desde 1967, depois de uma vitória no campo de batalha, Israel ocupa um trecho de território sírio, as Colinas de Golã. Agora, neste novo capítulo da história moderna da Síria, o país de Bashar Assad está contra a parede. As pressões americanas podem ter um efeito salutar sobre ele. Podem convencê-lo de que seria um erro meter-se no Iraque pós-Saddam e que é hora de rever as relações com o terrorismo antiisraelense. Os Estados Unidos estão decididos a dar solução ao conflito na Palestina e, para que isso aconteça, o presidente dinástico da Síria precisa entender que as regras do jogo mudaram depois da vitória americana no Iraque.

As tropas americanas foram alertadas de que o Museu Nacional de Bagdá (depois de ser saqueado, na foto ao lado) corria riscos, mas nada fizeram para protegê-lo. O resultado: 170 000 artefatos, cobrindo um período de 6 000 anos, foram roubados ou destruídos pelos saqueadores. Entre as preciosidades desaparecidas estão uma harpa de ouro de 4 500 anos, a imagem de Hércules do ano 200, peça de ouro da Babilônia, um fragmento de imagem de 2 500 a.C. das ruínas de Nipur e vasos de alabastro do século XIII. A biblioteca do museu foi incendiada e teve o acervo destruído. Na semana passada, Martin Sullivan, principal assessor cultural da Casa Branca, demitiu-se em protesto contra a omissão americana diante da "destruição sem sentido".

O poder dos turbantes

Depois das flores, dos sorrisos e das estátuas derrubadas, a má notícia para as forças americanas que assumiram o controle do Iraque foi transmitida de maneira muito clara. Com graus variados de agressividade, mas sempre sem deixarem lugar a dúvidas, todos os dirigentes religiosos xiitas com alguma representatividade no país rejeitam um governo sob controle dos Estados Unidos, mesmo que seja interino e mesmo que a interinidade seja rápida. E os homens de turbante têm autoridade para falar. Com o esfacelamento do regime totalitário de Saddam Hussein, que dominava todas as esferas da vida pública, sobraram apenas duas instituições organizadas no país. Uma são os

partidos curdos, que querem a independência ou no mínimo a autonomia em sua região e constituem praticamente um corpo à parte na precária colcha de retalhos que é o Iraque.

A outra são as organizações xiitas: as escolas, os conselhos e as mesquitas onde rezam, buscam orientação espiritual ou procuram aconselhamento político mais de 60% dos iraquianos. Perseguidos, exilados ou intimidados pelo antigo regime, os imãs, como são chamados os membros do clero muçulmano, agora estão numa posição sem precedentes de determinar o futuro do Iraque pós-Saddam Hussein.



O KHOMEINI DO IRAQUE
Hakim, o aiatolá exilado: apoio do Irã na disputa pelo poder entre os xiitas

Se deixados a seus próprios instintos, não há dúvida sobre como seria esse futuro: religioso e fundamentalista, quase que uma cópia da república dos aiatolás no vizinho Irã, o único outro grande país islâmico onde os xiitas são maioria. A bandeira verde do Islã já tremula sobre as cidades onde os xiitas predominam – Najaf, Karbala, Basra e a ex-Cidade Saddam, em Bagdá. Com ela, ergue-se o espectro de uma revolução integrista, exatamente a ameaça que rendeu o apoio de tantos países ocidentais, Estados Unidos incluídos, a Saddam Hussein no tempo em que ele era considerado a única alternativa aos turbantes enfurecidos que, do Irã, ameaçavam a ordem estabelecida em todo o Golfo Pérsico. Como é inconcebível que, hoje, os Estados Unidos permitam uma versão renovada da maré fundamentalista (de que adiantaria ter derrubado Saddam para pôr em seu lugar um regime mais hostil ainda aos americanos?), e como o Iraque é mais complicado que o Irã, com minorias importantes cujos interesses precisam ser acomodados, a única certeza no momento é que política e religião se defrontarão em lances dramáticos.



ALI, O BELO
Representação
do fundador:
nas ruas

A boa notícia para os americanos encarregados de administrar essa enorme encrência é que os xiitas iraquianos não constituem um bloco uniforme, uma frente unida com comando centralizado. Ao contrário, seguidores de diferentes tendências estão se confrontando para ver qual vai ser a corrente dominante. De modo geral, são três grandes grupos, organizados em torno de famílias de aiatolás famosos, com histórias arrepiantes de perseguições, mortes e obscuras divergências teológicas. A disputa se concentra na cidade de Najaf, o Vaticano do xiismo, mas se desdobra pelo resto do país e até fora dele – especialmente no Irã, onde funciona a mais importante organização xiita no exílio, o Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, cujo nome já diz tudo sobre o tipo de projeto político que tem. O líder do

conselho é o aiatolá Mohamed Baqir al-Hakim, um homem de modos suaves que passou pelas prisões de Saddam ("Fui queimado com cigarro e levei choques elétricos. Tenho ao todo cinquenta parentes mortos ou desaparecidos"). Em princípio, ele poderia ser o "Khomeini iraquiano", o líder

Fotos

AP



LÍBIA
Muamar Kadafi



PALESTINA
Yasser Arafat



IRAQUE
Saddam Hussein

religioso que retorna do exílio para implantar uma república islâmica, tal como fez no Irã, em 1979, o falecido aiatolá. Nem de longe, porém, desfrutava da unanimidade que tinha Khomeini.

O exílio também diminuiu a influência de Hakim em Bagdá, onde seu pai, um grão-aiatolá, era venerado. Quando ele morreu, a liderança dos xiitas iraquianos foi assumida por Mohamed Baqir al-Sadr, que execrava o regime do "ateu" Saddam e incentivou a adesão a uma organização fundamentalista, a Dawa. Sadr e uma irmã dele foram presos em 1999. Corre que ela foi estuprada na frente dele, e ele morto com pregos cravados na cabeça. Logo depois da chegada dos americanos, a Dawa assumiu o controle na Cidade Saddam, imediatamente rebatizada de Medina Sadr, a Cidade de Sadr. O retrato dele



EGITO
Hosni Mubarak



JORDÂNIA
Rei Abdullah



SÍRIA
Bashar Assad

ressurgiu entre as massas, ao lado de imagens do imã Ali, herdeiro do profeta Maomé e fundador do xiismo, representado como uma mistura de Jesus Cristo e Krishna.

Suspeita-se que foram militantes da Dawa os assassinos do aiatolá Abdul Majid al-Khoei, na mesma semana da queda de Bagdá. Khoei havia acabado de retornar de doze anos de exílio na Inglaterra e era o homem escolhido pelos americanos para fazer a mediação com as lideranças xiitas. Foi morto a facadas em plena mesquita de Ali, um lugar sacrossanto para os xiitas – mal comparando, como se um cardeal fosse linchado na Basílica de São Pedro. "O assassinato foi um sinal de que existem correntes xiitas que vão se opor violentamente a qualquer cooperação com os americanos", disse um estudioso da religião, o historiador americano Juan Cole. Atribui-se também à Dawa o cerco à casa do grão-aiatolá Ali Sistani. Baseado em Najaf, o respeitadíssimo Sistani está no centro do terceiro grupo de poder dos xiitas iraquianos. Ele segue uma doutrina que separa a autoridade espiritual da influência política, uma exceção no mundo militante dos aiatolás. Atribuiu-se a Sistani o importante decreto religioso orientando os xiitas a não interferir no avanço das tropas dos EUA. "A primeira fatwa pró-americana", jactou-se o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, o mentor intelectual da guerra ao Iraque. Depois, o filho de Sistani desmentiu a tal fatwa, dizendo que o aiatolá havia emitido apenas uma declaração pedindo calma. E, para não deixar dúvidas, resumiu o recado do pai aos americanos: "Compete aos iraquianos escolher quem os governará. Não queremos que eles controlem o país".

O que eles têm em comum?

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos e as guerras que se seguiram, a do Afeganistão e a do Iraque, trouxeram para o Ocidente de forma violenta e crua a realidade do Oriente Médio. A opinião pública ocidental passou a devorar informações na tentativa de entender esse pedaço do mundo, que, embora tenha freqüentado o noticiário por suas guerras locais e pelo eterno cabo-de-guerra com Israel, sempre se moveu num ritmo peculiar. Agora que os Estados Unidos estão se preparando para reconstruir o Iraque, depois de uma guerra fulminante de três semanas de duração, saber como funciona a sociedade dos povos árabes tornou-se um exercício vital. Não por acaso, o general da reserva americano Jay Garner, encarregado de montar um país onde antes existiu o regime de Saddam Hussein, revelou aos jornalistas que tem estudado os trabalhos da pessoa que mergulhou mais profundamente na mente árabe, a exploradora inglesa Gertrude Bell. "No dia em que as tropas americanas entraram em Bagdá, eu não estava assistindo à CNN, mas a um documentário sobre a senhora Bell", disse Garner.

A senhora Bell a que se refere o general morreu em 1926, quando ocupava o cargo de diretora de antiguidades do Iraque. Antes ela servira como secretária do Alto Comissariado Britânico na região. Respeitada pelos chefes árabes, Gertrude Bell foi a responsável direta pelo traçado das fronteiras no mapa do Oriente Médio ao fim da I Guerra Mundial, o que ela fez, segundo seu biógrafo Victor Winstone, "com um frio na espinha". O biógrafo reproduz uma carta enviada por um missionário americano à senhora Bell, que ela guardou até o fim da vida. A carta contém um alerta que pode ser muito útil ao general Garner em sua tarefa de montar uma administração estável no Iraque. "Esses povos nunca formaram uma unidade independente. Não basta desenhar uma fronteira em torno deles e chamá-los de país. Eles não têm noção de nacionalidade." Dependendo de como essa realidade é encarada, ela pode até mesmo facilitar o trabalho do general Garner. Fruto da criação de estrategistas ocidentais, os países árabes devotaram boa parte do esforço político despendido no século passado a construir uma identidade nacional.

Por outra característica típica do Oriente Médio, porém, a unidade que os maiores líderes árabes perseguiram ultrapassava as fronteiras dos países e visava à montagem de uma grande pátria árabe. Sob o comando do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, Egito e Síria chegaram a fundir seus países em uma unidade política batizada de República Árabe Unida (RAU). Seria o primeiro passo para a criação da grande nação árabe. O arranjo funcionou durante três anos, entre 1958 e 1961, e desmoronou, como sempre ocorre no Oriente Médio, pelo impacto de choques externos, no caso a Guerra Fria. A RAU passou a atuar como força auxiliar dos soviéticos na região. Os Estados Unidos e a Inglaterra reagiram, patrocinando líderes

e partidos com plataformas identificadas com o Ocidente. Saddam Hussein e seu partido chegaram a ser vistos, a princípio, como a esperança de conter os radicais islâmicos com simpatias pelo comunismo. Em sua guerra contra o Irã nos anos 80, Saddam foi ajudado pela inteligência americana. Ele só foi considerado um estorvo depois da queda da União Soviética, quando passou a agir como uma força independente que se julgava capaz de unir os árabes em torno do Iraque.

O que têm em comum o líder egípcio Hosni Mubarak e o líbio Muamar Kadafi? Que traços unem Saddam Hussein ao presidente sírio, Bashar Assad, ou ao rei Abdullah, da Jordânia? São todos árabes. Falam a mesma língua, têm uma origem étnica igual. São todos também fruto de intervenções estrangeiras na região. Seus países foram criados por potências ocidentais ou seus regimes foram sustentados por algum interesse externo. Todos eles, em algum momento, alimentaram o desejo de unir todos os árabes sob uma mesma bandeira. Esse foi o sonho que acabou sendo a desgraça de Saddam. Ao escolher os Estados Unidos como inimigo, o regime de Saddam Hussein esperava unir todos os árabes em torno de Bagdá. Agora a etapa militar está concluída no Iraque. A Síria aparece no horizonte como a próxima grande encrência na região. Os analistas dizem que, nem de longe, os sírios oferecem o mesmo perigo que Saddam. A razão é simples. Damasco não levantou a bandeira expansionista, além de sua influência histórica no Líbano, e tampouco é vista como uma capital capaz de unir os árabes numa cruzada popular contra o Ocidente. Além disso, seu presidente, Bashar Assad, um médico com aparência de treinador de futebol do interior do Brasil, não encarna o perfil do líder carismático, com poder de arrastar as massas árabes.

Mas existe um único povo árabe? Atualmente cerca de 350 milhões de pessoas falam o idioma árabe. Elas se espalham desde o Oceano Atlântico até o Iraque. Em comum têm o idioma, que, fora alguns dialetos locais, é mais ou menos o mesmo. Qualquer cidadão nessa extensa faixa de terra entende sem muito esforço as gravações de Osama bin Laden levadas ao ar pela televisão Al Jazira. Um jornal líbio pode ser lido sem maior esforço no Egito, na Jordânia e na Síria. Do ponto de vista étnico, os povos que falam árabe são descendentes de uma mesma pequena população que habitou a Península Arábica há milhares de anos. São os chamados povos semitas, dos quais descende também boa parte dos judeus israelenses. Uma pesquisa comparativa de DNA feita pelo americano Luigi Luca Cavalli-Sforza, da Universidade Stanford, determinou que a unidade genética entre os povos semitas, judeus e árabes é marcante, confirmando a tese de que eles têm antepassados comuns.

Unidos pela origem genética, os árabes nunca souberam transformar essa raiz comum em algum tipo de organização supranacional. Nos quase seis séculos em que estiveram submetidos ao Império Otomano, eles viveram em tribos. Essa existência nômade, de povo perseguido, apagou nos árabes os vestígios da exuberância de seu próprio império. A religião islâmica, que é um forte fator de união, ainda não conseguiu superar suas divergências internas. "Se for o caso, um xiita do sul do Iraque se alia facilmente com um xiita do Irã ou da Jordânia contra um sunita de Bagdá", diz o professor Manolo Florentino, historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os analistas ocidentais dizem que, se for preciso classificar as variáveis da sociedade árabe por seu poder agregador, a religião seria a força principal. Em seguida viriam as lealdades tribais e, em terceiro, o arabismo, a identidade árabe acima das fronteiras nacionais. "Para montar seu quebra-cabeça no Iraque, o general Garner terá de criar em todos os iraquianos um sentimento nacional", disse na semana passada o estudioso inglês Bernard Lewis. Vai ser um desafio e tanto. Egito, Marrocos, Argélia e Líbia conseguiram despertar em seus cidadãos uma identidade nacional forte. São países que foram unificados por regimes populistas autoritários e que produziram líderes carismáticos, como Gamal Abdel Nasser, no Egito. Nos países da Península Arábica e do Oriente Médio as raízes tribais têm mais força que a nacionalidade. "Nesses países, os líderes locais só conseguiram firmar-se sobre o tribalismo usando o arabismo internacional como plataforma", escreveu o professor Albert Hourani, morto em 1993, que deixou uma obra formidável, *Uma História dos Povos Árabes*. Certamente essa não será uma opção para o general Garner.

ANEXO XV – “O horror dos porões de Saddam

Queda do ditador expõe o lado mais sinistro do regime cuja sobrevivência dependia do uso sistemático da tortura. Só agora as vítimas podem exibir as cicatrizes e contar sobre castigos que incluíam a amputação de línguas e orelhas

Os americanos precisaram de apenas três semanas para colocar um ponto final em mais de duas décadas de ditadura de Saddam Hussein. Para os iraquianos que foram torturados, humilhados ou tiveram familiares desaparecidos nos porões do regime, o pesadelo ainda não terminou – e talvez nunca chegue ao fim. Enquanto boa parte da população comemorava a derrocada do regime destruindo as estátuas do tirano e saqueando palácios, vítimas da ditadura faziam uma peregrinação macabra pelos presídios e centros de tortura para mostrar a parentes e jornalistas estrangeiros as entranhas do regime de terror que vigorava no Iraque. Pela primeira vez, repórteres ocidentais puderam entrevistar diretamente as vítimas e ver com os próprios olhos as marcas da brutalidade do regime de Saddam. Elas são visíveis na falta de orelhas de Anwar Abdul Razak, entrevistado pela revista americana *Newsweek* em Basra, a segunda maior cidade do Iraque. Razak contou ter tido amputadas ambas as orelhas quando tinha 21 anos, como punição por ter abandonado sem licença seu posto militar. A ablação foi feita num hospital, sob a vista de militares, e o cirurgião beijou-lhe a face e pediu desculpas antes de passar o bisturi.



Um pai beija o crânio do filho, descoberto no cemitério das vítimas de tortura

O que ocorreu com o jovem soldado de Basra não foi uma reação exagerada de um chefe militar nem um fato isolado. Em 1994, quando mobilizou seu Exército com ameaças de uma nova invasão ao Kuwait, Saddam baixou um decreto estabelecendo a mutilação como punição por uma série de delitos. A deserção passou a ser castigada com a perda de orelhas. Os reincidentes recebiam um castigo adicional – a marca de um X no rosto, feito com ferro em brasa, com 3 centímetros de largura e 1 milímetro de profundidade. É difícil saber quantas pessoas foram mutiladas e humilhadas dessa forma, mas a oposição estima em mais de 3 000 o número de vítimas. Em seu depoimento, Razak afirmou ter ficado numa cela com outros 750 homens, todos sem uma orelha ou sem as duas. Os médicos de Basra lembram que o hospital cortou orelhas de forma frenética entre os dias 17 e 19 de maio de 1994. Um cirurgião que se recusou a obedecer às ordens foi executado a tiros. A lei das mutilações deixou de ser aplicada com rigor depois de alguns meses, mas a amputação e outras práticas do gênero foram incorporadas às sessões de tortura nos porões do regime até a queda do ditador.

Uma das últimas vítimas foi Farris Salman, um jovem de Bagdá entrevistado pelo jornal americano *The New York Times*. No mês passado, os fedains, a milícia paramilitar comandada por Udai, o filho mais velho de Saddam, puxaram com alicate sua língua para fora da boca e a cortaram com um estilete. Seu crime foi ter amaldiçoado Saddam durante uma discussão com um fedain, em Bagdá. Salman, 23 anos, tinha ido a uma delegacia na companhia de um tio pedir informações sobre um parente desaparecido. Preso, foi torturado por dois meses. Uma tarde, foi levado de volta para casa sob a escolta de mais de 100 fedains armados de metralhadoras. Perto da casa de Salman, os fedains reuniram todos os vizinhos e mandaram a mãe do preso trazer um retrato de Saddam. Foi ali, diante da multidão, que cortaram sua língua, enquanto um dos fedains registrava a cena com

A autoflagelação de xiitas em culto religioso: poder político surpreende os americanos



uma câmera de vídeo. Um dos algozes ergueu com a mão o pedaço do órgão e avisou a multidão que era esse o destino daqueles que falavam mal de Saddam. "Foi tudo tão rápido que nem senti dor", lembra o rapaz. Ele foi libertado da cadeia após a tomada de Bagdá pelas tropas americanas.

Kadhim Sabbit al-Datajji, de 61 anos, morador da grande favela de Bagdá conhecida como Cidade Saddam, teve um olho arrancado na prisão. Ele contou que seus problemas começaram em 1994, quando seu filho mais velho atingiu a idade de se tornar membro do Baath, o partido único do Iraque. Alguns membros do Baath, que

eram seus vizinhos, acharam estranho que nenhum dos catorze homens de sua numerosa família fosse filiado ao partido. Por causa dessa conduta dos familiares, Datajji acabou preso, acusado de "traição". Passou dois anos numa cela escura de 2 metros quadrados. Depois, foi transferido para um presídio. Diariamente, era submetido a sessões de tortura que incluíam espancamentos e choques elétricos. Datajji teve quatro unhas dos pés arrancadas com alicate a sangue frio. Por causa dos espancamentos, um de seus olhos ficou inchado. Na enfermaria do presídio, um médico prometeu cuidar do ferimento. "Quando acordei da anestesia, notei que ele simplesmente tinha arrancado o olho machucado", disse Datajji. Ele foi libertado em outubro, quando Saddam decretou uma inesperada anistia geral.

A tortura fazia parte de um modo de ganhar a vida na ditadura de Saddam: consistia em espionar vizinhos e conhecidos. A delação era estimulada com pagamento em dinheiro. O que importava era denunciar, com ou sem provas. Cada detenção rendia 25 000 dinares (cerca de 10 dólares) para o denunciante, o equivalente a um salário mensal de um servidor público qualificado. Para cada preso condenado e executado, o informante ganhava uma bolada: 100 000 dinares, o equivalente a 40 dólares. Para garantir a condenação, era essencial extrair uma confissão por escrito, o que era feito com tortura. Uma prática usual para quebrar a resistência do preso era estuprar diante de seus olhos a mãe, irmãs ou filhas. A tarefa era conduzida por profissionais (cujo cargo se chamava "violador da honra"). Vários "crimes" rendiam recompensas extras aos dedos-duros – deserção do Exército, atividade política "suspeita" ou uma simples crítica em público a Saddam. No sul do país, onde se concentra a maioria xiita, os membros do partido Baath tinham de cumprir cotas de prisões por "traição". No total, um em cada dez iraquianos fazia parte do esquema policial.

Até a sexta-feira passada permanecia o mistério sobre o destino de Saddam Hussein. Ele tanto podia estar vivo, talvez escondido nos subterrâneos de Bagdá com seus últimos servidores fiéis, como ter morrido nos bombardeios americanos. A prisão na semana passada de vários dos 55 figurões do regime que os Estados Unidos querem submeter a julgamento ([veja quadro](#)) é um indício de que o exílio não fazia parte dos planos do ditador e de seus assessores mais próximos. Algumas providências tomadas no ocaso do regime dão pistas da estratégia adotada por Saddam para encarar o conflito com os Estados Unidos – e também de seus grotescos erros de avaliação diante da determinação do inimigo. Grande parte da mobília e dos objetos do palácio presidencial, o maior mantido pelo ditador na capital, foi etiquetada cuidadosamente e removida para um depósito militar. Aparentemente, o objetivo era mantê-la escondida até o fim dos bombardeios. A conclusão óbvia é que, na avaliação de Saddam, a mobília do palácio e sua rotina no poder seriam retomadas normalmente após a guerra. Na prática, o ditador seguiu exatamente o roteiro da Guerra do Golfo – que terminou com o Iraque derrotado, mas sem a mudança do regime em Bagdá. Assim, Saddam teria apostado numa repetição do recuo americano de 1991.

A partir da experiência daquele conflito e dos bombardeios americanos a Bagdá em 1998, é possível que Saddam tenha previsto que a aviação americana atacaria os palácios, mas evitaria atingir mesquitas, hospitais e escolas. Quando tomaram a capital, as tropas americanas encontraram grandes carregamentos de armas leves e munição guardados em escolas e hospitais. O regime fez de tudo para preservar seus recursos para o pós-guerra. Os aviões da Força Aérea, escondidos em bunkers no deserto, não saíram do chão. Dezenas de tanques também não chegaram a entrar em combate – enterrados na areia, foram achados intactos. Outro indício de preparativos para continuar a vida do jeito antigo foi a incrível descoberta pelos soldados americanos de 656 milhões de dólares em maços de notas de 100 dólares, guardados em 164 caixas de metal escondidas em várias casas discretas (num dos casos, na casinha do cachorro) perto do palácio presidencial de Bagdá. Uma das caixas estava selada com uma tira de papel em que se lia, em árabe: "Contém 40 000 notas de 100 dólares. Por ordem de Saddam Hussein, este dinheiro foi selado em 16 de março na presença das seguintes cinco pessoas". Abaixo havia a assinatura de cinco ministros. Era, talvez, a caixinha para despesas de emergência da turma do ditador. Uma possibilidade é que a quantia seja parte do montante de 1 bilhão de dólares que o governo do Iraque retirou em dinheiro vivo de um banco na Jordânia às vésperas da invasão americana. A fuga deve ter sido feita às pressas, visto que deixaram tal fortuna para trás.

A Casa Branca tem outras questões igualmente prioritárias com que se preocupar, além de prender os figurões do regime de Saddam. O fracasso até agora em localizar o arsenal iraquiano de armas de destruição em massa, a maior razão para a intervenção militar no país, é uma delas. A explosão de fé religiosa e organização política demonstrada pelos xiitas é outra fonte potencial de dor de cabeça para o governo Bush. Cerca de 1 milhão de xiitas, reprimidos pelo regime agora derrubado, puderam celebrar na semana passada, pela primeira vez em 25 anos, o ritual em honra ao martírio

do imã Ali, fundador da seita. A festa religiosa, marcada por cenas de autoflagelação dos fiéis, foi pontilhada de manifestações pacíficas contra a ocupação americana. Os xiitas representam 60% da população iraquiana, mas estão divididos em vários grupos rivais. O temor é que a facção fundamentalista alinhada ao governo do Irã consiga levantar a bandeira da revolução islâmica – o que causa arrepios às minorias curda e sunita e, principalmente, à Casa Branca. A ascensão dos xiitas, subestimada pelos estrategistas americanos, pode transformar a derrubada do regime de terror imposto por Saddam na parte mais fácil da intervenção militar no Iraque.

DOZE CHEFÕES JÁ ESTÃO NA CADEIA

Tariq Aziz, o vice-premiê e o rosto mais conhecido no exterior entre os chefões da ditadura de Saddam Hussein, entregou-se às tropas americanas na semana passada. Até a sexta-feira, já estavam atrás das grades doze dos 55 figurões que os Estados Unidos querem levar a julgamento como criminosos de guerra. Para facilitar a identificação, os americanos distribuíram no Iraque um baralho em que cada carta leva a foto de um dos procurados. Há uma ordem de grandeza no baralho. Os ases são Saddam e seus filhos Uday e Qusai. Único cristão do primeiro escalão da ditadura, Tariq é o 8 de espadas. Outro peso-pesado do regime, Ali Químico (chamado assim por ter aniquilado aldeias inteiras com gás) teria morrido num bombardeio.

ANEXO XVI - Poder total, completo e imediato

Superpotência é pouco: a fulminante vitória militar no Iraque, triunfalmente celebrada na quinta-feira pelo presidente George W. Bush em traje de piloto, comprovou que os Estados Unidos não têm adversários que sequer se aproximem em superioridade de sua máquina de guerra. Nesta análise publicada no jornal *The New York Times*, o colunista Gregg Easterbrook faz um balanço impressionante da supremacia americana em todos os campos da atividade militar e do que isso significa.

Aviões-robôs que enganam radares, munições inteligentes guiadas por GPS que atingem precisamente o alvo programado, bombas antitanque teleguiadas, informações transmitidas por satélite para indicar aos comandantes em campo a localização exata das próprias tropas e dos inimigos durante as batalhas – as Forças Armadas americanas exibiram toda essa tecnologia de ponta, e mais ainda, na conquista-relâmpago do Iraque. Nenhum outro país do planeta pode ser remotamente comparado à máquina de guerra dos Estados Unidos. É o melhor Exército que jamais existiu, tanto em termos absolutos quanto em comparação com os de outras nações. Melhor do que a Wehrmacht de 1940, melhor do que as legiões no auge do Império Romano. No futuro previsível, nenhum país vai sequer tentar chegar perto do poderio americano.



Essa constatação tem um significado importante: a corrida armamentista acabou, e quem ganhou foram os Estados Unidos. Outros países não se animam a reavivar a competição porque estão tão defasados que não teriam chance nem de entrar na briga. O fato é que a corrida armamentista entre as grandes potências, disputada durante séculos, chegou ao fim depois que o resto do mundo se curvou à vitória americana.

Neste momento, apenas um país dotado de armas nucleares, talvez a Coreia do Norte, tem condições de exercer algum tipo de pressão militar sobre o vencedor. Paradoxalmente, a fulminante vitória americana na corrida armamentista convencional pode provocar um novo surto de proliferação de armas nucleares. Sem nenhuma possibilidade de enfrentar os Estados Unidos na base do avião contra avião, aos países que buscam algum tipo de elemento dissuasório só restaria recorrer às armas atômicas.

Foi provavelmente devido à convicção de que não há como resistir ao poderio convencional americano que a Coreia do Norte anunciou duas semanas atrás que tem a bomba atômica. Caso o precedente se confirme, reforçando a impressão de que a Coreia do Norte se tornou imune a um

ataque americano por contar com algum tipo de munição nuclear, outros países – e o Irã é um candidato óbvio – podem renovar os esforços destinados a obter esse tipo de armamento.

É impossível exagerar a superioridade militar americana. Durante a guerra ao Iraque, os Estados Unidos enviaram cinco de seus nove superporta-aviões para a região. Mais um deles, o décimo, está sendo construído. Nenhum outro país do planeta possui sequer um superporta-aviões, muito menos nove desses grupos de combate naval, acompanhados por cruzadores e escoltados por submarinos nucleares. A Rússia tem um porta-aviões moderno, o *Almirante Kuznetsov*, mas ele tem cerca de metade do tamanho do equivalente americano e tantos problemas operacionais que raramente deixa o porto. A Marinha da antiga União Soviética chegou a fazer estudos preliminares sobre um superporta-aviões, mas abandonou o projeto em 1992. Inglaterra e França têm somente porta-aviões, poucos e pequenos. E a China desistiu de construir um no ano passado.



Além disso, qualquer tentativa de construir uma frota naval que ameaçasse o Pentágono seria inútil, pois, em caso de conflito, acabaria afundada nos primeiros cinco minutos pelos submarinos de combate americanos. Sabendo disso, todos os outros países cederam aos Estados Unidos o domínio dos mares, motivo pelo qual as forças navais americanas podem navegar por onde bem entenderem. A corrida armamentista entre as marinhas de guerra, que durante séculos foi pedra fundamental na estratégia das grandes potências, é coisa do passado.

O poderio aéreo americano é igualmente incomparável. Os Estados Unidos têm mais caças e bombardeiros avançados do que todos os outros países do mundo juntos. Têm ainda três tipos de aviões "invisíveis" (os bombardeiros B-1 e B-2 e os caças F-117), além de outros dois modelos de caça, o F-22 e o F-35, esperando verba para entrar na linha de produção. No resto do mundo, nenhuma nação possui um único caça invisível. Alguns poucos países têm uma pequena quantidade de bombardeiros pesados. Mas os Estados Unidos têm esquadrilhas inteiras compostas dessas aeronaves de combate. Graças à frota de aviões de abastecimento, os bombardeiros americanos podem operar em qualquer lugar do mundo. Nenhuma nação tem algo que se compare ao avião-radar AWAC, que colhe imagens detalhadas do espaço aéreo em áreas conflagradas, ou ao novíssimo JSTARS, que rastreia o solo.

Nenhuma nação tem mísseis e bombas inteligentes com a mesma qualidade, nem na mesma quantidade, que os Estados Unidos. Uma demonstração dessa superioridade foi dada no mês passado, durante a segunda tentativa de assassinar Saddam Hussein. Passaram-se apenas doze minutos entre o momento em que um bombardeiro B-1 recebeu as coordenadas para atacar e o momento em que ele disparou quatro bombas inteligentes, programadas para cair a apenas 15 metros de distância uma da outra, com uma diferença de segundos. Todas acertaram os alvos.

A supremacia aérea americana é tanta que os adversários nem ousam levantar vôo. A Sérvia manteve seus aviões em terra durante o conflito de Kosovo, em 1999. Na guerra contra o Iraque, nenhum caça iraquiano saiu do solo para enfrentar o ataque dos Estados Unidos. Todos os governos do mundo sabem que, se tentarem enviar um único caça contra os americanos, seus aviões serão reduzidos a cacos antes mesmo de recolherem os trens de aterrissagem. A corrida armamentista aérea, tão relevante nos últimos cinquenta anos, acabou.



As forças terrestres americanas têm um adversário em potencial – a China, com seu grande Exército. Mas nada que signifique que a corrida armamentista em terra também não tenha acabado. Os Estados Unidos dispõem agora de 9.000 tanques M1 Abrams, a maior força blindada do mundo. Os canhões e o sistema de controle de artilharia do Abrams são tão extraordinariamente precisos que, em combate, destroem um tanque inimigo com um único disparo. Nenhuma nação produz nem planeja produzir no momento um equipamento dessa magnitude. Todas sabem que seria um gasto inútil. Mesmo que tivessem tanques mais avançados, os Estados Unidos os destruiriam pelo ar.

A supremacia em matéria de eletrônica também é enorme. Na guerra contra o Iraque, grande parte dos alvos foi "marcada" com o uso de aviões não tripulados, pilotados por controle remoto, como o Global Hawk – que voa a 18.000 metros, muito acima do raio de ação das baterias antiaéreas. Além disso, os sensores do Global Hawk são tão sofisticados e seu equipamento de comunicação é tão avançado que deve levar uma década até que outro país desenvolva um equipamento similar – e, até lá, os Estados Unidos terão aviões muito superiores nos campos de batalha.

Segundo a revista do *The New York Times* informou recentemente, os Estados Unidos estão desenvolvendo um modelo de caça não tripulado, operado por controle remoto e quase impossível de ser derrubado, a um preço razoavelmente acessível. Também estão criando helicópteros não tripulados para ser despachados ao campo de batalha antes das tropas. Nenhum outro país chega perto do avanço tecnológico e do controle de dados desses armamentos. Durante anos, o Pentágono terá o monopólio em matéria de aviões de combate não tripulados. A corrida armamentista eletrônica deve ter algum tipo de continuidade porque desenvolver tecnologia nessa área é muito mais barato do que construir navios ou aviões. Mas os Estados Unidos estão tão à frente que dificilmente serão destronados.

Além disso, os Estados Unidos detêm uma esmagadora liderança no uso militar do espaço. O comando militar americano não só utiliza mais e melhores satélites que o resto do mundo combinado como as forças dos EUA começam a receber informações via satélite em larga escala. A importância desses sistemas na conquista-relâmpago do Iraque ainda está por ser reconhecida. A liderança americana nesse setor só irá crescer, pois a Força Aérea dispõe hoje do segundo maior orçamento espacial do mundo, perdendo apenas para o da Nasa.

Toda essa vasta supremacia militar foi obtida, em parte, por um motivo: dinheiro. No ano passado, os gastos militares americanos excederam os de todos os outros membros da Otan, da Rússia, da China, do Japão, do Iraque e da Coreia do Norte combinados, de acordo com o Centro de Informação de Defesa, um grupo de estudos independente. É mais uma área para a qual todas as nações devem se curvar à superioridade dos Estados Unidos, pois nenhum outro governo teria condições de chegar perto.

Essa vantagem disparada tem sido criticada como excessiva, mas traz efeitos positivos. Os gastos militares globais chegaram ao auge em 1985 – na época, o mundo gastava 1,3 trilhão de dólares. Desde então, esse valor vem declinando e chegou a 840 bilhões em 2002. Isso significa que houve uma queda de quase meio trilhão de dólares no total do que se gasta no mundo a cada ano com armas. Um sinal de que as outras nações admitem que a corrida armamentista está acabada.

A preeminência militar americana é reforçada pelo efetivo engajamento em operações de guerra. Com ou sem razão, os Estados Unidos entram em combate com frequência. Cada batalha torna-se uma oportunidade de aprendizado para tropas e um teste para as novas tecnologias. Nenhum outro contingente militar tem a experiência dos americanos. Ainda há que mencionar o excelente preparo – em treinamento e motivação – de seus quadros. Essa vantagem competitiva aumentou quando os Estados Unidos começaram a colocar mulheres em postos de combate, o que dobrou o número de talentos em potencial.

A vantagem americana não confere invencibilidade às suas forças: o caro helicóptero de ataque Apache, por exemplo, saiu-se mal quando confrontado com armas de pequeno porte no Iraque. Mais importante ainda, a força esmagadora dificilmente garante que os Estados Unidos consigam impor tudo o que querem nas pendências mundiais. O uso da força é apenas um aspecto das relações internacionais. A experiência tem demonstrado que o poderio militar é útil na resolução de problemas militares, não das questões políticas.

A Coreia do Norte defronta agora com o mais poderoso aparato militar jamais existente. Apesar disso, pode ter condições de desafiar os Estados Unidos em razão da chantagem nuclear. No momento em que a corrida armamentista global chega ao fim com os Estados Unidos tão disparados na frente que não têm nenhum rival, o cenário resultante pode ser um mundo em que Washington tenha um poder historicamente sem precedentes – mas muitas vezes não possa utilizá-lo.

ANEXO XVII - O maior roubo a banco da história

Filho de Saddam levou 1 bilhão de dólares do BC iraquiano horas antes da invasão americana

No ocaso de sua ditadura no Iraque, Saddam Hussein acrescentou um título espetacular a seu currículo: o de maior ladrão de banco da história. Na madrugada de 18 de março, horas antes de cair a primeira bomba americana em Bagdá, ele surrupiou 1 bilhão de dólares em dinheiro vivo dos cofres do banco central iraquiano. Não houve tiros, vigias rendidos nem tomada de reféns. O assalto foi feito de modo quase burocrático e bem dentro do figurino do regime de terror que imperou no Iraque por duas décadas: Qusai, o filho caçula do ditador, foi ao banco e apresentou uma ordem de saque assinada por Saddam. "Quando você recebe uma ordem de Saddam, não há o que discutir", explicou na semana passada o funcionário que abriu as portas do cofre. Foram levados 900 milhões em notas de 100 dólares e 100 milhões em cédulas variadas de euro. A dinheirama roubada, que equivalia a um quarto das reservas em moeda forte do Iraque, foi transportada em três caminhões, e até agora não se tem idéia de onde está o dinheiro.

Qusai: roubo em nome do pai



Qusai apresentou-se ao banco central acompanhado de quatro altos figurões do regime, entre eles o ministro das Finanças, Hekmet al-Azawi. Nada disso daria legalidade ao saque. Nem pelas leis do Iraque, feitas sob medida para garantir o poder absoluto de Saddam, o presidente tem o direito de dispor das reservas nacionais em moedas fortes como se fosse sua conta corrente pessoal. Um presidente pode ordenar uma transferência de fundos, como um ato administrativo. Já sacar 1 bilhão de dólares em dinheiro vivo, no meio da madrugada, isso é impensável, a não ser, claro, para um facínora do calibre de Saddam Hussein.

O que Saddam vai fazer com todo esse dinheiro? O temor de Washington é que o ex-ditador e sua família, que até a sexta-feira passada continuavam foragidos, queiram usá-lo para financiar ataques armados às tropas americanas. Al-Azawi, o ministro que acompanhou Qusai ao banco central, foi preso na semana passada em Bagdá. Ele pode dar pistas do paradeiro do dinheiro e também da família do ditador foragido. No mês passado, soldados americanos descobriram 650 milhões de dólares em maços de notas de 100 dólares em esconderijos perto do palácio presidencial, em Bagdá. As investigações feitas até agora indicam que não se trata das mesmas cédulas levadas do banco central. A suspeita é que os dólares pertenciam a Udai Hussein, o filho mais velho de Saddam – e ao que tudo indica um ladrão tão portentoso quanto o pai. Udai sempre gostou de ter grande quantidade de dinheiro vivo a sua disposição. Os valores astronômicos dão uma mostra de como a família de Saddam enriquecia enquanto a maioria dos iraquianos passava dificuldade devido ao embargo econômico em vigor desde a Guerra do Golfo, em 1991. Já foi rastreado mais de 1,5 bilhão de dólares do ditador deposto em contas espalhadas por paraísos fiscais. A fortuna pessoal de Saddam foi avaliada em 2 bilhões de dólares pela revista *Forbes* – valor que deve ser revisto para cima após o assalto ao banco central iraquiano.

ANEXO XVIII - Lugar fora da lei

EUA preparam julgamento secreto e pena de morte para prisioneiros em Guantánamo

Um ano e meio depois, os Estados Unidos mantêm num campo de prisioneiros em Guantánamo, uma base naval em Cuba, seis centenas de pessoas capturadas durante a guerra no Afeganistão. Na semana passada, militares confirmaram que um prédio está sendo reformado na base para servir de tribunal. E que só se aguardam ordens para montar a câmara de execução. São notícias que provocam arrepios. Não porque os prisioneiros serão julgados e alguns deles, membros do Talibã ou da Al Qaeda, poderão ser condenados à morte. E sim pelo modo como o governo

Os prisioneiros capturados no Afeganistão: sem acesso a advogados nem à família



americano lida com o assunto. A prisão foi montada intencionalmente em Guantánamo porque a área, arrendada de Cuba em caráter perpétuo, está tecnicamente fora de qualquer jurisdição legal. Nesse limbo jurídico, os presos são proibidos de ter contato com parentes, advogados, representantes diplomáticos de seu país (há 42 diferentes nacionalidades) e não respondem a nada parecido com um processo democrático. Como são considerados combatentes irregulares, e não prisioneiros de guerra, nem sequer devem ser libertados ao fim do conflito, como mandam as regras da Convenção de Genebra.



Pai de preso protesta na Austrália: pressão externa

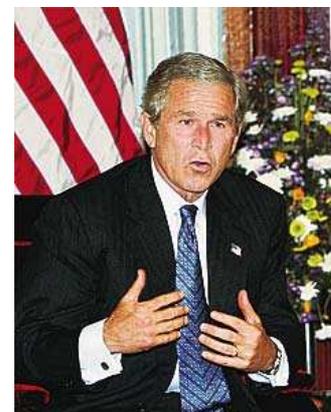
O presidente George W. Bush ainda não tomou a decisão final, mas o plano é o de submetê-los a julgamentos sumários e secretos. O Pentágono já nomeou dois militares que servirão como promotor e advogado de defesa. Grupos de três a sete militares devem atuar como juízes e júri ao mesmo tempo. As penas de prisão serão arbitradas por voto da maioria e a

pena de morte, quando houver unanimidade. Críticas à conduta americana devem levar em conta que o ataque de 11 de setembro obrigou os Estados Unidos a adotar medidas extremas contra o terrorismo. Mas Guantánamo é o jeito errado de reagir. "O tratamento dado aos presos precisa ser a demonstração do compromisso americano com a Justiça, e não sua negação", defendeu o jornal *The New York Times* em editorial. Devido à pressão doméstica e internacional, além de greves de fome e quase duas dezenas de tentativas de suicídio, a situação dos presos melhorou. Eles foram transferidos das celas de alambrado que pareciam gaiolas para outras, convencionais. Já podem fazer exercícios ao ar livre duas vezes por semana e têm acesso a exemplares do *Corão* – mas continuam sem os direitos mínimos que um Estado democrático concede aos réus. Washington deveria aprender com o ditador vizinho de Guantánamo, Fidel Castro. Ao executar opositores sem direito de defesa, Fidel tornou-se um pária internacional. Um isolamento comum a quem adota julgamentos sumários, ao arrepio da lei.

ANEXO XIX - Quem acredita nele?

Acusado de inflar as provas contra Saddam, Bush agora enfrenta guerrilha no Iraque

As questões são fundamentalmente as mesmas que atormentaram o segundo mandato de Bill Clinton: o presidente dos Estados Unidos mentiu ou não ao povo americano? Se mentiu, deveria ou não ser submetido a um processo de impeachment e posto para fora da Casa Branca? Como se sabe, Clinton faltou com a verdade ao falar sobre a própria intimidade (garantiu publicamente que não tinha feito aquilo que mais tarde admitiu ter feito com Monica Lewinsky) e ninguém morreu por causa disso. Sabe-se agora que várias das justificativas alegadas por George W. Bush para invadir o Iraque baseavam-se em informações duvidosas ou já descartadas pelo serviço secreto – e muita gente está morrendo por causa disso. Os iraquianos estão atacando os soldados americanos num movimento que lembra o de guerrilha. Evidentemente, há diferenças marcantes entre os dois presidentes. A primeira é que ainda paira a dúvida sobre se Bush realmente mentiu a respeito do perigo representado pelo regime de Saddam Hussein ou se apenas exagerou. A segunda é que, até agora, ninguém levantou a proposta de submetê-lo a um processo de julgamento político. O certo é que Bush vive seu inferno astral, enrolado nas próprias palavras.



George W. Bush na defensiva: Saddam era um vilão, mas as provas eram fracas

Nas últimas duas semanas, a controvérsia girou bastante em torno de um ponto específico: a afirmação feita por Bush de que o Iraque tinha comprado um carregamento de urânio em um país africano, Níger. Seria a prova de que Saddam Hussein desenvolvia um programa nuclear e precisava ser contido antes de produzir sua primeira bomba. Sabe-se agora que não passou de bobagem, desacreditada pela CIA, o serviço secreto americano, antes mesmo de aparecer no discurso do presidente. O caso do urânio consumiu apenas dezesseis das 5 400 palavras do discurso sobre o Estado da União, o momento mais solene do ano político americano, em janeiro. O diretor da CIA, George Tenet, lealmente assumiu o papel de bode expiatório e se responsabilizou por não retirar a frase do discurso presidencial. Qualquer que seja a habilidade da Casa Branca no manejo da crise, algo está apodrecendo em torno do presidente George W. Bush. Em meio a sua retórica contra o Iraque, o governo americano inflou as provas contra Saddam Hussein para convencer os Estados Unidos a empreender, como escreveu a revista *Time*, uma guinada revolucionária: a nação que tradicionalmente não inicia as guerras desta vez desfechou um ataque preventivo.

Pela gravidade das conseqüências, talvez seja injusto comparar as ações do atual presidente com as traquinices sexuais de seu antecessor, Bill Clinton. Bush está bem mais próximo das mentiras de Lyndon B. Johnson, que levaram à Guerra do Vietnã, e das de Richard Nixon no caso Watergate, que mergulharam os Estados Unidos na pior crise institucional de sua história. No esforço para convencer os americanos e o mundo de que era urgente acabar com Saddam, Bush afirmou que as ligações do ditador com a Al Qaeda e os estoques de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e talvez até nucleares) faziam do Iraque uma ameaça não apenas ao Oriente Médio, mas aos Estados Unidos também. Sendo assim, concluiu o governo americano, Washington não podia esperar para ter mais provas das intenções de seus inimigos antes de se defender – e isso parecia fazer sentido depois dos ataques terroristas de 11 de setembro.

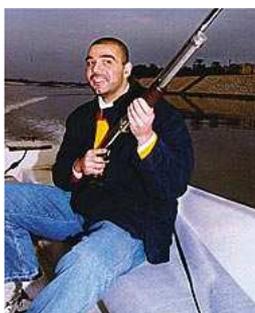
A complicação é que três meses depois da queda de Saddam nada disso foi comprovado. "Mais da metade da força de combate americana está estacionada no Iraque, que não tinha armas de destruição de massa nem apoiava a Al Qaeda", escreveu o colunista Paul Krugman, no *The New York Times*. "Perdemos credibilidade perante nossos aliados e Tony Blair perdeu a confiança do seu público. Como chegamos a esta bagunça?" Todo o bafafá ao redor de Bush se reproduz em torno do primeiro-ministro inglês. Seus relatos sobre o perigo representado pelo Iraque foram tão exagerados que chegaram ao extremo de incluir trechos de um trabalho escolar copiado da internet.

O que melhor se poderia dizer de Bush é que pode ter feito a guerra certa pelos motivos errados. Saddam Hussein era um facínora, que oprimia seu próprio povo, tentou duas guerras de conquistas contra países vizinhos e financiava escancaradamente o terrorismo na Palestina. O mundo está melhor com ele fora do poder. Mas quando se somam mentiras pré-guerra com a dor de cabeça do pós-guerra, a situação se torna ainda mais complicada para o presidente dos Estados Unidos. O fim do conflito foi pomposamente anunciado no dia 1º de maio. Desde então, o número de soldados americanos mortos em ataques e atentados no Iraque já supera o de caídos durante a invasão propriamente dita. Na semana passada, o Pentágono admitiu que enfrenta uma luta de guerrilha. Um sucesso espetacular na guerra – Saddam caiu muito mais rápido e com um número muito menor de vítimas do que se esperava –, a estratégia americana revelou-se incompetente na paz. Há uma epidemia de cólera no Iraque, o fornecimento de água e eletricidade ainda não voltou ao normal e o desemprego é brutal. A conta da manutenção das forças americanas no país é de 1 bilhão de dólares por semana. As previsões são que as tropas terão de permanecer lá por, no mínimo, mais três anos. Como Bush vai explicar que tudo isso realmente se justificava?

| Mentiras ou exageros? | |
|---|--|
| A discussão sobre as justificativas para a guerra no Iraque | |
| O que Bush disse | O que se sabe agora |
| <i>"Se nós soubéssemos que Saddam Hussein tem armas perigosas hoje — e nós sabemos — faria algum sentido para o mundo esperar para confrontá-lo, enquanto ele fica mais forte e desenvolve armas ainda mais perigosas?"</i> | Ainda não foram encontradas armas de destruição em massa ou programa nuclear no Iraque |
| <i>"O governo britânico soube que Saddam Hussein recentemente adquiriu quantidades significativas de urânio da África"</i> | A CIA tinha desmentido a compra de urânio da África antes mesmo do discurso de Bush |
| <i>"Evidência de fontes de inteligência, comunicações secretas e declarações de pessoas agora em custódia revelam que Saddam Hussein ajuda e protege terroristas, incluindo membros da Al Qaeda"</i> | Ainda não há provas dos laços entre Saddam e a rede terrorista de Osama bin Laden |
| <i>"Soubemos por meio de três desertores que o Iraque, no fim dos anos 90, tinha vários laboratórios móveis de armas biológicas"</i> | Não há vestígio dos tais laboratórios |

ANEXO XX - Só falta Saddam

O cerco ao ditador fica mais apertado com a morte de seus filhos, Udai e Qusai



Reuters



PLAYBOY PSICOPATA

Udai, o mais velho, nos bons tempos e fotografado morto: depois da derrota, ele quis comandar a resistência

Ainda não foi a vez de Saddam Hussein, o troféu de que os Estados Unidos precisam para demonstrar que a ocupação do Iraque entrou nos trilhos. Mas os americanos chegaram próximo do grande prêmio: os dois filhos do ditador. Localizados e mortos na terça-feira da semana passada, Udai e Qusai Hussein eram as figuras mais temidas do regime – especialmente Udai, o mais velho, um notório psicopata. De comportamento mais discreto, mas igualmente cruel, Qusai era o herdeiro político do pai. O desaparecimento dos dois permite aos iraquianos respirar um pouco melhor. É um sinal de que, mais dia menos dia, os americanos também vão capturar ou matar Saddam. Por enquanto, ficou garantido, de forma radical, que já não existe o risco de os irmãos Hussein retornarem, sedentos de vingança, para reclamar a posse do feudo do pai. É para deixar clara essa mensagem que o Exército dos Estados Unidos está tão obsessivamente empenhado em divulgar fotos dos corpos e outras evidências de que os herdeiros de Saddam foram realmente mortos. Até permitiu, contrariando a praxe americana de evitar a exibição pública de cadáveres, que fossem filmados por emissoras de TV. Os corpos já estavam então limpos e barbeados, para se parecerem mais com o que foram em vida. O próximo passo pode ser aviões americanos espalharem fotos dos irmãos mortos, para convencer os iraquianos de que o pesadelo acabou.

A eliminação dos irmãos Hussein ajuda a quebrar o vínculo psicológico que a maioria dos iraquianos ainda mantém com o antigo regime. Até agora, 37 dos 55 figurões da lista dos mais procurados no Iraque já foram mortos ou capturados. Apesar de todos esses golpes, o Pentágono não espera que os ataques às forças americanas – a média está entre doze e vinte por dia – cessem de uma hora para outra. Isso porque parece que apenas uma parte deles é orquestrada diretamente pela família de Saddam. A maioria dos ataques, de acordo com o serviço de inteligência americano, é realizada por células isoladas de remanescentes do Baath, o partido único da ditadura. "A incredulidade é muito profunda lá. Chega quase ao nível da paranóia", explicou o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, um dos mentores da política linha-dura do governo americano, recém-chegado de uma visita ao Iraque. "Um dos grandes efeitos da morte dos filhos de Saddam sobre os iraquianos será demonstrar nossa seriedade." A questão mais urgente, evidentemente, é encontrar Saddam. Pelo exemplo de seus filhos, pode-se ter uma idéia de como o ex-ditador se esconde. Udai e Qusai estavam havia quase um mês escondidos na casa de um parente distante em Mosul, cidade a 380 quilômetros ao norte de Bagdá. De acordo com o dono da casa, Nawaf al-Zaidan Nasiri, os dois apareceram sem aviso prévio, no meio da noite, e pediram abrigo. Estavam acompanhados pelo filho mais velho de Qusai, Mustafá, de 14 anos, e por um guarda-costas. O carro em que viajavam, um BMW, ainda está estacionado diante da residência, crivado de balas.

O BUNKER DESTRUÍDO
Mais de 200 soldados
levaram três horas para
tomar a casa em que Udai
e Qusai se escondiam



abrigo. Estavam acompanhados pelo filho mais velho de Qusai, Mustafá, de 14 anos, e por um guarda-costas. O carro em que viajavam, um BMW, ainda está estacionado diante da residência, crivado de balas.

Alguém os entregou aos americanos em troca da recompensa de 15 milhões de dólares oferecida por cada um. O delator mais provável é o próprio dono da casa. Empreiteiro que ficou rico com favores recebidos do governo, Nawaf tinha pelo menos uma conta pessoal a acertar com o regime: a condenação a sete anos de cadeia de um de seus irmãos, pelo crime de exagerar seu grau de parentesco com o clã Saddam. É mais provável, contudo, que não tenha resistido à tentação representada pela

recompensa de 30 milhões de dólares. Na terça-feira, ele deixou a casa às 6 horas da manhã, com toda a sua família, a pretexto de fazer um piquenique. Quatro horas depois, a residência foi cercada por soldados americanos. Os primeiros a entrar na casa defrontaram com barricadas e com uma barragem de tiros de fuzis AK-47. Nas três horas seguintes, os americanos foram aumentando seu poder de fogo. Trouxeram 200 soldados de tropas de elite, dispararam foguetes antitanques pelas janelas. Por fim, helicópteros abriram o telhado com uma salva de mísseis. Aparentemente, Qusai e Udai foram mortos pelos mísseis. Quando os americanos entraram novamente na casa, foram recebidos a tiros pelo único ainda em pé, o menino Mustafá. Ele disparou mais de uma vez contra os americanos, antes de ser morto.

Exceto talvez por seus pais e parentes próximos, ninguém no Iraque lamentou a morte de Qusai e Udai. Mesmo os partidários de Saddam devem sentir certo alívio. O comportamento violento e imprevisível do primogênito era um perigo até para o primeiro escalão do regime. Certa vez, ele jogou o ministro da Saúde num canil, para ser esfaçalhado pelos cães. Numa festa de família, discutiu com um tio e o baleou na perna, que teve de ser amputada. Era notório que estuprava mulheres e adolescentes escolhidas a seu bel-prazer, algumas pegadas nas ruas, outras esposas ou filhas de membros do governo ou de militares. Como chefes, respectivamente, dos serviços de segurança e da milícia fedain, ligada ao Partido Baath, eles eram os braços operacionais do regime de terror. Quando Saddam Hussein se tornou presidente do Iraque, em 1979, ele levou Udai, na época com 15 anos, e Qusai, com 13, para assistir à execução de dúzias de desafetos políticos. Udai contou mais tarde ter matado pessoalmente alguns deles.

Será preciso perguntar ao próprio Saddam, se ele for capturado com vida, que tipo de filho pretendia criar com tal experiência. O certo é que o próprio ditador acabou perdendo a paciência com a brutalidade desenfreada de Udai. Em 1988, o primogênito, então com 24 anos, matou a pauladas o guarda-costas predileto do pai durante uma festa em homenagem à primeira-dama do Egito. Como punição, Saddam mandou queimar quarenta carros de luxo da coleção de Udai e o exilou na Suíça. Logo ele estava de volta (foi expulso pelos suíços depois de tentar esfaquear alguém numa briga de bar). Em 1996, Udai sobreviveu a um atentado a tiros – cometido, ao que parece, por parentes de uma moça que ele estuprou – e começou a andar de bengala. Com tudo isso, o herdeiro passou a ser o irmão, Qusai. O caçula era mais quieto e reflexivo. Mas não menos

perigoso. Depois da Guerra do Golfo, em 1991, ele comandou o assassinato em massa dos muçulmanos xiitas, que tinham se revoltado no sul do Iraque. Supervisionava pessoalmente sessões de tortura e coordenou a "limpeza" das prisões – a superlotação foi resolvida com a execução dos presos. Atribui-se a ele a idéia de jogar prisioneiros dentro de máquinas trituradoras. Os mais afortunados eram colocados com a cabeça para a frente e morriam logo. A agonia era mais prolongada para aqueles que tinham os pés esmagados primeiro.

Um guarda-costas de Uday, que foi dispensado depois da queda de Bagdá, contou ao jornal inglês *The Times* que o ditador e seus dois filhos só deixaram a capital cinco dias depois da chegada dos americanos. Segundo ele, o mais velho mudou bastante com a guerra. "Pela primeira vez Uday tinha um objetivo, estava fazendo algo por seu país", contou. "Ele só pensava em comandar a resistência." Apesar disso, como era considerado instável, não foi informado do paradeiro do pai. Ao que parece, o único autorizado a se comunicar com Saddam era o filho caçula. Qusai morreu aos 37 anos. Era separado e tinha duas filhas, além de Mustafá. Casado duas vezes, Uday era divorciado duas vezes e não tinha filhos. A mulher de Saddam, mãe de Uday e Qusai, e suas três filhas sobreviventes e netos não estão ameaçados de prisão, mas se mantêm discretamente em local secreto. Duas delas não falam com o pai desde 1996, quando o ditador mandou matar seus maridos. A rigor, só falta Saddam para dar por extinto o clã Hussein. Como no Iraque as lealdades são tribais, os iraquianos só vão se sentir seguros quando virem o chefe do clã ser capturado, vivo ou morto.

ANEXO XXI -A fuga para Amã

Duas filhas e nove netos de Saddam Hussein deixam o Iraque e obtêm asilo na Jordânia

Foi a segunda fuga de Raghda e Rana para a Jordânia. Na quinta-feira passada, acompanhadas de nove crianças, as duas filhas de Saddam Hussein receberam asilo no palácio do rei Abdullah, em Amã. Na primeira fuga, em 1995, elas acompanhavam os maridos, Hussein Kamel e Saddam Kamel, que também eram irmãos. Ambos tiveram cargos importantes no regime do sogro – Hussein era responsável pela indústria militar e Saddam, um dos chefes da Guarda Republicana, a



Raghda, a mais velha: ela diz que Saddam é um "bom pai"

tropa de elite do regime –, mas se desentenderam com o cunhado Uday (a causa teria sido a divisão dos lucros do contrabando de petróleo) e fugiram para salvar a vida. Seis meses depois, Uday foi porta-voz de uma oferta de anistia, e todos voltaram para Bagdá. Logo que chegaram, os genros viram-se forçados a aceitar o divórcio e, no dia seguinte, foram assassinados.

Para sobreviver no ambiente de intrigas bizantinas e crimes em que vivia a primeira-família do Iraque, Raghda, de 35 anos, e Rana, 33, tornaram-se viúvas invisíveis. Só voltaram a ser vistas em público na semana passada, em Amã. Diz-se em Bagdá que nunca mais falaram com Uday, a quem responsabilizavam pela morte dos maridos. Em entrevistas na Jordânia, elas elogiaram Saddam Hussein como "bom pai, amoroso e com um grande coração" e queixaram-se de que ele foi traído por seus auxiliares – mas se recusaram a falar dos irmãos, mortos no mês passado por tropas americanas. Rana contou que a última reunião em família ocorreu sete dias antes da guerra. Na noite em que Bagdá caiu, Saddam enviou um carro para levar as filhas e os netos para um esconderijo nos arredores da cidade. Nenhuma das duas está na lista dos procurados pelos Estados Unidos. Também não há ordem de prisão para a mãe delas, Sajida, nem para a filha mais nova do ditador. Como é da tradição árabe, as mulheres da família Hussein não se envolviam em política.

Rana: nada a dizer sobre o irmão Uday



ANEXO XXII - Um herói brasileiro

Inimiga natural do bom senso, a intolerância costuma fazer entre inocentes a maior parte de suas vítimas. O atentado terrorista contra a missão diplomática da Organização das Nações Unidas no Iraque, na terça-feira passada, não foge desse padrão: atingiu um organismo internacional que trabalhava pela paz, pela ordem e para mitigar os males das pessoas. A explosão matou 23 pessoas, de diversas nacionalidades, todas elas empenhadas em pavimentar o caminho para a consolidação de um governo capaz de colocar o país de pé. Uma das vítimas era a força motora desse esforço – o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, de 55 anos, chefe da representação da ONU no Iraque, que desde junho vinha desempenhando, com a peculiar competência, justamente o papel que se espera das Nações Unidas, qual seja, o de promover um mínimo de entendimento entre partes aparentemente incompatíveis. Eram 4 e meia da tarde quando uma betoneira amarela parou debaixo da janela de seu escritório em Bagdá. Detonada por um fanático suicida, a carga de 700 quilos de explosivos derrubou parte do prédio. Sob os escombros, imobilizado por uma viga que lhe esmagou as pernas, Vieira de Mello chegou a fazer ligações de seu telefone celular, mas não resistiu e sangrou até a morte antes que o resgate chegasse, já no começo da noite. "Um grande defensor da paz e da reconciliação assassinado em um ato de niilismo", descreveu com precisão o editorial do jornal *The New York Times*.



Distante dos ressentimentos e motivações internas, esse ato terrorista superou em insanidade ações semelhantes – foi simplesmente incompreensível. Se para muitos iraquianos os Estados Unidos são o invasor inimigo, a ONU é a entidade que se contrapõe a Washington. A ONU foi contra a invasão americana e estava em Bagdá com o propósito de restaurar um governo iraquiano no menor prazo possível. Para essa tarefa, contava com a habilidade e a experiência de Vieira de Mello, veterano apagador de incêndios em áreas conflagradas. Em 34 anos de carreira na organização, ele, entre outras missões, acompanhou a volta de refugiados ao Camboja, serviu no Líbano conflagrado, coordenou a ajuda humanitária a Ruanda e liderou a missão especial das Nações Unidas em Kosovo, na antiga Iugoslávia. Sérgio era um dos melhores quadros da ONU. Por sua atuação articulada e habilidades diplomáticas, em quase todas as missões superou as limitações da organização. Controlada desde sua fundação pelos países ganhadores da II Guerra, que têm poder de veto sobre suas decisões, a ONU possui instrumentos muito efetivos nas missões de abrigar refugiados, distribuir alimentos e remédios e promover a educação. Mas, sempre que a situação mundial exige que ela tenha peso político, os interesses das potências falam mais alto. Os Estados Unidos invadiram o Iraque sem a concordância da ONU, e nada, nenhum



discurso ou ação da organização, surtiu algum efeito sobre a decisão de Washington.

Na única oportunidade em que teve uma tarefa de reconstrução sem conflitos de interesses paralisantes entre as grandes potências, a ONU foi perfeita – justamente pelas mãos de Vieira de Mello. Nomeado representante das Nações Unidas em Timor Leste, em 1999, com plenos poderes e amplos recursos financeiros, ele arregaçou as mangas das camisas bem cortadas, convocou os líderes locais, dobrou a intolerância da Indonésia e em trinta meses reorganizou do zero um país destruído pela guerra. "Sérgio era um negociador incansável, com habilidade rara de ouvir e persuadir", afirma a diplomata licenciada Luciana Mancini, que trabalhou a seu lado por dois anos em Timor. Encerrada a missão, em julho de 2002 foi nomeado chefe do Alto Comissariado de Direitos Humanos, com sede em Genebra – sob protesto de organizações não-governamentais, que o tachavam de diplomático e conciliador demais para o cargo. Comprou uma casa perto da cidade, mudou-se para lá com a namorada – a argentina Carolina Larriera, 30 anos, também funcionária da ONU, que conhecera em Timor – e pensava que seus dias de guerra eram coisa do passado. Não eram. Em junho, convocado pelo secretário-geral Kofi Annan, seu amigo pessoal, licenciou-se do cargo e foi chefiar a representação em Bagdá, com margem de manobra

TIMOR: com Xanana Gusmão, que viria a se eleger presidente do país reorganizado de forma exemplar



limitada pela própria resolução que definiu sua missão: "facilitar" a reconstrução do país e "estimular" a ajuda internacional. "São verbos com os quais não estou acostumado", comentou com um amigo. Foi, e saiu-se bem. Com enorme charme (unanimemente confirmado pelas colegas de escritórios em qualquer parte do mundo) e poder de persuasão, primeiro ajudou a alinhar o acordo que criou o conselho de governo do Iraque. Ultimamente, viajava para Jordânia, Irã, Síria e outros vizinhos do Iraque em busca de apoio à transição. Apesar das dificuldades e do toque de recolher em Bagdá, tinha conseguido estabelecer uma rotina: tomava café-da-manhã (chá e café, pão com geléia e ovo frito) no escritório, lia os jornais em inglês que chegavam à cidade, participava de reuniões e compromissos e no fim do dia, quando podia, com seguranças e carro blindado, costumava ir ao Estádio Nacional para fazer sua corrida. Vieira de Mello definia-se como "homem de campo", mas antes de tudo era um negociador dos mais habilidosos. "Nós, americanos, estamos acostumados ao uso da força. Não era a forma como Sérgio operava. Tinha a capacidade de ouvir as pessoas e convencê-las a tomar uma decisão que achava necessária", afirma Peter Galbraith, que foi o braço direito do brasileiro em Timor Leste. Esportista, elegante, culto e poliglota, o carioca Sérgio, formado em filosofia e doutor em ciências sociais pela Sorbonne, pretendia seguir os passos do pai, Arnaldo Vieira de Mello, diplomata de carreira. Em 1969, quando se preparava para entrar no Itamaraty, seu pai foi aposentado compulsoriamente pelo regime militar. Arnaldo morreu quatro anos mais tarde de infarto, enquanto dormia. Em diversas entrevistas, Vieira de Mello demonstrou sua mágoa. "Não poderia entrar para um ministério, o Itamaraty, que recentemente havia vitimado meu pai", disse a VEJA, no ano passado. Decidiu ir para a ONU. Em prol da carreira, passou a vida entre aeroportos, reuniões de cúpula e tiros de fuzil, com poucas oportunidades de convivência familiar. Teve dois filhos com a francesa Annie, de quem estava separado de fato, mas não tinha se divorciado; Laurent e Adrien, de 25 e 22 anos, mal falam português e fizeram questão de que o pai fosse enterrado na França (antes, será velado no Rio de Janeiro). Costumava vir ao Brasil uma vez por ano para visitar a mãe, Gilda, de 83 anos, que mora em Copacabana. No ano passado trouxe a namorada, Carolina, a loira bonita que, na fatídica terça-feira passada, foi filmada (ainda sem identificação) pelas câmeras da CNN gritando "Sérgio" e tentando de toda maneira entrar nos escombros. Carol, como é chamada, estava dentro do prédio na hora da explosão, mas escapou ilesa. "Ela está desnorteada, em estado de choque", contou ao jornal *La Nación* a mãe, Norma.

Reuters



Nueva

Provincia/AE



CONVOCAÇÃO ATENDIDA – Com Kofi Annan, o amigo: a pedido do secretário-geral da ONU, Vieira de Mello deixou Genebra, onde comprou casa nova e planejava levar uma vida mais sossegada com a argentina Carolina (*à dir.*), e foi representar a organização em Bagdá. Mais uma vez arriscou, e perdeu a vida

Nome de destaque na lista de possíveis futuros secretários-gerais, Vieira de Mello incorporou como poucos o papel que a ONU deveria desempenhar num mundo cuja complexidade torna cada vez mais essencial a cooperação internacional, e trabalhava duro nesse sentido em Bagdá. "Não é fácil conseguir equilíbrio entre a preponderância da coalizão liderada pelos Estados Unidos aqui e um papel emergente da ONU. Mas acho que gradualmente chegaremos lá", disse em entrevista ao jornal americano *Wall Street Journal*, semanas antes do atentado. "Ele fez um esforço sobre-humano para dar à ONU no Iraque um poder que ela não tinha", avalia o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. Para o chanceler Celso Amorim, a reabilitação da enfraquecida ONU como poder supranacional passa pela reforma de seu órgão máximo, o Conselho de Segurança, onde o Brasil quer ter assento. "Acabamos de ver na questão do Iraque como o Conselho foi colocado de lado. Mas acredito que isso vá mudar. A longo prazo, uma superpotência, por maior que seja, não se

sustenta sozinha, porque o custo é muito alto. Ela pode ganhar a guerra. Mas, para ganhar a paz, é preciso cooperação internacional", diz. Já o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que acompanhou de perto a articulação para mudanças no Conselho de Segurança da ONU, considera muito difícil alguma alteração em sua composição. "Mudá-lo significa abrir espaço ao Terceiro Mundo, e isso nenhum dos países que hoje o integram aceita sem resistência", avalia. Para o Brasil desejoso de assumir um papel mais influente no cenário mundial, e chocado com a morte de um herói que nem sabia existir, fica a lição: apresentar-se como líder, ter e defender posições no cenário mundial acarreta riscos, e riscos, muitas vezes, resultam em tragédias. Foi exatamente assim que o mais dinâmico, envolvente e bem-intencionado dos altos funcionários da ONU morreu, soterrado num ataque estúpido e sem sentido, que emaranhou ainda mais o nó que ele trabalhava para desatar.

ANEXO XXIII - Bush só teve má notícia

Presidente americano tem a pior semana na luta contra o terror: está sem saída na frente externa e acuado em Washington

A semana passada foi carregada de maus presságios na luta contra o terror. Na quarta-feira, véspera do segundo aniversário dos atentados de Nova York e Washington, o terrorista saudita Osama bin Laden ressurgiu como um fantasma num vídeo divulgado pela TV árabe Al Jazira. Caminhando nas montanhas e com uma metralhadora pendurada no ombro, o líder da Al Qaeda prometeu novos atentados contra alvos americanos. Seu braço direito, o egípcio Ayman al-Zawahiri – que os americanos tinham dado como morto –, também apareceu no mesmo vídeo e se encarregou de dar o recado definitivo. "A verdadeira epopéia ainda não começou." Se a aparição de Bin Laden evidenciou quanto a guerra ao terror ainda está longe do fim, o presidente americano George W. Bush pôde constatar no dia seguinte o fracasso de outra prioridade de sua política externa – a decisão anunciada pelo governo de Israel de expulsar o presidente palestino Yasser Arafat de Ramallah, na Cisjordânia, onde já vivia sob regime de confinamento e cercado por tanques israelenses. Bush, que há três meses pressionou israelenses e palestinos para que assinassem um acordo de paz, aproveitando o cacife acumulado com a derrubada de Saddam Hussein no Iraque, parecia na semana passada incapaz de impedir uma nova explosão de violência na região.

A rápida vitória militar no Afeganistão e no Iraque gerou ondas positivas para o presidente americano. A estratégia de seus assessores principais, liderados pelo vice-presidente Dick Cheney e pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, levou Bush a um beco que na última semana parecia sem saída. Graças à ação militar dos americanos, o Afeganistão deixou de ser uma espécie de laboratório para o terrorismo. O que restou da corrente política que dirigia o país e protegia o terror, porém, continua dando problemas. Osama vive nas montanhas e talvez ainda consiga manter algum grau de comando sobre a rede Al Qaeda. A situação no Iraque é mais grave. Não passa um dia sem que um americano seja emboscado por guerrilheiros. Até hoje não surgiram provas de que o regime de Saddam tenha desenvolvido armas de destruição em massa ou que tenha tido vínculos com a rede de terror de Bin Laden. O Iraque, um país onde antes não existia terrorismo e que foi invadido em nome da luta antiterrorista, atualmente tem grupos que praticam crescentemente o terror. Um desses ataques levou à morte o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, alto comissário da ONU para os direitos humanos.

Fotos AP



Palestinos cercam QG de Arafat após Israel anunciar que vai expulsá-lo: novo desafio para Bush

O mais desconcertante para Bush, porém, é o acirramento da violência na Palestina. A ação americana no Afeganistão e no Iraque deveria culminar seu sucesso com um tratado de paz entre árabes e israelenses. Na semana passada, a paz estava mais distante do que nunca. Arafat mostrou-se muito mais poderoso politicamente do que imaginavam os israelenses e os americanos. A ameaça de expulsar Arafat da Palestina é uma estratégia que vai multiplicar sua força não apenas entre os próprios palestinos, mas poderá dar aos árabes de outros países o tão sonhado mártir que uniria todos eles contra o satã americano e seu aliado em Jerusalém.

Os Estados Unidos vão precisar de muito mais tempo, dinheiro e sacrifício do que a Casa Branca havia imaginado quando lançou a ofensiva militar contra Saddam, há seis meses. Acuada, Bush pediu ao Congresso americano mais 87 bilhões de dólares para manter as operações no Iraque e também no Afeganistão. E admitiu até que vai necessitar de ajuda da ONU, que antes havia descartado. Mas é inegável que a guerra ao terror conduzida pelo presidente americano livrou o mundo da ameaça direta representada por Bin Laden e Saddam. Para Bush, porém, resta um desafio que significa sua própria sobrevivência política – conciliar a recuperação da economia americana com a necessidade de manter a drenagem de recursos que a guerra ao terror exige. Trata-se de uma batalha em duas frentes. No front externo, o presidente precisa recuperar o apoio dos países aliados e engajá-los na recuperação do Iraque e no esforço de paz entre israelenses e palestinos. Dentro de casa, Bush deverá enfrentar uma luta duríssima pela reeleição.

O desafio de reativar a economia, o mesmo que derrotou seu pai no embate com Bill Clinton em 1992, é quase incompatível com a necessidade de torrar dezenas de bilhões de dólares na tentativa de estabilizar o Iraque e não deixar o Afeganistão voltar a cair em mãos de simpatizantes dos grupos terroristas. Bush amarga agora o resultado de ter confiado nos chamados neoconservadores, o grupelho ideológico que vendeu ao presidente a idéia de que livrar o Iraque de Saddam Hussein seria o primeiro passo de uma grande operação de depuração do mundo islâmico. Rumsfeld foi o grande estrategista dessa idéia, que está levando os contribuintes americanos a gastar bilhões de dólares e pode custar caro à carreira política de George W. Bush.

ANEXO XXIV - É encrenca. Mas não é o Vietnã

Atentado contra a sede da Cruz Vermelha mostra até onde os terroristas estão dispostos a ir para impor seus pontos de vista ao Iraque conflagrado

INIMIGO INVISÍVEL

Nada mais fácil que explicar o terrorismo no Iraque como uma erupção do clássico

modelo de resistência popular à ocupação estrangeira. Também é atraente recorrer à analogia simplista com o Vietnã, onde os Estados Unidos foram derrotados por um povo em armas, e dizer que os americanos não devem esperar outra coisa dos iraquianos dispostos a tudo para libertar seu país. O

terrorista suicida que na semana passada jogou uma ambulância lotada de explosivos contra o prédio da Cruz Vermelha em Bagdá, matando doze pessoas, deixou explícito que a questão é mais complexa. Se o objetivo fosse desmoralizar as tropas americanas e demonstrar que os EUA são incapazes de garantir a ordem e a reconstrução, seria possível escolher entre uma infinidade de alvos militares. Numa luta de libertação nacional, atacar uma organização humanitária, reconhecida por sua neutralidade em conflitos e que há vinte anos atua no Iraque, seria a pior coisa a ser feita pela causa. É bom lembrar que, dois meses atrás, um caminhão-bomba pôs abaixo o prédio da ONU na capital iraquiana, matando o chefe da missão, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Foi difícil entender o porquê desse atentado. Mas diplomatas e analistas sérios tentaram colocar a matança no contexto dos doze anos de embargo ao Iraque patrocinado pela ONU. Com a Cruz Vermelha, não há espaço para esse tipo de racionalização enganosa.



Ao atacarem o espaço humanitário, os terroristas mandaram um recado duplo àqueles que teimam em não entender seus motivos. A primeira parte da mensagem é que não há limites para o que podem fazer para impor sua vontade ao mundo, visto que estão convictos de que essa é a vontade de Alá. Nesse aspecto, atacar a Cruz Vermelha segue a lógica dos atentados de 11 de setembro: a

intenção é afogar num banho de sangue alguns dos princípios mais prezados da civilização moderna, exatamente aqueles que pregam a convivência com a diferença. A segunda é que, como escreveu o colunista Thomas L. Friedman, no *The New York Times*, não estão matando para que os iraquianos governem a si próprios. Estão matando para que eles, os terroristas, governem os iraquianos. O medo deles é o de mudanças permanentes no Iraque – ou seja, a democracia que o presidente George W. Bush prometeu promover no mundo árabe. Bush está em apuros para explicar as armas de destruição em massa, cuja posse por Saddam Hussein foi seu principal argumento para a guerra, e que não foram encontradas em lugar nenhum. O presidente americano se torna a cada dia mais odiado no mundo e suspeito, entre os americanos, de ter se metido numa guerra sem saída. É irônico que a brutalidade terrorista esteja reforçando a lógica alegada por Bush de que a derrota de Saddam Hussein, o ditador antes da invasão dos EUA, é parte importante na estratégia da luta contra o terror. Há seis meses, a bordo do porta-aviões *Abraham Lincoln* enfeitado com uma faixa em que se lia "Missão cumprida", Bush anunciou o fim dos combates no Iraque. Vê-se agora que a missão está longe de ser cumprida. A semana passada, que marcou o início do Ramadã, o mês santo em que os muçulmanos se dedicam ao jejum e às orações, foi especialmente letal. Os atentados em várias cidades iraquianas mataram pelo menos quarenta pessoas, a maioria iraquianos. As tropas americanas são alvo de uma média de 25 ataques por dia. Desde maio, 117 soldados americanos foram mortos – superando o número de baixas na guerra – e 1 129 saíram feridos em emboscadas e atentados. O custo da intervenção, em sangue e dinheiro, está mais caro que o previsto. A idéia de que a invasão foi uma estupidez começa a se consolidar como bandeira da oposição democrata para as eleições presidenciais de 2004. Neste momento, só existe um cenário pior: aquele em que Bush decide abandonar seu plano de instaurar uma democracia no Iraque. Ainda não se está nem perto disso. Mas, se ocorrer, o fracasso americano terá conseqüências pesadas para os EUA e talvez para o resto do mundo. O que aconteceria no Iraque diante de uma retirada abrupta das tropas americanas é impossível prever. Há no Iraque uma equação em que se mesclam invasão estrangeira, fanatismo religioso e terrorismo. Quem passaria a deter o comando do Iraque numa situação de caos é uma incógnita.

Bush está pagando o preço de uma invasão realizada às pressas, sem um planejamento adequado sobre o que fazer depois da vitória. Quando a guerra acabou, não havia soldados em quantidade suficiente para desarmar os combatentes iraquianos e manter a ordem nas cidades. Para piorar, os Estados Unidos dissolveram o Exército iraquiano, o que jogou na rua milhares de homens armados, sem pagamento nem motivo para gostar dos americanos. O esforço para reconstruir o país esbarrou na improvisação. O Iraque produz metade do petróleo que extraía antes da guerra. A energia elétrica ainda falha em Bagdá e em outras cidades. A questão que mais preocupa é, de longe, a falta de segurança. As taxas de risco encarecem em até 45% o preço dos fretes, equipamentos e até da mão-de-obra das empresas estrangeiras. Os serviços de um guarda-costas custam 1 200 dólares por dia – e são necessários no mínimo dois para dar proteção a um empresário.

A maioria dos ataques está concentrada no chamado triângulo sunita – cidades onde a etnia à qual pertencem os remanescentes do antigo regime predomina, entre as quais se incluem Bagdá, Fallujah e Tikrit (terra natal de Saddam Hussein). Supõe-se que os atacantes sejam remanescentes das milícias do partido de Saddam, reforçadas com terroristas estrangeiros da Al Qaeda, a organização de Osama bin Laden, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001. Os piores atentados da semana passada ocorreram na área de 10 quilômetros quadrados da zona verde de Bagdá, onde estão situados os melhores hotéis, os prédios públicos e os principais postos de controle militar americanos – ou seja, a que deveria ser a mais segura da capital iraquiana. Na manhã de domingo 26, o Hotel Al Rashid foi atingido por uma saraivada de mísseis artesanais disparada a uma distância de 400 metros, por controle remoto. Um deles explodiu um andar abaixo de onde estava hospedado o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, matando um coronel americano – o militar de mais alta patente morto no Iraque. A situação é um pouco mais tranqüila no sul do país, onde vivem os xiitas, e bem pacífica no norte, reduto dos curdos, minoria que Saddam perseguia.

AP



CONFIANÇA ZERO
Soldada americana revista uma criança em Bagdá: atentados acirram tensão entre as tropas invasoras e a população iraquiana

Pode-se dizer, ainda assim, que há luz no fim do túnel. O projeto de reconstrução do Iraque e do Afeganistão, que deverá consumir 87 bilhões de dólares, é o maior bancado pelos EUA desde o Plano Marshall, criado para a reconstrução da Europa depois da II Guerra. Pelo menos 2 milhões de crianças iraquianas foram vacinadas, existe fartura de comida e o governo provisório está recuperando escolas e hospitais. No total, mais de 13 000 projetos estão sendo tocados. A maioria dos iraquianos não esconde a irritação com a falta de segurança e as denúncias de corrupção envolvendo integrantes do governo provisório. Mas, no fim das contas, eles estão no mesmo dilema: se os Estados Unidos forem embora derrotados, como reconstruirão as instituições de seu país estando colocados num caldeirão que é habitado ao mesmo tempo por gente fiel a Saddam Hussein? Afinal, essa gente se mostrou disposta a explodir até a ONU e a Cruz Vermelha para deixar claro até onde vai sua determinação.

ANEXO XXV - Um resgate forjado pelo Pentágono

Prisioneira no Iraque e transformada em ícone do heroísmo, a soldada Jessica Lynch diz que foi usada como propaganda de guerra

A soldada Jessica Lynch viu-se transformada na principal heroína americana na guerra no Iraque sem ter disparado um único tiro. É que, por um acaso, Jessica se tornou prisioneira dos iraquianos em março de 2003, num momento em que o governo americano precisava reforçar o apoio à guerra no Oriente Médio. A loirinha interiorana de apenas 20 anos tinha a imagem perfeita para atrair a simpatia da população americana. O Pentágono fez chegar à imprensa uma versão estilo Rambo de sua captura – apesar da gravidade de seus ferimentos, ela teria lutado bravamente até ficar sem munição – e, depois, montou uma operação cinematográfica para salvá-la. Construía-se assim um mito, que acabou dissolvido exatamente pela fascinante sinceridade com que Jessica conta a própria história. Na semana passada, foi lançado o livro *Eu Sou uma Soldada, Também: a História de Jessica Lynch*, escrito por um jornalista com base em entrevistas com ela. A dupla recebeu adiantado 1 milhão de dólares da editora. Jessica foi, então, pela primeira vez a Nova York, para participar dos principais programas americanos de entrevista e receber o prêmio de mulher do ano de uma revista feminina. "Eu não sou uma heroína, sou uma sobrevivente", disse ela no discurso de agradecimento.



Jessica em Nova York: ela não deu um só tiro

As circunstâncias que levaram à captura, da forma como sua biografia autorizada descreve, aproximam-se mais da saga quixotesca de uma pessoa comum indefesa diante de uma engrenagem além de seu controle do que de um ato de heroísmo. Quando ela se alistou no Exército, em 2001, seu objetivo era conhecer o mundo, sair do lugarejo de 900 habitantes em que nasceu, no Estado da Virgínia Ocidental. Queria ter um trabalho que lhe permitisse estudar para a profissão de seus sonhos: ser professora de jardim-de-infância. Com seu irmão Greg, apresentou-se no quartel apenas uma semana depois do ataque terrorista de 11 de setembro. Dezoito meses depois, a soldada de primeira classe Lynch estava no Iraque, encarregada de distribuir lápis, pacotes e papel higiênico à soldadesca.



Jessica após o resgate e, quatro meses depois, em desfile com o noivo, Ruben, e o irmão fardado

No dia em que foi capturada, oito meses atrás, ela viajava em uma unidade de manutenção que deveria dar apoio a uma coluna militar que avançava sobre Bagdá. Seu grupo constituía-se basicamente de cozinheiros, mecânicos e almoxarifes, com pouco treinamento em combate. Seu namorado, Ruben Contreras, fazia parte da mesma companhia, mas estava em uma unidade mais avançada. O comboio de Jessica ficou para trás porque os caminhões atolavam na areia do deserto. Perdido, o comandante da coluna fez os dezoito veículos – nenhum deles de combate – atravessar a cidade de Nassiriah, em pleno território inimigo. Surpreendida com a presa fácil que lhe caiu nas mãos, a milícia de Saddam Hussein levou algum tempo para se armar e atacar o comboio, que a essa altura dava meia-volta e tentava fugir da cidade. Os caminhões quebravam, atolavam na areia, e os americanos se defendiam precariamente. Onze dos 33 soldados morreram.

Logo após a emboscada, o Exército americano fez um relatório em que contava como uma mulher lutou bravamente até ser rendida pelos iraquianos. Um figurão não identificado do Pentágono disse ao jornal *The Washington Post* que essa mulher era Jessica Lynch. Começou aí o mito. No livro, Jessica desmente tudo. Conta que sua arma estava tão suja de areia que emperrou. Por isso, enquanto sua melhor amiga, Lori Piestewa, acelerava o jipe militar em que estavam e outros três companheiros atiravam contra os iraquianos, Jessica encolheu-se, colocou a cabeça entre os joelhos e rezou. Uma granada fez Lori perder o controle do carro, que se chocou contra um veículo à margem da estrada. Apenas Jessica sobreviveu, com múltiplas fraturas na perna esquerda e um ferimento na cabeça. O livro afirma, com base em relatórios médicos, que no intervalo de três horas entre o acidente e o momento em que foi levada pelos iraquianos a um hospital Jessica foi estuprada e seu braço, quebrado. Ela afirma que estava inconsciente e não se lembra de nada.

A jovem ficou nove dias no hospital de Nassiriah, quase totalmente paralisada. Os médicos iraquianos cuidaram bem dela. "Uma senhora veio e massageou minhas costas com uma espécie de pó enquanto cantava uma canção que eu não entendia. Aquilo me acalmou, mas eu ainda tinha muita dor", disse Jessica. No dia 1º de abril, os americanos montaram uma operação cinematográfica para resgatar Jessica. Chegaram de helicóptero e invadiram o hospital derrubando portas a pontapés, apesar de os médicos terem oferecido as chaves. Toda a operação foi filmada e as imagens distribuídas, depois, para as redes de televisão. Bonita e com aparência frágil, Jessica era perfeita para despertar as emoções dos americanos. Na semana passada, ela se declarou perturbada por seu resgate ter sido usado para a propaganda de guerra. "Mas o que importa é que entraram lá e me levaram segura para casa", disse. Hoje ela faz fisioterapia para poder andar sem muletas. Virou celebridade, com todas as vantagens e algumas desvantagens desses momentos de exposição às multidões. Entre as vantagens estão as medalhas, as homenagens e a simpatia de seus compatriotas. Entre as desvantagens, está ter despertado a atenção do célebre pornógrafo Larry Flynt. Dono da revista *Hustler*, ele diz ter comprado fotos dela nua "confraternizando" com dois soldados em uma tenda militar. Flynt disse na semana passada que não vai publicar as fotos porque "Jessica é uma boa garota". Pelo que se conhece de Flynt, logo as fotos estarão publicadas.

ANEXO XXIV - O mal do século

Há momentos na trajetória da humanidade que representam reviravoltas históricas. São acontecimentos cuja repercussão torna pálidos eventos menores e cria um novo centro de gravidade para definir toda uma era. Neste momento, infelizmente, o que se tem para

representar a primeira década do século XXI é uma sombra: o terrorismo sem fronteiras personificado na figura hirsuta de Osama bin Laden. O pesadelo é, em larga medida, inesperado. Antes que o mundo fosse colocado de cabeça para baixo em 11 de setembro de 2001, vivia-se uma época de esperanças e otimismo de bases concretas.

AFP



Reuters



Vítima do atentado em Istambul (à dir.) e o saudita Osama bin Laden: capacidade de atacar em vários locais ao mesmo tempo

O fim da Guerra Fria tinha afastado a ameaça do aniquilamento nuclear, e a expansão do comércio prometia o enriquecimento global e um entendimento cada vez maior entre as nações. Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, o pesquisador americano Francis Fukuyama chegou a proclamar que o "fim da história" havia chegado. O mundo, sustentava Fukuyama, não mais se debateria com eventos políticos poderosos o suficiente para mudar por completo sua estrutura. A democracia liberal e sua base material de sustentação, a economia de mercado, tinham vencido. Talvez a história acabe por lhe dar razão algum dia. No momento, contudo, o que atormenta os analistas é como adaptar os conceitos de inegável progresso aos atritos provocados pela globalização e, sobretudo, ao turbilhão criado pelo novo protagonista, o terror de inspiração islâmica.

O que se vê é o recrudescimento terrorista, e não sua diminuição, apesar de os Estados Unidos terem usado suas Forças Armadas para atacar dois países que davam guarida ao radicalismo árabe e islâmico, o Iraque e o Afeganistão. Desde os ataques de 2001, estima-se que duas dezenas de grandes atentados estejam diretamente vinculadas à Al Qaeda, a organização de Bin Laden – e não se estão colocando na conta os ataques diários realizados contra os americanos e seus aliados no Iraque e no Afeganistão. A sofisticação e a rapidez dos atos de violência estão em espiral crescente. Na quinta-feira passada, carros-bombas explodiram na agência central do banco inglês HSBC em Istambul, a maior cidade da Turquia. Minutos depois, outra explosão pôs abaixo parte do prédio que abrigava o consulado inglês. Morreram pelo menos 27 pessoas. Esses ataques aconteceram poucos dias depois de terroristas suicidas explodirem diante de duas sinagogas de Istambul, matando 25 pessoas.

Arrepiam tal demonstração de poder: é difícil identificar outra organização capaz de coordenar quatro grandes atentados em apenas uma semana. Os ataques na Turquia ajudam a estabelecer um novo padrão de violência. Nos últimos vinte meses, o fanatismo promoveu barbaridades na Indonésia, no Paquistão, no Marrocos, na Arábia Saudita e agora na Turquia – todos países de maioria muçulmana. O que significa? Note-se que quase sempre os alvos eram cidadãos de países ocidentais e os judeus, mas a matança de muçulmanos foi considerável. O francês Olivier Roy, do Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris, vem estudando os atentados que parecem não ter uma razão específica. Ele cita como exemplo o ataque de maio em Casablanca, no Marrocos, no qual quarenta pessoas foram mortas e mais de 100 ficaram feridas – na maioria marroquinos que passavam pelo local. Sua conclusão: "O alvo era secundário; a intenção, ali, era chamar a atenção e espalhar o medo".

O estudo de Roy dimensiona a dificuldade de combater um inimigo cuja estratégia desafia a lógica dos movimentos revolucionários armados e cujo objetivo pode ser mensurado por suas ações e

reivindicações. O filósofo marroquino Mohammed Abed al-Jabri, um dos mais importantes do mundo árabe, diz que não há o que negociar com os terroristas nem forma alguma de entrar em conciliação com eles, pois o "fundamentalismo (islâmico) se propõe a reconstruir o presente a partir do modelo de um passado tal como poderia ter sido". Ou seja, seu objetivo é uma fantasia, e não pode ser obtido no mundo real. Isso faz com que o terrorismo islâmico não caiba nas racionalizações clássicas dos conflitos armados. Sua sobrevivência depende totalmente da persistência de suas atrocidades – e por isso só vai desaparecer quando for aniquilado militarmente. "Não estamos mais diante de uma guerra convencional, que pode ser vencida no campo de batalha em semanas ou meses", disse a VEJA o especialista Bruce Hoffman, autor do livro *Inside Terrorism* (Por Dentro do Terrorismo).

O que dificulta o combate é que, depois da destruição de seu santuário no Afeganistão, o comando centralizado de Bin Laden deu lugar a uma estrutura horizontal, formada por células e grupos menores. Numa analogia com o mundo dos negócios, pode-se dizer que a Al Qaeda criou uma rede global de franquias. Esse sistema capilar tira proveito do nome, da ideologia e da experiência da organização-mãe. Também recebe dinheiro, informações e meios para os ataques. Mas cada grupo tem considerável autonomia para tomar iniciativas nos atos terroristas que pratica. A facilidade para obter voluntários para a Jihad, a guerra santa islâmica, explica, em parte, os atentados frequentes nos países muçulmanos. Pelo menos 20.000 pessoas de 47 países passaram pelos campos de treinamento mantidos por Bin Laden no Afeganistão nos anos 90. De volta a seus lugares de origem, levaram a mensagem e o estilo de seu mentor. O americano Paul Pillar, um analista da CIA citado pelo jornal *The Washington Post*, diz que a principal contribuição de Bin Laden na expansão do terrorismo foi colocá-lo "na perspectiva do antiamericanismo". Essa é uma mensagem fácil de ser entendida, tem raízes profundas entre os ressentidos do Terceiro Mundo e até encontra certa solidariedade espúria entre esquerdistas europeus. O terrorismo é o mal deste início de século.

ANEXO XXVII - Do palácio a uma toca de rato

Saddam Hussein, o ungido, AFP
Glorioso Líder, Descendente direto do Profeta, Presidente do Iraque, Presidente de seu Conselho de Comando da Revolução, Marechal-de-Campo de seus exércitos, Grande Tio de todos os seus clãs e

Saddam Hussein, após ser capturado na semana passada, com aspecto de indigente desorientado



tribos, Comandante-em-Chefe da Imortal Mãe de Todas as Batalhas, foi descoberto num buraco, na noite de sábado 13. O tirano que dispunha de 23 palácios para uso pessoal tinha se escondido numa cova de 1,80 por 2,40 metros, com uma tampa de concreto camuflada com lixo. Saddam, que propalava ser a personificação da tradição guerreira árabe, estava armado com dois fuzis AK-47 e uma pistola, mas entregou-se sem resistência. Não engoliu uma cápsula de cianeto, não se matou com um tiro, como fez Adolf Hitler em situação similar em 1945, nem atirou nos soldados. Tentou, isso sim, suborná-los com os 750 000 dólares que guardava numa maleta. "Sou o presidente do Iraque e quero negociar", propôs, em inglês.

Poucas vezes se viu um líder nacional em momento de tal fraqueza e humilhação. As imagens feitas na prisão o mostram com aspecto de indigente e aparentando bem mais que seus 66 anos. A barba espessa, os cabelos desalinados e o olhar embaçado, enquanto um médico militar americano o examina minuciosamente com luvas de borracha, denunciam o fim melancólico de um dos tiranos mais sanguinários dos tempos modernos. Na semana passada, um jornal jordaniano publicou uma versão alternativa da prisão. Saddam teria sido drogado por um parente, que lhe servia de guarda-costas, e entregue grogue aos americanos. A filha Raghad, exilada na Jordânia, diz que com certeza seu pai foi drogado. De outra forma teria lutado como "um leão". Qualquer que tenha sido a razão da desorientação de Saddam logo depois da prisão, é sempre uma vingança para qualquer um ver um ditador cruel "pego como um rato", como disse um general americano.

Fotos AP



O ESCONDERIJO
Soldados americanos na entrada do buraco onde Saddam estava escondido: prisão sem resistência



DITADOR EM FUGA
Louça suja na cozinha do casebre onde Saddam se abrigava: longe do luxo e da mordomia dos palácios

Obcecado por seu projeto pessoal de tornar-se o líder do mundo árabe e se apossar das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, Saddam envolveu o Iraque em três guerras que deixaram mais de meio milhão de iraquianos mortos e arruinaram a economia de uma nação próspera e rica em petróleo. Aproveitou os doze anos de sanções econômicas internacionais impostas pela ONU desde a Guerra do Golfo, em 1991, para contrabandear petróleo e alimentos, de modo a ampliar sua fortuna pessoal – estimada em 6 bilhões de dólares pela revista americana *Forbes*. Para consolidar o poder interno, Saddam impôs um reino de terror baseado na tortura e na delação. Explorou com perversidade a diversidade étnica e as alianças entre clãs e tribos que marcam a sociedade iraquiana: seu regime perseguiu os muçulmanos xiitas, que formam mais da metade da população, e massacrou com armas químicas a minoria curda do norte do país. Descontente com um grupo étnico que havia milhares de anos vivia numa região alagada, deu-se ao trabalho de drenar toda a água, causando o que a ONU considera o maior desastre ecológico do século XX.

O ditador de Bagdá começou sua carreira como assassino profissional a soldo do Partido Baath e chegou à chefia do serviço secreto, a terrível Mukhabarat. Nessa condição, pôde assaltar o poder, aterrorizando ou simplesmente matando os rivais. Ambicioso e sem escrúpulos, Saddam transformou o Mukhabarat em seu principal esteio de poder. A política de intimidação da população era oficial e devidamente documentada pela burocracia. Abusos inimagináveis em qualquer país eram previstos em lei. Um decreto de 2000 estabelecia que o crime de falar mal do presidente seria punido com o corte da língua do infrator. "Falar mal" é um conceito amplo. No Iraque, podia incluir até um comentário desfavorável sobre a elegância das roupas de Saddam. No regime do ditador, a delação era estimulada com recompensas em dinheiro. Se o preso fosse condenado à morte, o prêmio quadruplicava. Não havia necessidade de apresentar provas – bastava uma confissão por escrito, o que estimulava a tortura. Este não era o último recurso usado pelo regime, e sim a primeira providência tomada em relação a qualquer detido.

Não havia limites no catálogo de torturas. Uma prática usual para quebrar a resistência do preso era estuprar diante de seus olhos a mãe, mulher, irmãs ou filhas – ou, muitas vezes, como suprema humilhação, o próprio prisioneiro era sodomizado. A tarefa era conduzida por profissionais (o cargo se chamava "violador da honra"). Outra prática habitual consistia em introduzir um ferro incandescente no ânus e em outros orifícios da pessoa. Há histórias de crianças que tiveram olhos arrancados diante dos pais e avôs. Está documentado o episódio em que uma menina de 2 anos teve os ossos dos pés esmagados para que a mãe revelasse o esconderijo do pai. Pernas e braços eram carbonizados para forçar uma confissão.

Os requintes de crueldade, agora narrados em profusão pelos sobreviventes, sugerem que a família Hussein não torturava apenas por razões práticas. Parece que desfrutava perverso prazer em provocar sofrimento. Ambos os filhos de Saddam, Udai e Qusai, participavam pessoalmente do suplício de desafortunados. Jogadores de futebol contam que Udai, filho mais velho do ditador e mandachuva nos esportes nacionais, rotineiramente espancava e torturava os atletas que perdiam partidas internacionais. Muitas vezes o jogador era trancafiado por dias numa gaiola de ferro, no formato de corpo humano, a "dama de ferro". De comportamento psicopata, a ponto de o pai ter sido forçado a substituí-lo pelo irmão na linha de sucessão, Udai tinha especial predileção pelo uso de uma de suas criações, uma variação da cama de pregos dos faquires. Também mandava

seqüestrar qualquer jovem que lhe agradasse e a estuprava no palácio. É possível que o atentado a tiros que o deixou inválido em 1996 tenha sido uma vingança pelos estupro.

Na página 40 da revista estão as fotos de três iraquianos que poderão exibir no tribunal as marcas de punições bárbaras. O primeiro é Farris Salman, de 23 anos. Morador de Bagdá, ele discutiu com os fedains, a milícia paramilitar comandada por Udai, e xingou Saddam. Sua língua foi amputada com um estilete, diante de uma multidão convocada especialmente para a ocasião. O seguinte é Kadhim Sabbit al-Datajji, de 61 anos, acusado de "traição" e torturado diariamente durante dois anos. Um de seus olhos inchou devido aos espancamentos e, em lugar de ser tratado, foi arrancado pelo médico da prisão. O terceiro é Ali Kadhem Ghanem, soldado de 29 anos, que teve uma orelha cortada por ter se ausentado de seu posto sem permissão. Isso ocorreu em 1994, quando o regime decretou a mutilação como forma de conter a onda de deserções provocada pelo rumor de que Saddam preparava uma nova invasão do Kuwait. Para os reincidentes havia uma punição adicional: uma marca de X no rosto, aplicada por um ferro em brasa.

Na prisão, Saddam se mantinha desafiante na semana passada. Recusou-se a assumir a responsabilidade pelos crimes do regime – em sua versão, as vítimas eram todas "traidoras e desertoras" – e insistia em se declarar o legítimo presidente do Iraque. Usando uma tática psicológica de interrogatório, seus carcereiros decidiram confrontá-lo com cenas de tortura e execuções ordenadas por ele, além da abertura de covas coletivas de pessoas assassinadas pelo regime. Os filmes das atrocidades foram feitos pela própria polícia de Saddam, que os utilizava para ameaçar parentes e amigos das vítimas. Também está previsto que um grupo de 25 vítimas de torturas vai visitar o ex-ditador na cadeia para confrontá-lo com as provas físicas de sua maldade. Um deles, Abdulwahad al-Obeidi, vai exibir as costas corroídas por um método bastante utilizado pela polícia secreta: o banho de ácido. Preso nos anos 70, ele foi pego pelos braços e pelas pernas por carcereiros e, por um segundo, mergulhado de costas no banho. Em carne viva, com as vértebras expostas, foi levado secretamente por parentes para ser tratado na Inglaterra. Só se dispôs a voltar ao Iraque depois da prisão de Saddam. Nem ele sabe por que teve a vida poupada. O banho de ácido era normalmente uma forma de execução. O mergulho que provocava dores alucinantes era lento e começava pelos pés.

Outro pilar de sustentação de Saddam eram as relações de sangue, prática comum em sociedades tribais como a iraquiana. O ditador cercou-se de parentes nos postos-chave do governo, nos órgãos de segurança e nas Forças Armadas. A lealdade era recompensada com mordomias. Quem traísse sua confiança, porém, sofria castigo terrível. O caso mais conhecido envolveu os dois genros de Saddam. Eles fugiram para a Jordânia, em 1995, levando os segredos do programa de armas proibidas do Iraque, após se desentenderem com Udai. Convencidos a voltar para Bagdá com a promessa de perdão por parte de Saddam, retornaram com as filhas e os netos do ditador. Acabaram executados a tiros três dias depois da chegada. No total, 51 parentes de Saddam foram assassinados sob acusação de traição. A maioria estava envolvida nas seis tentativas de golpe que Saddam abortou antes de ser derrubado pelos americanos.

O ditador é casado desde 1963 com Sajida, mãe de seus cinco filhos. Ele tem outras três mulheres, como permite a religião muçulmana. Uma delas é Samira Shahbandar, com quem casou em 1986 e tem um filho de 21 anos, Ali. Numa entrevista ao jornal inglês *Sunday Times*, há duas semanas, Samira contou que era casada com um piloto da Força Aérea e tinha um casal de filhos quando conheceu o ditador, no início dos anos 80. Eles começaram a namorar e logo depois Saddam seqüestrou seu marido para coagi-lo a se divorciar. Em troca, deu a ele o cargo de presidente da companhia aérea iraquiana.

No último encontro, duas semanas após a queda de Bagdá, Saddam lhe entregou 5 milhões de dólares em dinheiro e uma caixa com 10 quilos de barras de ouro, além de passaportes falsos, para que ela fugisse para a Síria com Ali. De lá, os dois seguiram para Beirute, onde vivem. Em 2000, aos 63 anos, o ditador encantou-se com Iman, 40 anos mais jovem e filha de um assessor. Em troca do consentimento para o matrimônio, o pai da noiva foi nomeado ministro da Indústria Militar.

A captura do tirano encerra uma fase da guerra no Iraque. Os Estados Unidos invadiram o país em março com a missão explícita de depor Saddam Hussein e desbaratar seu estoque de armas de destruição em massa. Apesar de terem procurado at erás de cada pedra, os americanos até agora não encontraram vestígio do tal arsenal. É um tanto constrangedor para a Casa Branca, mas não altera na essência o objetivo da guerra, que era eliminar um foco de instabilidade no coração do

Oriente Médio. Não foi o armamento proibido que transformou Saddam num perigo global, e sim seu insaciável apetite por conquistar territórios vizinhos e patrocinar o terrorismo. O que os americanos têm atrás das grades é um troféu relativamente raro: um tirano culpado de genocídio. A questão é o que fazer com ele. O julgamento de Saddam, que pode se transformar num grande show com transmissão direta pela televisão, é importante para mostrar aos iraquianos e ao mundo todas as atrocidades cometidas pelo regime e dar legitimidade à invasão militar americana que o derrubou.

Ainda não se sabe como isso será feito. Como lidar com um ditador deposto é um problema de grande complexidade para os países vitoriosos. Ditadores foram líderes de um país soberano, mesmo que tenham tomado o poder pela força. Desde o século XVII, incorporou-se ao direito internacional o princípio de que líderes de Estados soberanos não podem ser julgados por outros países. Um precedente foi aberto após a II Guerra. Os crimes de Hitler e seus cúmplices eram tão gigantescos que os países aliados, vencedores do conflito, não queriam permitir que escapassem impunes. A solução foi criar um novo corpo de leis, baseado na idéia de uma justiça natural universal, sob a qual eles poderiam ser considerados culpados, e um tribunal específico para julgar os acusados. Mais recentemente, a ONU instalou o Tribunal Internacional Penal, em Haia, na Holanda, para julgar os crimes de guerra cometidos na ex-Iugoslávia. Há outro, também organizado pela ONU, que julga os responsáveis pelo genocídio em Ruanda, na África. Seja qual for o tribunal para o qual o ex-ditador será levado, suas chances de escapar de uma punição rigorosa são reduzidas. Estima-se em 300 000 o número de iraquianos desaparecidos nos porões da ditadura.

A captura de Saddam, ocorrida depois da morte de seus dois filhos em confronto com os americanos, pode convencer os iraquianos de que o velho regime está realmente morto e que a preocupação deles agora deve ser com um novo futuro. Mas a espiral de violência após a prisão do ditador foragido mostra que ainda há uma quantidade suficiente de iraquianos dispostos a continuar a lutar contra a ocupação americana. Saddam poderia ter se livrado das sanções internacionais impostas pela ONU, que empobreceram seu povo, e da própria invasão americana simplesmente concordando em entregar suas armas de destruição em massa – arsenal que aparentemente destruiu por iniciativa própria depois de derrotado na Guerra do Golfo, em 1991. Só o delírio causado pelo poder absoluto, aliado à depravada indiferença para com a desgraça de seu próprio povo, pode explicar por que ele preferiu o confronto. Depois da invasão do Kuwait, em 1990, até mesmo os países árabes lhe deram as costas. Saddam iludiu-se com sua ambição até o fim. Certo de que os Estados Unidos não invadiriam o país, apesar da mobilização militar determinada por Bush, Saddam mandou etiquetar todos os móveis do principal palácio presidencial, em Bagdá. Ele acreditava que, após os bombardeios, o presidente americano desistiria de derrubá-lo e ele poderia retomar sua rotina de ditador. Acabou, como resumiu o secretário de Estado americano, Colin Powell, "como um detrito esperando para ser coletado". Agora, resta apenas jogá-lo na lata do lixo da história.